

Noite de golpes na Alesp: **Deputados aprovam LOA com corte na Fapesp e adiam votação do PDL que anula o confisco dos aposentados**

A noite de 16/12 foi um verdadeiro circo de horrores na Assembleia Legislativa de SP (Alesp). Estavam em pauta dois projetos de extrema importância para o funcionalismo público e o conjunto da sociedade paulista.

Um deles era o projeto de lei (PL) 627/2020, contendo a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021, que foi aprovado em plenário com 42 votos favoráveis e 31 contrários. O outro era o projeto de decreto legislativo (PDL) 22, de autoria do deputado Carlos Giannazi, com o objetivo de cancelar a sobretaxação dos aposentados e pensionistas, estabelecida pelo governo Doria.

Duro golpe na pesquisa

A não inclusão de praticamente nenhuma emenda prevendo mais recursos para as universidades públicas e o Centro Paula Souza (a não ser algumas pontuais, que você confere [no anexo a este boletim](#)) foi um dos problemas detectados pelo Fórum das Seis. Mas não o único e nem o mais grave.

O PL 627 previa um corte de 30% dos recursos constitucionais para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que tem direito ao repasse anual de 1% do total das receitas tributárias do estado. Com isso, o valor inicial estimado (R\$ 1.515.617.880,00) terá um abatimento de R\$ 454.685.364,00.

Pressionado fortemente pela comunidade científica, o governador chegou a dizer publicamente que o corte não seria efetuado. No entanto, a palavra não foi cumprida, como em tantas outras vezes. No relatório enviado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) para o plenário, aprovado na noite de 16/12, o confisco foi mantido. Um prejuízo gigantesco para a pesquisa no estado e no país, medida digna de um governo que despreza a importância da ciência, especialmente num cenário tão grave como o da pandemia.

Em declaração ao portal de notícias da Alesp, o governador João Doria afirmou que “decretos serão editados a fim de que a fundação não seja prejudicada” (*Portal Alesp, 17/12/2020*).

Se a intenção não era prejudicar a Fapesp, por que manter o corte na LOA 2021?



Plenário da Alesp na noite de 16/12 (Fonte: Agência Alesp)

Confisco dos aposentados e pensionistas

Como o Fórum das Seis vem divulgando, por meio do Decreto 65.021, de 19/6/2020, o governo Doria estabeleceu que a contribuição previdenciária dos atuais aposen-

dos e pensionistas estatutários não mais incida sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (como estabelece a regra até então vigente), mas sim sobre o montante dos proventos de aposentadorias e de pensões que supere um salário mínimo nacional, incidindo por faixa salarial. O confisco é pesado. O detalhe é que o decreto foi adotado sem nenhuma comprovação de “déficit atuarial”, como prevê o Decreto 65.021.

Em reação, dezenas de entidades sindicais ajuizaram ações na justiça contra a reforma de Doria, com questionamentos específicos ao decreto. Na Assembleia Legislativa (Alesp), cinco projetos de decreto legislativo (PDL) foram apresentados para anular a sobretaxação dos aposentados e pensionistas:

- PDL 22/2020, do deputado Carlos Giannazi (PSOL)
- PDL 23/2020, da deputada Delegada Graciela (PL)
- PDL 24/2020, do deputado Campos Machado (PTB)
- PDL 39/2020, da deputada Professora Bebel (PT)
- PDL 40/2020, do deputado Agente Federal Danilo Balas (PSL)

Após muita pressão, o PDL 22 conseguiu ser enquadrado em tramitação de urgência, o que garantiu que fosse avaliado por um Congresso de Comissões já na tarde de 16/12, quando foi aprovado um parecer favorável ao projeto. Com isso, ele foi remetido ao plenário para votação no mesmo dia. Inconformada com isso, a base governista deu um golpe vergonhoso no plenário, antes que o projeto entrasse em discussão. O deputado Carlão Pignatari (PSDB), líder do governo na Alesp, apresentou duas emendas em plenário, o que acabou inviabilizando a votação, pois o projeto, neste caso, tem que voltar para as comissões.

Na prática, significa que nada acontecerá antes de fevereiro de 2021, após o recesso. As emendas foram assinadas por 19 deputados, subservientes ao governador Doria e inimigos frontais

dos servidores públicos aposentados e pensionistas do estado de São Paulo. Destaque para o deputado **Fernando Cury** (Cidadania), que se “orgulha” de conduzir uma “Frente parlamentar em defesa da Unesp”. Com amigos assim, para que inimigos?

Os inimigos declarados do funcionalismo

São estes os 22 traidores que assinaram as emendas: Carlão Pignatari (PSDB), Thiago Auricchio (PL), Alex de Madureira (PSD), Adalberto Freitas (PSL), Marta Costa (PSD), Altair Moraes (Republicanos), Rafael Zimbaldi (PL), Gilmaci Santos (Republicanos), Fernando Cury (Cidadania), Marcio da Farmácia

(Podemos), Sebastião Santos (Republicanos), Cezar (PSDB), Leo Oliveira (MDB), Maria Lúcia Amary (PSDB), Rogério Nogueira (DEM), Milton Leite Filho (DEM), Delegado Olim (PP), Marcos Zerbini (PSDB), Itamar Borges (MDB), José Caruso (MDB), Roberto Moraes (Cidadania) e Carla Morando (PSDB).

A luta vai prosseguir

O processo que culminou na aprovação do caráter de urgência do PDL 22 (que carregou com ele os outros 4 PDLs com o mesmo teor) foi fruto de forte mobilização unificada dos servidores da ativa com os aposentados. Essa luta vai prosseguir.

SAIBA QUAIS FORAM OS DEPUTADOS TRAIDORES QUE IMPEDIRAM A VOTAÇÃO DO PDL 22/20

O LÍDER DA TRAIÇÃO CARLÃO PIGNATARI PSDB		CARLA MORANDO PSDB	MARIA LÚCIA AMARY PSDB
		CEZAR PSDB	MARCOS ZERBINI PSDB
GILMACI SANTOS REPUBLICANOS	ALTAIR MORAES REPUBLICANOS	SEBASTIÃO SANTOS REPUBLICANOS	FERNANDO CURY CIDADANIA
			ROBERTO MORAIS CIDADANIA
MILTON LEITE FILHO DEM	ROGÉRIO NOGUEIRA DEM	ALEX DE MADUREIRA PSD	MARTA COSTA PSD
ITAMAR BORGES MDB	JORGE CARUSO MDB	LÉO OLIVEIRA MDB	ADALBERTO FREITAS PSL
THIAGO AURICCHIO PL	RAFA ZIMBALDI PL	MARCIO DA FARMÁCIA PODE	DELEGADO OLIM PP

Doria descumpra palavra e corte de 30% na Fapesp pode ser mantido na LOA 2021. Vamos pressionar!

Emendas do Fórum das Seis por mais recursos às universidades e ao Centro Paula Souza, e contra o corte de verbas para a Fapesp, apresentadas por vários deputados, não foram acatadas no relatório final da Comissão de Finanças

O projeto de lei (PL) 627/2020, contendo a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021, contou com 15.160 emendas apresentadas pelos deputados estaduais paulistas. O PL foi enviado pelo governador João Doria à Assembleia Legislativa (Alesp) em 2/10/2020. Além de traduzir em valores (R\$) os índices aprovados para cada setor na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já aprovada pela casa, a LOA também permite a apresentação de emendas, desde que apontadas as fontes dos recursos.

Entre esse gigantesco contingente de emendas, havia algumas que tinham como destino as universidades estaduais, as ETECs e FATECs do Centro Paula Souza e a Fapesp. Várias foram protocoladas a pedido do Fórum das Seis.

No entanto, nenhuma destas emendas foi acatada no relatório final apresentado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), tendo como relator o deputado Delegado Olim (PP). O parecer 454/2020, contendo o relatório, mostra que há emendas voltadas às universidades (a maioria tendo os hospitais universitários como destino) e ao Centro Paula Souza (custeio). Trata-se de emendas que o relator e o governo são “obrigados” a acatar por atenderem aos pré-requisitos dispostos em lei estadual (“lei das emendas impositivas”, valor máximo do total de emendas por parlamentar e um percentual mínimo destinado ao sistema de saúde).

[O Fórum das Seis listou estas emendas. Confira no anexo.](#)

Fapesp corre grave risco

Na LOA 2021 está previsto um corte de 30% dos recursos constitucionais para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que tem direito ao repasse anual de 1% do total das receitas tributárias do estado. Com isso, o valor inicial estimado (R\$ 1.515.617.880,00) terá um abatimento de R\$ 454.685.364,00.

Para fazer o corte na Fapesp, o governo Doria utiliza-se da desvinculação das receitas do estado e dos municípios



Manifestação em defesa da Fapesp: Abração à sede em 14/12
(Fonte: Agência Fapesp)

(DREM), possibilitada pela Emenda Constitucional (EC) 93/2016, aprovada pelo Congresso Nacional. Certamente, as universidades ficaram fora desta investida devido à vedação explícita da aplicação da DREM às verbas da saúde e educação.

Pressionado fortemente pela comunidade científica, o governador chegou a dizer publicamente que o corte não seria efetuado. “Ao contrário, estabelecemos ontem no Palácio dos Bandeirantes uma produtiva reunião para somar forças em investimentos na pesquisa, na ciência e na tecnologia”, afirmou o governador após a cerimônia de assinatura de adesão de empresas ao IPT Open Experience, realizada no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (*Portal Fapesp*, em 25/11/2020, <https://fapesp.br/14666/governador-assegura-a-integralidade-dos-recursos-da-fapesp-em-2021>)

No entanto, a palavra não foi cumprida, como em tantas outras vezes. No relatório enviado pela CFOP para o plenário, o corte foi mantido. Se aprovado, significará um prejuízo gigantesco no desenvolvimento da pesquisa em São Paulo e no país. A votação final em plenário pode ocorrer a qualquer momento.

Mande mensagens aos deputados

Mande e-mails aos deputados ([arquivo anexo com os endereços](#)), reivindicando a manutenção dos recursos integrais à Fapesp.

Assunto: Diga não ao corte de verbas na Fapesp

No corpo do e-mail: Pedimos que rejeite o corte de 30% nos recursos constitucionais previstos para a Fapesp em 2021. Evite este grave retrocesso num dos principais órgãos de fomento à pesquisa em nosso país. Mais do que nunca, é preciso garantir e ampliar os investimentos na ciência.

O governador Doria não manteve a palavra! a Alesp a manterá!

Essa batalha é de todos: Pela revogação do Decreto 65.021

15/12 é dia de luta contra a taxaço extra de aposentados e pensionistas, uma das medidas mais cruéis da reforma de Doria

Não satisfeito com o aumento geral das alíquotas de contribuição impostas com a reforma da Previdência paulista, aprovada em março deste ano, o governo Doria ainda lançou mão de uma outra manobra para sobretaxar os aposentados e pensionistas.

Por meio do Decreto 65.021, de 19/6/2020, estabeleceu que a contribuição previdenciária dos atuais aposentados e pensionistas estatutários não mais incida sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (como estabelece a regra até então vigente), mas sim sobre o montante dos proventos de aposentadorias e de pensões que supere um salário mínimo nacional, incidindo por faixa salarial. O confisco é pesado (*veja no quadro ao lado*). O detalhe é que o decreto foi adotado sem nenhuma comprovação de “déficit atuarial”, como prevê o Decreto 65.021.

Em reação, dezenas de entidades sindicais ajuizaram ações na justiça contra a reforma de Doria, com questionamentos específicos ao decreto. Na Assembleia Legislativa (Alesp), cinco projetos de decreto legislativo (PDL) foram apresentados

Como ficou com o Decreto 65.021

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
FAIXA 1	Até R\$ 1.045,00 (salário mínimo)	Isento
FAIXA 2	De R\$ 1.045,01 a R\$ 3.000,00	12%
FAIXA 3	De R\$ 3.000,01 a R\$ 6.101,06	14%
FAIXA 4	Acima de R\$ 6.101,06 (teto INSS)	16%

para anular a sobretaxação dos aposentados e pensionistas:

- PDL 22/2020, do deputado Carlos Giannazi (PSOL)
- PDL 23/2020, da deputada Delegada Graciela (PL)
- PDL 24/2020, do deputado Campos Machado (PTB)
- PDL 39/2020, da deputada Professora Bebel (PT)
- PDL 40/2020, do deputado Agente Federal Danilo Balas (PSL)

Após muita pressão, o PDL 22 conseguiu ser enquadrado em tramitação de urgência, mas será necessária forte pressão do funcionalismo – não só aposentados, como todos da ativa, uma vez que o assunto é importante para todos. Se o PDL 22 entrar em processo de votação, os demais devem ser apensados a ele.

Terça, 15/12, tem carreata na Alesp e tuitaço

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades integrantes do Fórum das Seis, e outras instâncias organizativas do funcionalismo convocam um dia de luta em 15/12 e manifestações pela aprovação dos PDLs na Alesp.

- 15h: Ato público e carreata na Alesp (com as devidas precauções sanitárias)
- 15h às 18h: Tuitaço – #AprovaJáPDL22

Pressão nos deputados pelas redes sociais

As entidades conclamam os servidores (ativos, aposentados e pensionistas) a enviarem e-mails aos deputados e às deputadas estaduais, exortando-os a aprovarem os PDLs que pedem o cancelamento do decreto que sobretaxou os aposentados e pensionistas. Anexas, seguem listas com suas redes sociais.

terça
15/12 | 15h ALESP

CARREATA E PROTESTO

Aposentad@s
e apoiadores

Contra
o confisco!

**APROVA PDLs 22,
23, 24, 39 e 40/20**

REVOGA Dec. 65021

Protesto no portão da garagem
Carreata no entorno da ALESP

Apoio:

- Fórum dos Trabalhadores do Setor Público – SP
- Frente Paulista em Defesa do Serviço Público

Organizações dos trabalhadores: venham se somar a essa luta.

Entidades protocolam pedido de *impeachment* de Doria. Documento aponta crimes contra o funcionalismo e a população

Assinado por 27 entidades representativas do funcionalismo paulista e apoiado por dezenas de outras, foi protocolado no dia 10/11, na Assembleia Legislativa de São Paulo, um pedido de *impeachment* do governador João Doria. Ele é acusado de crime de responsabilidade, por atos considerados inconstitucionais contra os direitos dos funcionários e os serviços públicos prestados à população.

Entre as entidades signatárias, estão a Associação dos Docentes da Unicamp (ADunicamp) e Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), que integram o Fórum das Seis. O documento também leva a assinatura do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL).

Previdência, serviços públicos e educação

Com 65 páginas, o documento (*veja íntegra em* http://adunicamp.org.br/novosite/wp-content/uploads/2020/11/IMPEACHMENT_GOVERNADOR_JOAO_DORIA_OFICIAL.pdf) com o pedido de *impeachment* traz uma bem fundamentada avaliação do poderio econômico do estado de São Paulo, detentor do maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, para mostrar a fragilidade do argumento de falta de recursos, usado por Doria, para justificar cortes de direitos, aumento de alíquotas previdenciárias, extinção de órgãos públicos e outros.

As bases do pedido de *impeachment* são três iniciativas do governo Doria em 2020:

■ **Decreto 65.021:** Publicado pouco depois da aprovação da reforma da Previdência do funcionalismo paulista, que já havia aumentado as alíquotas de contribuição, o decreto estabeleceu uma sobretaxação dos aposentados e pensionistas, aumentando a cobrança das aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo nacional (*veja matéria na página seguinte deste boletim*), bem como instituir a cobrança de aposentados e pensionistas com doenças incapacitantes (até então, isentos de cobrança). O pedido das entidades aponta a ausência de cálculo atuarial que comprove o “déficit” da São Paulo Previdência (SPPRev), apontado como razão para o confisco dos proventos e pensões. O texto lembra também que “a cobrança da contribuição previdenciária do aposentado

e pensionista já é indevida (nenhum país do mundo cobra), pois já lastrearam financeiramente o pagamento na ativa, afetando o caráter alimentar dos proventos e pensões.”

■ **PL 529:** Motivo de muitas manifestações do funcionalismo e suas entidades representativas, o projeto de Doria gerou um impasse entre os deputados na Alesp, mas acabou sendo aprovado, transformando-se na Lei 17.293/2020. A pressão fez o governo recuar parcialmente, deixando de lado o confisco de recursos das universidades e da Fapesp, bem como o fechamento de quatro dos órgãos públicos ameaçados (Fundação para o Remédio Popular – FURP, Fundação Oncocentro – FOSP, Fundação Instituto de Terras – Itesp e Instituto de Medicina Social e de Criminologia – Imesc). Mas outros (Fundação Parque Zoológico, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU, Superintendência de Controle de Endemias – Sucen, Instituto Florestal e Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – Daesp), importantes para a população, não escaparam do desmonte. O documento que pede o *impeachment* de Doria também aponta a inconstitucionalidade do aumento das alíquotas do IAMSPE.



■ **Educação:** Em relação aos atos inconstitucionais praticados pelo governador Doria contra a educação pública, são citados a nomeação sem concurso público de diretores de escolas do Programa de Ensino Integral (PEI) e de supervisores de ensino. No caso destes últimos, o documento aponta a existência de 1.945 profissionais já aprovados em concurso público e à espera de uma vaga.

Outra medida apontada como inconstitucional, que afeta servidores das várias categorias do funcionalismo, é o valor utilizado pelo governo para estipular o pagamento do quádruplo da Requisição de Pequeno Valor (RPV), o que desrespeita decisão da instância maior do Poder Judiciário. De acordo com a Emenda Constitucional 99, de 2017, o cálculo para o pagamento deve ter como base, em São Paulo, o valor vigente na data do trânsito em julgado, de R\$ 30.119,20. Porém, o governo tem utilizado como base o valor de R\$ 11.678,90.

Reforma da Previdência de Doria

Cresce a luta contra taxaço extra sobre aposentados e pensionistas

Não satisfeito com o aumento geral das alíquotas de contribuição impostas com a reforma da Previdência paulista, aprovada em março deste ano, o governo Doria ainda lançou mão de uma outra manobra para sobretaxar os aposentados e pensionistas.

Por meio do Decreto 65.021, de 19/6/2020, estabeleceu que a contribuição previdenciária dos atuais aposentados e pensionistas estatutários não mais incida sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (como estabelece a regra até então vigente), mas sim sobre o montante dos proventos de aposentadorias e de pensões que supere um salário mínimo nacional, incidindo por faixa salarial. O detalhe é que o decreto foi adotado sem nenhuma comprovação de “déficit atuarial”, como prevê o Decreto 65.021.

Como ficou com o Decreto 65.021		
	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
FAIXA 1	Até R\$ 1.045,00 (salário mínimo)	Isento
FAIXA 2	De R\$ 1.045,01 a R\$ 3.000,00	12%
FAIXA 3	De R\$ 3.000,01 a R\$ 6.101,06	14%
FAIXA 4	Acima de R\$ 6.101,06 (teto INSS)	16%

A medida gerou indignação e alguns deputados somaram-se à luta dos aposentados e pensionistas, propondo projetos para sustar os efeitos do decreto. Estão tramitando na Assembleia Legislativa quatro projetos de decreto legislativo (PDL) com este objetivo:

- PDL 22/2020, do deputado Carlos Giannazi (PSOL)
- PDL 23/2020, da deputada Delegada Graciela (PL)
- PDL 24/2020, do deputado Campos Machado (PTB)
- PDL 39/2020, da deputada Professora Bebel (PT).

Os projetos estão em análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e devem ser apreciados conjuntamente pelo relator, deputado Gilmaci Santos (Republicanos).

Campanha de e-mails

O Fórum das Seis conclama os servidores (ativos, aposentados e pensionistas) a enviarem e-mails aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, exortando-os a aprovarem parecer favorável ao conteúdo dos PDLs que pedem o cancelamento do decreto que sobretaxou os aposentados e pensionistas. São eles:

- Mauro Bragato (PSDB) - Presidente - mbragato@al.sp.gov.br
- Tenente Nascimento (PSL) - tenentenascimento@al.sp.gov.br
- Gilmaci Santos (Republicanos) - Relator dos PDLs - gilmacisantos@al.sp.gov.br
- Janaina Paschoal (PSL) - janainapaschoal@al.sp.gov.br
- Emidio de Souza (PT) - emidio@al.sp.gov.br
- Carlos Cezar (PSB) - carloscezar@al.sp.gov.br
- Carlão Pignatari (PSDB) - carlaopignatari@al.sp.gov.br
- Daniel Soares (DEM) - danielsoares@al.sp.gov.br
- Thiago Auricchio (PL) - thiagoauricchio@al.sp.gov.br
- Heni Ozi Cukier (Novo) - heniozicukier@al.sp.gov.br
- Alex de Madureira (PSD) - alexdemadureira@al.sp.gov.br
- Roque Barbieri (PTB) - rbarbieri@al.sp.gov.br
- Marina Helou (Rede) - mandato@marinahelou.com.br

Audiência pública aprovou ofício à SPPrev. Documento tem assinatura do Fórum das Seis

As entidades que fazem parte do Fórum das Seis participaram de uma audiência pública virtual, transmitida ao vivo pela TV Alesp, no dia 11/11 para debater a situação dos aposentados e pensionistas do serviço público paulista. Conduzida pela deputada Professora Bebel (PT), que assina um dos projetos de decreto legislativo que questiona os efeitos do Decreto 65.021/2020 (veja matéria acima), a atividade contou com centenas de participantes.

O principal ponto discutido foi a sobretaxação imposta sobre as aposentadorias e pensões dos servidores após a edição do decreto. O desconto adicional é feito com base na reforma da Previdência aprovada em março deste ano na Alesp, que estabeleceu a possibilidade da cobrança extra quando houver “déficit no regime próprio de previdência do estado”. Como o governo não divulgou

nenhum estudo atuarial para comprovar o alegado déficit, os participantes da audiência pública decidiram encaminhar ofício à São Paulo Previdência (SPPRev) para exigir informações técnicas sobre a situação. Representando as entidades das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, o Fórum das Seis é um dos signatários do documento.

A audiência também aprovou:

- * Criar o “Fórum Estadual contra o confisco dos aposentados e pensionistas e devolução dos valores descontados”;
- * Realizar manifestação em frente à SPPRev, em data a ser definida;
- * Realizar “Encontro estadual de servidores aposentados e pensionistas”, em data a ser definida.

LOA 2021: Emendas do Fórum foram protocoladas por vários deputados

Entre na pressão por mais recursos às universidades e ao Centro Paula Souza, e contra o corte de verbas para a Fapesp. Ainda sob impacto da pandemia, cenário do próximo ano exigirá mais recursos para garantir segurança sanitária às unidades

O projeto de lei (PL) 627/2020, contendo a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021, conta com 15.160 emendas apresentadas pelos deputados estaduais paulistas. O PL foi enviado pelo governador João Doria à Assembleia Legislativa (Alesp) em 2/10/2020. Além de traduzir em valores (R\$) os índices aprovados para cada setor na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já aprovada pela casa, a LOA também permite a apresentação de emendas, desde que apontadas as fontes dos recursos.

Entre esse gigantesco contingente de emendas, há algumas que têm como destino as universidades estaduais, as ETECs e FATECs do Centro Paula Souza e a Fapesp. Várias foram protocoladas a pedido do Fórum das Seis, como você verá a seguir. No caso da Fapesp, as emendas visam evitar o confisco de recursos para o órgão, previsto no PL 627.

O cenário do próximo ano, ainda em meio aos efeitos da pandemia de Covid-19, exigirá uma nova estruturação nos *campi* das universidades e nas ETECs e FATECs do Centro Paula Souza, com turmas menores, insumos preventivos, equipe adequada de limpeza, entre outros. E isso exige mais recursos.

Fórum fez levantamento sobre renúncia fiscal

Para estruturar suas propostas de emendas, o Fórum das Seis fez um estudo no PL 627, com destaque para os números da renúncia fiscal, ou seja, a isenção de impostos para determinadas empresas e setores de atividade econômica. Para o próximo ano, a renúncia de ICMS prevista é de R\$ 15,180 bilhões (10,1%). É dinheiro que deixa de ser investido em saúde, educação, segurança e outras políticas públicas de interesse da população. Por um lado, os critérios para a concessão destas isenções são obscuros, assim como os resultados que trariam à sociedade, sempre justificados pela “competição” com outros estados ou apontados genericamente como impulsionadores de mais empregos. Por outro, alegando sigilo fiscal, o governo não identifica os maiores beneficiários.

Devido à renúncia fiscal, as universidades estaduais paulistas deixarão de receber R\$ 1,089 bilhão no ano que vem.

A conta é a seguinte: Unesp, Unicamp e USP recebem 9,57% da quota-parte do estado na arrecadação total do ICMS, que é de 75%; os outros 25% vão para os municípios.

Portanto, o estado deixará de arrecadar R\$ 11,385 bi por conta da renúncia fiscal em 2021 (75% do total). Se calcularmos 9,57% sobre esse valor, chegamos ao prejuízo de R\$ 1,089 bi para as universidades, assim distribuídos, de acordo com o percentual que cada uma recebe:

USP: 0,050295 X 11,385 bilhões = R\$ 572,608 milhões

Unesp: 0,023447 X 11,385 bilhões = R\$ 266,944 milhões

Unicamp: 0,021958 X 11,385 bilhões = R\$ 249,991 milhões

A proposta do Fórum das Seis é que este valor (da renúncia de ICMS) seja compensado na base de cálculo do repasse às universidades e, para tanto, propõe que seja restituído às universidades por meio de emendas na LOA 2021.

Sobre a insuficiência financeira

Além de apresentar proposta de emenda para compensar o prejuízo causado pela renúncia fiscal, o Fórum das Seis também elaborou emendas que pleiteiam o repasse às universidades estaduais paulistas dos recursos necessários ao pagamento da insuficiência financeira efetivamente realizada no ano de 2021.

A chamada insuficiência financeira – definida pelo Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, de 1/6/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – tem sido custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na própria lei, que estabelece que “o estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”.

Sobre o Centro Paula Souza

Também há emendas solicitando mais recursos para as escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs) do Centro Paula Souza (Ceeteps), entre elas a que pede a destinação de recursos para assegurar a implantação inicial de um plano de saúde institucional, conforme aprovado na LC 1.240/2014, para os 20.000 trabalhadores da autarquia.





Sobre o corte na Fapesp

Na LOA 2021 está previsto um corte de 30% dos recursos constitucionais para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que tem direito ao repasse anual de 1% do total das receitas tributárias do estado. Com isso, o valor inicial estimado (R\$ 1.515.617.880,00) teria um abatimento de R\$ 454.685.364,00.

Para fazer o corte na Fapesp, Doria utiliza-se da desvinculação das receitas do estado e dos municípios (DREM), possibilitada pela Emenda Constitucional (EC) 93/2016, aprovada pelo Congresso Nacional. Certamente, as universidades ficaram fora desta investida devido à vedação explícita da aplicação da DREM às verbas da saúde e educação.

No estudo do Fórum, há propostas de emendas suprimindo esse confisco de recursos da Fapesp no orçamento do estado em 2021.

Mande mensagens aos deputados

Os estudos realizados pelo Fórum das Seis foram enviados a todos os deputados (e de todos os partidos) que atuam na Alesp. Posteriormente, solicitou a eles que informassem se e quais emendas haviam protocolado, para que a comunidade acadêmica tenha conhecimento.

Deram retorno os deputados Carlos Giannazi (PSOL), Professora Bebel (PT), Delegado Bruno Lima (PSL) e Valéria Bolsonaro (PSL). As emendas de interesse das universidades, Ceeteps e Fapesp protocoladas por eles podem ser conferidas em arquivo anexo a este boletim.

Mande e-mails aos deputados (*arquivo anexo com os endereços*), por exemplo com este conteúdo:

Assunto: Aprove as emendas da educação

No corpo do e-mail: Pedimos que aprove as emendas que preveem mais recursos para a educação pública, as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza, bem como as que evitam o corte de verbas para a Fapesp. A população paulista agradece!

Reforma administrativa, defesa dos serviços públicos e do funcionalismo

PEC 32 é nova e decisiva etapa da reforma do Estado, aponta assessor sindical

“Muito tem sido dito sobre a reforma administrativa apresentada pelo governo Bolsonaro. Uma das coisas que mais chama atenção é que a reforma vai tirar direitos dos servidores, o que é real, inclusive a estabilidade, que impede alguém com poder de obrigar um servidor estável a fazer algo irregular, muitas vezes até ilegal. Mas, o que significa essa reforma, chamada de administrativa, para a população, para o país?”

O questionamento é feito por Vladimir Nepomuceno, assessor e consultor de entidades sindicais e sócio da Insight Assessoria Parlamentar. Convidado pela Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades do Fórum das Seis, ele falou no dia 9/11 sobre a PEC 32/2020, a reforma administrativa enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional.

Nepomuceno procurou desmistificar pontos importantes da proposta, como a ideia de que somente os novos servidores serão atingidos. Os atuais também serão prejudicados, inclusive os aposentados, que perderão a paridade após a extinção de cargos.



“Se for aprovado esse pacote de propostas, serão alteradas a Constituição e muitas leis hoje em vigor. Além disso seriam criadas outras leis, decretos, portarias e todo tipo de normas nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal. Todas essas alterações têm um único objetivo, que é retirar a obrigação e a responsabilidade do poder público em atender muitas das necessidades da população. Quando muito, o Estado atuaria apenas em algumas situações e, mesmo assim, de forma subsidiária, complementar, assessoria, assumindo apenas quando a iniciativa privada não tiver interesse, ou não der conta.”

Nepomuceno dedica-se a pesquisar e a escrever sobre o tema, sendo autor de um vasto número de artigos e protagonista em várias exposições e debates.

A íntegra da exposição, bastante reveladora sobre o tema, pode ser acompanhada no Youtube, em

<https://youtu.be/ECg0ycy6NgE>

Para ler outros artigos sobre a reforma administrativa, acesse seu blog em

<http://vladimirnepomuceno.com.br/>

Nepomuceno, durante a exposição na reunião da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público

Todas as vidas importam

Greve sanitária na USP recebe amplo apoio. Fórum das Seis exorta negociação

Após infrutíferas tentativas de negociar com a reitoria da USP os termos do plano de retorno às atividades presenciais, a categoria dos servidores técnico-administrativos da instituição aprovou, em assembleia geral virtual, a deflagração de uma greve sanitária a partir de 9/11.

Embora as aulas presenciais não voltem antes de 2021, a reitoria da USP determinou o retorno compulsório presencial para a maior parte dos técnico-administrativos, em regime de escala, sequer garantindo às unidades a prerrogativa de discutir e determinar suas necessidades específicas. Discriminatório, uma vez que preserva em trabalho e estudo remoto os docentes e os estudantes, o plano concentra sérios riscos aos servidores técnico-administrativos, impondo-lhes o retorno num momento em que a pandemia de Covid-19 se mantém em altíssimos patamares no Brasil, com mais de 5,7 milhões de casos e quase 163 mil mortos. Na Europa e nos Estados Unidos, a segunda onda da doença chega de modo avassalador e ameaça se tornar incontrolável.

A greve vem recebendo apoio de dezenas de entidades sindicais e estudantis, movimentos sociais de todo o país, bem como de instâncias acadêmicas da USP. É o caso das congregações da Faculdade de Saúde Pública (FSP), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Faculdade de Educação (FE), além de departamentos e grupos de pesquisa da USP, como destaca matéria no site da Adusp (<https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/3914-plan-usp>).

Frente Paulista divulgou apoio

Reativada para combater o PL 529/2020, do governo Doria, a Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades do Fórum das Seis, continua

ativa. Em suas reuniões semanais, está em pauta a reação do funcionalismo a vários outros ataques (*veja matérias neste boletim*) e, também, o apoio às lutas das categorias. Em documento assinado por cerca de 80 entidades, a Frente manifesta apoio à greve sanitária da USP.

Fórum das Seis reivindica negociação

Em sua moção de apoio à greve sanitária dos trabalhadores da USP, o Fórum enfatiza que “a greve sanitária não implica em paralisação do trabalho, mas sim em não comparecimento em atividades presenciais que não sejam essenciais, ao mesmo tempo que indica a continuidade da realização dos serviços não essenciais em forma remota, como já vem ocorrendo”. Lembrando que “as vidas dos trabalhadores e de seus familiares importam”, o Fórum conclama a reitoria da USP a dialogar com o sindicato representativo da categoria, o Sintusp.

Ofício ao Cruesp

O Fórum das Seis enviou ofício ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) para reivindicar o agendamento de reunião entre as partes. O objetivo é discutir a situação dos trabalhadores frente aos planos de retorno, em especial na USP, bem como o planejamento das atividades em 2021 frente às incertezas que cercam a pandemia.

Em tempo: No fechamento deste boletim, na manhã de 17/11, tivemos a informação que a Reitoria da USP comunicou, frente ao anúncio do governo estadual de aumento no número de internações, a suspensão do caráter compulsório do retorno.

Fórum repudia perseguição na Unesp de Marília

Tendo tomado conhecimento de uma sindicância administrativa contra o presidente da subseção da Adunesp no campus de Marília, o Fórum das Seis pronunciou-se sobre o fato. Acompanhe a íntegra da moção, que explica os fatos e conclama a direção da unidade a cancelar a medida:

“Pela extinção da sindicância administrativa contra o presidente da subseção da Adunesp em Marília

O Fórum das Seis – que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (Ceeteps) –, reunido nesta data, manifesta repúdio à perseguição imposta a Henrique Tahan Novaes, docente da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Unesp de Marília, e presidente da subseção da Adunesp no campus.

Nos estertores de sua gestão, que se encerra em 12/11/2020, o diretor do campus, professor Marcelo Navega, abriu um processo de sindicância administrativa injustificável contra o dirigente da entidade sindical, que se explica apenas

pela intenção de estabelecer um processo de perseguição política contra o docente.

A alegação é que o presidente da Adunesp local, enquanto membro da Comissão Eleitoral que acompanhava a sucessão para o cargo de diretor da unidade, manifestou opinião dentro do grupo de WhatsApp de um coletivo de pesquisa do qual faz parte, portanto, uma instância privada de comunicação entre seus membros. Ressalte-se que inexistente regramento do funcionalismo público, ou mesmo interno à Unesp, que proíba o servidor de expressar suas opiniões em relação a qualquer processo eleitoral, ainda mais em canais privativos de comunicação.

O Fórum das Seis conclama a direção eleita para a diretoria da Unesp de Marília a anular a referida sindicância e impedir que os seus efeitos turvem a história da comunidade acadêmica do campus, marcada pela defesa da democracia na universidade pública e no país.

São Paulo, 11 de novembro de 2020.
Fórum das Seis”

Hora de
mobilização

**28/10 é dia de luta
nacional em defesa
dos serviços públicos e
contra a Reforma Administrativa**

ATENÇÃO AOS ATOS E TUITAÇÃO!

O governo Bolsonaro vem intensificando sua política de desmonte dos serviços públicos e das estatais, e deve acelerar a tramitação da Reforma Administrativa após as eleições. O objetivo é dar um profundo golpe na organização e na prestação de serviços públicos à população, sequestrar direitos do funcionalismo e facilitar o loteamento de cargos públicos entre apadrinhados. Se aprovada no Congresso Nacional, em pouco tempo a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, de autoria do governo federal, será reproduzida nos estados e municípios. A conduta do governador João Doria até aqui – vide PL 529, PL 627... – já deixa claro que seguirá à risca o que vier da esfera federal.

Mas o funcionalismo público vai à luta! Em 26/10, a **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público**, que encaminhou a luta contra o PL 529 na Assembleia Legislativa, discutiu a organização do **Dia Nacional de Luta em Defesa dos Serviços Públicos e contra a Reforma Administrativa**, marcado para 28/10. A reunião referendou os encaminhamentos aprovados na Plenária Nacional de Entidades, realizada em 24/10, com

representantes de 19 estados, cinco centrais sindicais e entidades diversas de todo o país.

O 28 de outubro, **Dia do Servidor Público**, contará com atividades presenciais e virtuais, panfletagens, carreatas, apresentações etc nas capitais e em diversas cidades.

No dia 3/11, as entidades voltam a se reunir para avaliar o dia de luta e seguir organizando a greve geral do funcionalismo.

Atos: Na cidade de São Paulo, está sendo convocado um ato presencial (para os que não são grupos de risco e resguardadas as medidas protetivas sanitárias) para as 16h, na Praça da Sé.

Atos deste tipo devem ocorrer em várias cidades do interior. Em Campinas, por exemplo, será às 16h, no Largo do Rosário, Fique atento à divulgação no seu município e participe! Também haverá atos *online*, ainda a serem divulgados.

Tuitação nacional: Às 19h, vamos encher as redes sociais com a *hashtag* unificada **#EuDefendoServicosPublicos**



A falsa argumentação da Reforma Administrativa

Estudos do próprio governo comprovam que “privilégios” e “supersalários, citados como “motivo” para Reforma Administrativa, concentram-se numa fatia minúscula de profissões, justamente as que estão de fora da PEC: juízes, promotores, diplomatas, auditores, membros das Forças Armadas, além dos próprios parlamentares.

O fim da estabilidade – um dos principais itens da PEC 32/2020 – é um ataque direto à garantia constitucional que permite ao servidor público trabalhar sem pressões políticas. E é falso dizer que o servidor é “intocável”, pois o serviço público tem regras de avaliação e punição, garantindo o amplo direito à defesa. Na verdade, o que se pretende é juntar o fim da estabilidade ao fim dos concursos públicos – outra medida prevista – para facilitar as contrações por indicações políticas.

A PEC 32 também quer acabar com direitos históricos dos trabalhadores públicos, como a licença prêmio, quinquênio e sexta-parte etc., além de permitir a extinção de autarquias e fundações a “critério” do governo.

Se for aprovada, além de atacar os servidores, a Reforma Administrativa trará prejuízos à população que depende diretamente da prestação de serviços públicos. **Vamos derrotá-la!!**

Orçamento do Estado em 2021

F6 encaminha emendas para devolver mais de R\$ 1 bi às universidades, destinar recursos ao Ceeteps e rejeitar cortes na Fapesp

Ainda sob impacto da pandemia, cenário do próximo ano exigirá mais recursos para garantir segurança sanitária nas unidades

O projeto de lei (PL) 627/2020, contendo a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021, foi enviado pelo governador Doria à Assembleia Legislativa em 2/10/2020. Além de traduzir em valores (R\$) os índices definidos para cada setor na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já aprovada pela casa, a LOA também permite a apresentação de emendas.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis realizou um estudo para subsidiar a elaboração de emendas em favor das universidades, do Centro Paula Souza e, especialmente neste ano, contra o confisco de recursos da Fapesp.

O cenário do próximo ano, ainda em meio aos efeitos da pandemia de Covid-19, exigirá uma nova estruturação nos *campi* das universidades e nas ETECs e FATECs do Centro Paula Souza, com turmas menores, insumos preventivos, equipe adequada de limpeza, entre outros. E isso exige mais recursos. Acompanhe as propostas de emendas apresentadas pelo Fórum das Seis:

Sobre a renúncia fiscal e a perda de receita

Levantamento feito pelo Fórum das Seis mostrou que, para 2021, o governo estadual pretende manter a política de renúncia fiscal, ou seja, a isenção de impostos para determinadas empresas e setores de atividade econômica. Para o próximo ano, a renúncia de ICMS prevista é de R\$ 15,180 bi (10,1%). É dinheiro que deixa de ser investido em saúde, educação, segurança e outras políticas públicas de interesse da população. Os critérios para a concessão destas isenções são obscuros, assim como os resultados que trariam à sociedade, sempre justificadas pela “competição” com outros estados ou apontados genericamente como impulsionadores de mais empregos.

Devido à renúncia fiscal, as universidades estaduais paulistas deixarão de receber R\$ 1,089 bilhão no ano que vem.

A conta é a seguinte: Unesp, Unicamp e USP recebem 9,57% da quota-parte do estado na arrecadação total do ICMS, que é de 75%; os outros 25% vão para os municípios. Portanto, o estado deixará de arrecadar R\$ 11,385 bi por conta da renúncia fiscal em 2021 (75% do total). Se calcularmos 9,57% sobre esse valor,

chegamos ao prejuízo de R\$ 1,089 bi para as universidades, assim distribuídos, de acordo com o percentual que cada uma recebe:

USP: $0,050295 \times 11,385$ bilhões = R\$ 572,608 milhões

Unesp: $0,023447 \times 11,385$ bilhões = R\$ 266,944 milhões

Unicamp: $0,021958 \times 11,385$ bilhões = R\$ 249,991 milhões

A proposta do Fórum das Seis é que este valor (da renúncia de ICMS) seja compensado na base de cálculo do repasse às universidades e, para tanto, propõe que seja restituído às universidades por meio de emenda na LOA 2021.

Sobre a insuficiência financeira

Além de apresentar proposta de emenda para compensar o prejuízo causado pela renúncia fiscal, o Fórum das Seis também elaborou emenda que pleiteia o repasse às universidades estaduais paulistas dos recursos necessários ao pagamento da insuficiência financeira efetivamente realizada em 2021.

A chamada insuficiência financeira – definida pelo Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, de 1/6/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – tem sido custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na própria lei, que estabelece que “o estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”.

Em 2019, a insuficiência financeira correspondia, em média, a aproximadamente 19,58% dos recursos oriundos do ICMS-QPE, repassados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, deverá alcançar um índice superior a 30% em 2026.

Assim sendo, o governo do Estado se apropria de recursos significativos das universidades – um verdadeiro *sequestro* – ao “interpretar” a lei a seu favor, alegando que estas instituições, como parte do Estado, estão obrigadas a cobrir tal insuficiência



financeira. É necessário que o governo cumpra a lei em sua estrita definição do que seja a insuficiência financeira. Caso contrário, como mostram os números, Unesp, Unicamp e USP não sobreviverão nas próximas décadas, cabendo perguntar: a quem isso interessa? Pois, temos absoluta clareza de que isso não interessa à sociedade paulista e brasileira.

Sobre o Centro Paula Souza

Também há emendas solicitando mais recursos para as escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FA-TECs) do Centro Paula Souza (Ceeteps). São elas:

- Destinação de R\$ 50 milhões para implantação inicial de um plano de saúde institucional, conforme aprovado na LC 1.240/2014, para os 20.000 trabalhadores da autarquia;
- Destinação de R\$ 829.691.850,61 para garantir recursos ao reajuste salarial de 40,35%, tendo em vista a ausência de reajustes nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2019 e 2020.

Sobre o corte na Fapesp

Na LOA 2021 está previsto um corte de 30% dos recursos constitucionais para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que tem direito ao repasse anual de 1% do total das receitas tributárias do estado. Com isso, o valor inicial estimado (R\$ 1.515.617.880,00) teria um abatimento de R\$ 454.685.364,00.

A garantia do repasse de 1% está prevista no artigo 271 Constituição Estadual, de 5/10/1989:

Artigo 271 - O Estado destinará o mínimo de um por cento de sua receita tributária à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico.

Parágrafo único - A dotação fixada no "caput", excluída a parcela de transferência aos Municípios, de acordo com o artigo 158, IV da Constituição Federal, será transferida mensalmente, devendo o percentual ser calculado sobre a arrecadação do mês

de referência e ser pago no mês subsequente.

Para fazer o corte na Fapesp, Doria utiliza-se da desvinculação das receitas do estado e dos municípios (DREM), possibilitada pela Emenda Constitucional (EC) 93/2016, aprovada pelo Congresso Nacional. Certamente, as universidades ficaram fora desta investida devido à vedação explícita da aplicação da DREM às verbas da saúde e educação:

Art. 76-B - Parágrafo único

Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput: I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal (...).

Junto com a Capes e o CNPq, a Fapesp tem participação decisiva na manutenção das pesquisas nas universidades públicas e privadas do estado, da iniciação científica na graduação às pesquisas na pós-graduação.

Considerando que esta brutal redução de recursos para a Fapesp em 2021 levará a muitos cortes em bolsas e financiamentos de projetos de pesquisa, num incalculável prejuízo ao desenvolvimento paulista e nacional, uma das emendas do Fórum das Seis ao PL 627/2020 propõe a supressão do trecho da LOA 2021 que autoriza este sequestro de recursos.

Como tramita a LOA 2021

O Fórum das Seis enviou seu estudo a todos/as os/as deputados/as estaduais, de todos os partidos, solicitando que apresentassem emendas à LOA 2021, e vem acompanhando a tramitação do PL 627/2021 de perto.

A intenção é conversar com o maior número possível de deputados, explicando a importância das emendas que pedem mais recursos às universidades e ao Centro Paula Souza, bem como a supressão do corte de verbas da Fapesp.

Em defesa da ciência e da pesquisa, diga NÃO ao corte de recursos na Fapesp. Ajude a pressionar

A nova investida do incansável governo Doria contra as universidades estaduais paulistas e a ciência, desta vez propondo um corte de 30% dos recursos previstos para a Fapesp em 2021, vem causando indignação no meio acadêmico e científico. Como mostra matéria neste boletim, Doria aproveita-se das brechas abertas pela Emenda Constitucional (EC) 93/2016, aprovada no Congresso Nacional, que permite a desvinculação de receitas de estados e municípios, excetuando apenas saúde e educação.

Em artigo publicado no portal "O outro lado da notícia", em 17/10/2020, Hernan Chaimovich, Professor Emérito do Instituto de Química da USP e ex-presidente do CNPq, destaca que, em 2019, o total de dispêndios feitos pela Fapesp foi de R\$ 1,26 bilhão, em 24.806 projetos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento.

"Assim, o resultado da desvinculação resultaria



num aporte de recursos significativamente menor que o do ano passado, fazendo-se sentir em todas as entidades, públicas e privadas, que fazem pesquisa no estado de São Paulo. As universidades, claro, seriam as mais afetadas pois, apesar de contar com recursos federais, a grande porcentagem dos recursos para bolsas e para pesquisa provém hoje da Fapesp. Assim, é provável que nenhum novo projeto e nenhuma nova bolsa possam ser implementados no ano que vem", alertou Chaimovich.

O Fórum das Seis conclama a comunidade das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza a pressionarem os deputados paulistas a rejeitarem esse retrocesso. Mande e-mails e mensagens em suas redes sociais, cobrando-os a impedir o corte de recursos da Fapesp no PL 627/2020 (LOA 2021). Anexas, seguem as listas de e-mails e redes sociais dos/as parlamentares.

Defesa dos serviços públicos e do funcionalismo

Derrotar a Reforma Administrativa de Bolsonaro é tarefa central. 28/10 é dia de luta nacional

Por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, enviada ao Congresso Nacional, o governo federal busca dar um profundo golpe na organização e na prestação de serviços públicos à população. Inicialmente, os impactos da Reforma Administrativa recairiam sobre a esfera federal, mas, como já vimos com outras reformas (Trabalhista, Previdenciária), o passo seguinte é reproduzi-los nos estados e municípios.

Os argumentos usados são os mesmos de sempre: crise econômica, combate a privilégios e supersalários etc. Mas as razões reais passam longe disso.

Apenas para citar alguns itens, vejamos.

Estudos do próprio governo comprovam que “privilégios” e “supersalários existem sim, mas se concentram numa fatia minúscula de profissões, justamente as que estão de fora da PEC: juízes, promotores, diplomatas, auditores, membros das Forças Armadas, além dos próprios parlamentares.

Outro mantra sagrado da reforma – o fim da estabilidade – encobre o fato de que a estabilidade é uma garantia constitucional que permite ao servidor público trabalhar sem pressões políticas. E é falso dizer que o servidor é “intocável”, pois o serviço público tem regras de avaliação e punição, garantindo o amplo direito à defesa.

A Reforma Administrativa ainda prevê o fim da isonomia salarial (haverá trabalho igual com salários e carreiras diferentes), contratações sem concurso (facilitando as contratações por indicações políticas), fim de benefícios (licença prêmio, quinquênio e sexta-parte), autorização para redução de jornada com redução de salários, extinção de autarquias e fundações a “critério” do governo (que já demonstrou o desejo de acabar com órgãos como Ibama, ICMBIO, Funai e outras).

A PEC traz, ainda, duas pegadinhas:

- Diz que as novas regras valerão somente aos novos servidores. No entanto, a PEC propõe que leis complementares regulamentem a situação dos atuais.

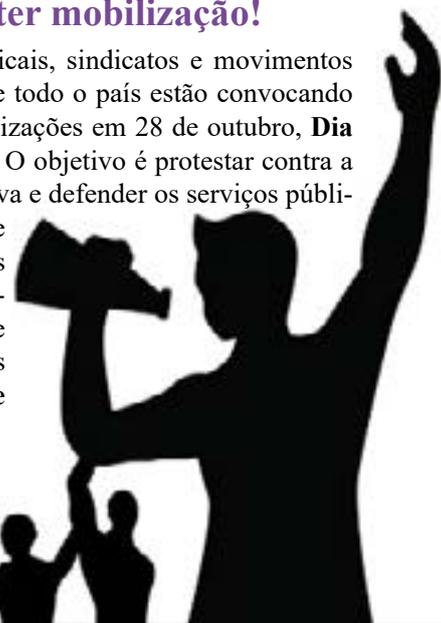
- Diz que o servidor deixará de ter mais que 30 dias de férias. Ocorre que eles NÃO têm mais do que 30 dias de férias. Os que têm esse benefício, estão em carreiras que foram excluídas da reforma.



Em resumo, o objetivo do governo com a Reforma Administrativa não tem nada a ver com as suas justificativas oficiais. O objetivo é enxugar ainda mais a estrutura do Estado, facilitar as indicações de apadrinhados, extinguir e privatizar órgãos públicos. Se for aprovada, além de atacar os servidores, trará prejuízos à população que depende diretamente da prestação de serviços públicos.

28/10, dia dos servidores, vai ter mobilização!

Centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais organizados de todo o país estão convocando uma jornada de mobilizações em 28 de outubro, **Dia do Servidor Público**. O objetivo é protestar contra a Reforma Administrativa e defender os serviços públicos. As entidades que compõem o Fórum das Seis estão participando da organização e divulgarão os detalhes em breve. **Fique de olho!**



Defesa dos serviços públicos. Defesa do servidor público

PL 529 - Pressão conquistou recuos importantes, mas Doria passou grande parte da boiada

Após aprovação do PL 529/2020 na noite de 13/10, quando a bancada governista na Alesp conseguiu a vitória com o número mínimo necessários de votos (48 favoráveis, 37 contrários), um “acordo” anunciado nos dias anteriores levou a uma nova votação no dia seguinte.

Diante da dificuldade de aprovar a íntegra do projeto, o governo optou por ceder em alguns pontos, que foram aprovados na forma de destaques. São eles:

- A exclusão da lista de extinção de quatro órgãos públicos: Fundação para o Remédio Popular (FURP), Fundação Oncocentro (FOSP), Fundação Instituto de Terras (Itesp) e Instituto de Medicina Social e de Criminologia (Imesc);
- A exclusão das universidades estaduais e da Fapesp do item que prevê o confisco do superávit financeiro de 2019;
- Alterações nas regras do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).
- Supressão, do conjunto de repasses ao Tesouro do Estado, da transferência de recursos derivados das contribuições individuais realizadas pelos servidores militares ao Fundo Especial de Despesa da Polícia Militar do Estado de São Paulo (Fepom) e ao Fundo Estadual de Segurança Contra Incêndios e Emergências (Fesie).

Assim, Doria conseguiu passar grande parte de sua “boiada”: seis órgãos públicos foram listados para extinção ou privatização: Fundação Parque Zoológico, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), Empresa Metropolitana



de Transportes Urbanos (EMTU), Superintendência de Controle de Endemias (Sucen), Instituto Florestal e Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp). Os quase cinco mil servidores destes órgãos, muitos com larga experiência na prestação de serviços à população em suas respectivas áreas, correm o risco de demissão.

O governo ganhou autorização para concessão de 13 parques públicos à iniciativa privada, bem como para a alienação de 89 imóveis na capital e 66 municípios do interior. Da mesma forma, foi autorizado a aumentar impostos de produtos sobre os quais hoje incide um percentual menor do ICMS, como é o caso de remédios e alimentos da cesta básica. As alíquotas de contribuição ao Iamspe também vão subir.

Luta na LOA 2021 e contra a reforma administrativa

A forte e organizada reação do funcionalismo paulista, capitaneada pelas entidades organizadas na Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, mesmo com todas as limitações impostas pela pandemia, produziu importantes frutos. Além de fazer o debate ganhar a grande imprensa e parte da opinião pública, as mobilizações contribuíram para que parte das bancadas conservadoras da Alesp se mantivesse em obstrução, além de forçar os recuos acima citados.

O fortalecimento da organização conjunta dos servidores paulistas é outro grande fruto. Com certeza, será útil na reação contra a reforma administrativa e na tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021, que você confere neste boletim.

Fórum cobra do governo a parte das universidades no socorro federal aos estados

Por meio da Lei Complementar nº 173, de 27/5/2020, que criou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), os estados, municípios e Distrito Federal tiveram direito a receber da União auxílio financeiro, de modo a compensar as perdas relacionadas à queda na arrecadação do ICMS, decorrente dos efeitos da pandemia sobre a economia.

Aos estados, coube o repasse total de R\$ 30 bilhões, sendo que São Paulo teve direito a um montante de R\$ 6.616.311.017,89.

Como as universidades estaduais paulistas são mantidas com 9,57% do ICMS, Quota-Parte do Estado, o Fórum das Seis entende que cabe a elas, de forma similar ao que ocorre com os recursos transferidos ao estado em decorrência da Lei Complementar federal nº 87/1996 (conhecida como Lei Kandir), também igual percentual em relação ao repasse recebido do governo federal. Ou seja, cabe à Unesp, Unicamp e USP o repasse de R\$ 633.180.964,41.

No dia 9/10, o Fórum encaminhou ofício com esse teor ao governador João Doria, com cópias ao vice-governador

(Rodrigo Garcia), à secretária de Desenvolvimento Econômico (Patrícia Ellen), ao secretário de Projetos, Orçamento e Gestão (Mauro Ricardo Machado Costa), ao presidente do Tribunal de Contas do Estado de SP (Edgard Camargo Rodrigues) e aos reitores das universidades estaduais paulistas.

“Dada a necessidade de manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por estas instituições nos mesmos patamares de qualidade que sempre as caracterizaram, e que fazem delas personagens centrais no desenvolvimento do estado e do país, solicitamos ao governo paulista que faça o repasse destes valores”, diz um trecho do documento.

Ao final, o ofício frisa que, “como os demais efeitos resultantes da LC nº 173 – o congelamento de reajustes salariais e benefícios aos servidores públicos até dezembro de 2021 – foram imediatamente aplicados no âmbito das universidades, entendemos que é necessário também estender às instituições a compensação de receita auferida pelo estado”.

Até o fechamento deste boletim, não havia retorno por parte de nenhum dos signatários do ofício.

Feirão de votos funciona e governo consegue 48 a favor do PL 529. Pressão conquistou alguns recuos, que ainda serão votados como destaques, mas não a retirada do projeto

Confira o nome dos inimigos do povo paulista e fique atento às novas lutas que virão

A intensa movimentação do governo Doria nos bastidores da Assembleia Legislativa (Alesp), que teve a “oferta” de emendas de R\$ 30 milhões para quem aprovasse o PL 529, de acordo com denúncias veiculadas na grande imprensa, rendeu frutos na noite de 13/10. Após duas semanas de obstruções de parte dos deputados, e muita pressão do funcionalismo paulista organizado em suas entidades, o projeto foi aprovado com o número mínimo necessário: 48 favoráveis e 37 contrários.

A votação referiu-se ao substitutivo do relator especial Alex da Madureira (PSD). Ainda devem ser votados os destaques relativos às mudanças anunciadas na semana passada pelo líder do governo na casa, deputado Carlão Pignatari (PSDB). Entre eles:

- A exclusão da lista de extinção de quatro órgãos públicos: Fundação para o Remédio Popular (FURP), Fundação Oncocentro (FOSP), Fundação Instituto de Terras (Itesp) e Instituto de Medicina Social e de Criminologia (Imesc);
- A exclusão das universidades estaduais e da Fapesp do item que prevê o confisco do superávit financeiro de 2019;
- Alterações nas regras do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).
- Supressão, do conjunto de repasses ao Tesouro do Estado, da transferência de recursos derivados das contribuições individuais dos militares ao Fundo Especial de Despesa da Polícia Militar do Estado de SP (Fepom) e ao Fundo Estadual de Segurança Contra Incêndios e Emergências (Fesie),

Acordo entreguista

A costura do acordo que fez o governo recuar em parte dos ataques e viabilizou a aprovação do projeto teve a participação direta da deputada Janaína Paschoal (PSL). Bastante criticada, ela se justificou no plenário da Alesp na noite de 13/10: “O projeto teria passado na íntegra se não fosse esse acordo, mas estão querendo criar o factoide de que eu fui o voto decisivo.”

A deputada professora Bebel (PT), líder da minoria na Alesp, atacou: “Este projeto não serve à sociedade paulista, lamentavelmente grita mais alto o poder econômico.”

“É bom lembrar que um projeto dessa magnitude foi aprovado sem que o governo tenha apresentado os cálculos que justificassem a sua necessidade. Também não teve audiência pública ou debate nas comissões”, frisou a deputada Mônica Seixas (PSOL)

O que perdemos

Deverão ser extintos ou privatizados estes seis órgãos: Fundação Parque Zoológico, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), Superintendência de Controle de Endemias (Sucen), Instituto Florestal e Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp). Os quase cinco mil servidores destes órgãos, muitos com larga experiência na prestação de serviços à população em suas respectivas áreas, correm o risco de demissão.

O governo ganha autorização para concessão de 13 parques públicos à iniciativa privada, bem como para a alienação de 89 imóveis na capital e 66 outros município. Da mesma forma, Doria está autorizado a aumentar impostos de produtos sobre os quais hoje incide um percentual menor do ICMS, como é o caso de remédios e alimentos da cesta básica. As alíquotas de contribuição ao Iamspe também vão subir.

Novas lutas

A forte e organizada reação do funcionalismo paulista, capitaneada pelas entidades organizadas na Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, mesmo com todas as limitações impostas pela pandemia, produziu importantes frutos. Além de fazer o debate ganhar a grande imprensa e parte da opinião pública, as mobilizações contribuíram para que parte das bancadas conservadoras da Alesp se mantivesse em obstrução, além de forçar os recuos acima citados.

O fortalecimento da organização conjunta dos servidores paulistas é outro grande fruto, que deve prosseguir. Com certeza, será útil na reação contra a reforma administrativa que, após aprovada no Congresso Nacional, deve chegar aos estados e municípios. **A luta vai prosseguir!**



Os nomes dos inimigos do povo paulista estão no verso

Estes são os inimigos da população paulista. Confira os nomes dos que votaram SIM ao PL 529

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo			Relatório de Verificação de Votação			
PL 529/20 SUBSTITUTIVO SALVO PARTES DESTACADAS						
46ª Sessão Extraordinária de 13/10/2020 às 00:03:00						
VERIFICAÇÃO REQ. P/ DEP. TEONILIO BARBA						
Parlamentar	Partido	Voto	Parlamentar	Partido	Voto	
L SARGENTO NERI	AVANTE	Não	CEZAR	PSDB	Sim	
DANIEL SOARES	DEM	Sim	DRA. DAMARIS MOURA	PSDB	Sim	
EDMIR CHEDID	DEM	Sim	MARCOS ZERBINI	PSDB	Sim	
ESTEVAM GALVÃO	DEM	Sim	MARIA LÚCIA AMARY	PSDB	Sim	
MILTON LEITE FILHO	DEM	Sim	MAURO BRAGATO	PSDB	Sim	
PAULO CORREA JR.	DEM	Sim	CARLOS GIANNAZI	PSOL	Não	
RODRIGO MORAES	DEM	Sim	ERICA MALUNGUINHO	PSOL	Não	
L ROGÉRIO NOGUEIRA	DEM	Sim	ISA PENNA	PSOL	Não	
L ITAMAR BORGES	MDB	Sim	L MONICA DA BANCADA ATIVISTA	PSOL	Não	
JORGE CARUSO	MDB	Sim	DR. JORGE DO CARMO	PT	Não	
LÉO OLIVEIRA	MDB	Sim	EMIDIO LULA DE SOUZA	PT	Não	
L DANIEL JOSÉ	NOVO	Não	ENIO LULA TATTO	PT	Não	
HENI OZI CUKIER	NOVO	Não	JOSÉ AMÉRICO LULA	PT	Não	
RICARDO MELLÃO	NOVO	Não	LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA	PT	Não	
SERGIO VICTOR	NOVO	Não	MÁRCIA LULA LIA	PT	Não	
L ARTHUR DO VAL	PATRIOTA	Não	MAURICI	PT	Não	
L LECI BRANDÃO	PC DO B	Não	PAULO LULA FIORILO	PT	Não	
L MARCIO NAKASHIMA	PDT	Não	L PROF BEBEL LULA	PT	Não	
L ANDRÉ DO PRADO	PL	Sim	L TEONILIO BARBA LULA	PT	Não	
DELEGADA GRACIELA	PL	Não	L CAMPOS MACHADO	PTB	Não	
DIRCEU DALBEN	PL	Sim	DOUGLAS GARCIA	PTB	Não	
MARCOS DAMASIO	PL	Sim	ROQUE BARBIERE	PTB	Sim	
RAFA ZIMBALDI	PL	Sim	L REINALDO ALGUZ	PV	Sim	
RICARDO MADALENA	PL	Sim	L MARINA HELOU	REDE	Não	
THIAGO AURICCHIO	PL	Sim	ALTAIR MORAES	REPUBLIC	Sim	
APRIGIO	PODEMO	Licenciado	EDNA MACEDO	REPUBLIC	Obstrução	
ATAIDE TERUEL	PODEMO	Sim	GILMACI SANTOS	REPUBLIC	Sim	
BRUNO GANEM	PODEMO	Licenciado	JORGE WILSON	REPUBLIC	Sim	
L MARCIO DA FARMÁCIA	PODEMO	Sim	L SEBASTIÃO SANTOS	REPUBLIC	Sim	
CONTE LOPES	PROGRE!	Não	WELLINGTON MOURA	REPUBLIC	Sim	
CORONEL TELHADA	PROGRE!	Não	L ALEXANDRE PEREIRA	SOLIDARI	Sim	
L DELEGADO OLIM	PROGRE!	Sim	L FERNANDO CURY	CIDADAN	Sim	
PROFESSOR KENNY	PROGRE!	Sim	ROBERTO MORAIS	CIDADAN	Sim	
L ADRIANA BORGIO	PROS	---	ADALBERTO FREITAS	PSL	Sim	
BARROS MUNHOZ	PSB	Sim	AGENTE FEDERAL DANILO BALAS	PSL	Obstrução	
CAIO FRANÇA	PSB	Não	CASTELLO BRANCO	PSL	Não	
CARLOS CEZAR	PSB	Sim	CORONEL NISHIKAWA	PSL	Sim	
ED THOMAS	PSB	Não	DELEGADO BRUNO LIMA	PSL	Obstrução	
RAFAEL SILVA	PSB	Sim	FREDERICO D'AVILA	PSL	Licenciado	
ROBERTO ENGLER	PSB	Obstrução	JANAINA PASCHOAL	PSL	Sim	
L VINÍCIUS CAMARINHA	PSB	Sim	LETICIA AGUIAR	PSL	Não	
ALEX DE MADUREIRA	PSD	Sim	MAJOR MECCA	PSL	Não	
L MARTA COSTA	PSD	Não	L RODRIGO GAMBALE	PSL	Sim	
ANALICE FERNANDES	PSDB	Sim	TENENTE COIMBRA	PSL	Sim	
L CARLA MORANDO	PSDB	Sim	TENENTE NASCIMENTO	PSL	Não	
G CARLÃO PIGNATARI	PSDB	Sim	VALERIA BOLSONARO	PSL	Não	
P CAUÊ MACRIS	PSDB	---	GIL DINIZ	SEM PAF	Não	

Votos Sim	48	Aprovado	PARTIDOS EM OBSTRUÇÃO AVANTE, NOVO, PATRIOTA, PC DO B, PDT, PL, PROGRESSISTAS, PSB, PSD, PSOL, PT, PTB, REPUBLICANOS, PSL, SEM PARTIDO
Votos Não	37		
Abstenção	0		
Em Branco	0		
Presidente	1		
Total	86		

Líder do governo sinaliza retirar quatro fundações da degola e recua contra universidades e Fapesp. **Tática é dividir para passar a maior parte da boiada**

13/10 é dia chave na luta contra o PL 529. Veja como pressionar

Após seguidos dias sem conseguir quórum para colocar em votação o PL 529, a base governista na Assembleia Legislativa (Alesp) aposta que pode conseguir isso nas sessões que devem acontecer na volta do feriado, em 13/10.

Ao que parece, o governo Doria já se deu conta de que a tentativa de passar a boiada completa de uma única vez não foi uma ideia inteligente. Colocar num mesmo caldeirão ingredientes tão variados – como o fechamento de 10 importantes órgãos públicos, demissão de quase seis mil servidores, entrega de 13 parques à iniciativa privada, alienação de vastas áreas públicas, aumento de alíquotas do Iamspe e majoração de impostos sobre produtos básicos e remédios populares – gerou uma sopa indigesta para distintos setores políticos, cada qual com suas intolerâncias.

O recuo na intenção de confiscar os superávits financeiros ordinários de 2019 das universidades e da Fapesp foi o primeiro a ser anunciado (leia nota do Fórum das Seis no box). Na seção ordinária da Alesp em 8/10, o líder do governo na casa, deputado Carlão Pignatari (PSDB), comprometeu-se a destacar, para votação em separado, do projeto, após sua aprovação, a extinção de quatro dos 10 órgãos públicos ameaçados de extinção (Fundação para o Remédio Popular – FURP, Fundação Oncocentro, Instituto de Medicina Social e de Criminologia – Imesp e Fundação Instituto de Terras – Itesp) e as novas regras do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD). Não há garantias de que a base do governo votará pela retirada dos quatro órgãos e do confisco do superávit de 2019 das universidades e Fapesp do projeto.

O “acordo” oferecido por Pignatari tem a participação direta da deputada Janaína Paschoal (PSL), que diz estar disposta a sair da “oposição” e aprovar o projeto nestes termos. Demais extinções (Fundação Parque Zoológico, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo – CDHU, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU, Superintendência de Controle de Endemias – Sucec, Instituto Florestal e Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – Daesp) não



parecem incomodá-la.

Também estão de fora do “acordo” o aumento das alíquotas do Iamspe, a majoração dos impostos sobre produtos básicos, a entrega de 13 parques públicos e grandes extensões de áreas públicas à iniciativa privada.

Pressão sobre os deputados: Não ao “acordo” entreguista

As entidades que representam o funcionalismo público paulista, reunidas na Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, rejeitam os acordos espúrios que vêm sendo costurados por setores da Alesp. Devemos pressionar os parlamentares a rejeitar o PL 529 na íntegra, pelo bem do serviço público e da população paulista.

Nesta terça, 13/10, vamos redobrar a pressão:

- **Presença na Alesp** das entidades e trabalhadores que puderem fazê-lo, mantendo as condições de segurança sanitária.

- **Envio de e-mails ou mensagens das redes sociais dos deputados** pedindo que obstruam/votem NÃO.

- **Tuitaço hoje, 13/10, a partir de 14h.**
Use a **hashtag** #NaoaoPL529

- **Entre nas transmissões das sessões da Alesp** e manifeste-se nos chats.



Pressão especial nestes cinco “indecisos”

Nome	Twitter	Instagram	Face
Adalberto Freitas (PSL)	@Dep_Est_Freitas	@deputadoadalbertofreitas	@deputadoadalbertofreitas
Cel. Nishikawa (PSL)	@CelNishikawa	@coronelnishikawaoficial	@CoronelNishikawaOficial
Rodrigo Gambale (PSL)	@RodrigoGambale	@RodrigoGambale	@rodrigogambaleoficial
Tenente Coimbra (PSL)	@Tenente_coimbra	@tenente_coimbra	@TenenteCoimbra
Tenente Nascimento (PSL)	@TenNascimento	@tennascimentooficial	@tenentenascimentosp

Facebook das lideranças de partidos na Alesp

AVANTE (Dep. Sargento Neri): <https://www.facebook.com/SargentoNeriOficial>

CIDADANIA (Dep. Fernando Cury): <https://www.facebook.com/fernandohenriquecurry/>

DEM (Dep. Rogério Nogueira): <https://www.facebook.com/deprogerionogueira>

MDB (Dep. Itamar Borges): <https://www.facebook.com/dep.itamarborges>

NOVO (Dep. Daniel José): <https://www.facebook.com/danieljosebr>

PCdoB (Dep. Leci Brandão): <https://www.facebook.com/LeciBrandaoDeputada>

PDT (Dep. Márcio Nakashima): <https://www.facebook.com/MarcioNakashimaOficial>

PL (Dep. André do Prado): <https://www.facebook.com/dep.andredoprado>

PODEMOS (Dep. Márcio da Farmácia): <https://www.facebook.com/marciodafarmacia>

PP (Dep. Delegado Olim): <https://www.facebook.com/DelegadoOlim>

PROS (Dep. Adriana Borgo): <https://www.facebook.com/adrianaborgosp>

PSB (Dep. Vinícius camarinha): <https://www.facebook.com/vini-ciusacamarinha>

PSD (Dep. Alex de Madureira): <https://www.facebook.com/alexdemadureira>

PSDB (Dep. Carla Morando): <https://www.facebook.com/CarlaMorando1>

PSL (Dep. Rodrigo Gambale): <https://www.facebook.com/rodrigogambaleoficial>

PSOL (Dep. Mônica da Bancada Ativista): <https://www.facebook.com/bancadaativista>

PT (Dep. Teonilio Barba): <https://www.facebook.com/teonilio-barba>

PTB (Dep. Campos Machado): <https://www.facebook.com/camposmachado.ptb>

PV (Dep. Reinaldo Alguz): <https://www.facebook.com/reinaldo.alguz>

REDE (Dep. Marina Helou): <https://www.facebook.com/eusouhelou>

REPUBLICANOS (Dep. Jorge Wilson Xerife do Consumidor): <https://www.facebook.com/jorgewilsonxerifedoconsumidor>

SOLIDARIEDADE (Dep. Alexandre Pereira): <https://www.facebook.com/DeputadoAlexandrePereira>

NOTA DO FÓRUM DAS SEIS

Sobre a retirada das universidades e da Fapesp do PL 529 e a nossa responsabilidade com o serviço público e a sociedade paulista

O recuo do governo Doria, retirando do PL 529 o confisco de recursos das universidades estaduais paulistas e da Fapesp não decorre exclusivamente da ação do Cruesp, como parece querer fazer crer o Comunicado Cruesp nº 10/2020, de 8/10/2020, embora reconheça e agradeça “a toda comunidade acadêmica pela intensa mobilização em defesa da preservação da autonomia financeira e de gestão das universidades”, como se isso fosse um elemento coadjuvante menor nesse processo.

Toda e qualquer vitória na luta contra o PL 529 é também, em grande parte, consequência da atuação das entidades que compõem o Fórum das Seis e, dentro da mobilização conjunta das entidades do funcionalismo público paulista como um todo, reunidas na Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, bem como do trabalho incansável dos deputados e deputadas que desde sempre nos apoiam.

O Fórum das Seis lamenta que o Cruesp limite as suas ações exclusivamente à parte do PL 529 que afeta diretamente às universidades e à Fapesp, deixando em sua nota a impressão de que, para os reitores, a questão deste projeto de lei nefasto estaria superada simplesmente com a retirada desse dispositivo, desconsiderando todas as outras implicações devastadoras para o serviço público e para o povo paulista, inclusive para a comunidade universitária com as consequências que dele decorrem.

Finalmente, o Fórum das Seis reitera o seu compromisso de continuar na luta conjuntamente com as entidades representativas do serviço público paulista contra o PL 529 como um todo.

#NaoaoPL529

Governo recua contra universidades e Fapesp, mas mantém ataques contra o serviço público. Queremos a rejeição integral do PL 529!

Mais uma vez, as sessões extras convocadas para votação do PL 529 não obtiveram quórum, na noite de 8/10. Eram necessários 48 presentes para validar as votações que fossem realizadas, o que não aconteceu. Assim, o presidente da Alesp, Cauê Macris, suspendeu as sessões extraordinárias do dia. Mais uma vez, houve muita pressão das entidades sindicais e movimentos sociais, com presença de servidores nas redondezas da Alesp, tuitaço, envio massivo de mensagens aos parlamentares etc.

Ainda não há informes sobre novas convocações, o que pode significar a intenção do governo de usar o final de semana prolongado para costurar acordos com deputados indecisos, o que inclui a compra de votos (com a concessão de altas somas em emendas parlamentares) e, também, a possibilidade de recuos parciais no projeto, como a retirada de alguns órgãos públicos da lista da degola.

Universidades e Fapesp saem do projeto

Por meio do Comunicado Cruesp 10/2020, divulgado na noite de 8/10, os reitores informam a intenção do governo de excluir as universidades estaduais paulistas e a Fapesp do PL 529, desistindo do artigo que previa o confisco de seus respectivos superávits financeiros ordinários de 2019. Importante lembrar que a Fapesp está sob um novo ataque, com a retirada de R\$ 454.685.364,00, conforme previsto no PL 627/2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2021), tendo como justificativa a desvinculação das receitas do estado e dos municípios (DREM), possibilitada pela Emenda Constitucional (EC) 93/2016.

Se concretizada, a retirada destas instituições do nefasto projeto do governo é, inegavelmente, uma vitória da pressão e da mobilização da comunidade sobre o governo e os deputados. Mas é preciso que fique claro que esse recuo ainda é insuficiente, pois não somos uma ilha em meio ao serviço público paulista. **Queremos a rejeição/retirada integral do projeto!**

Fusões, extinção, entregas: O nefasto Doria em ação

O PL de Doria quer extinguir 10 autarquias, fundações e empresas públicas. São elas: Fundação Parque Zoológico; Fundação para o Remédio Popular (Furp); Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU); Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU); Superintendência de Controle de Endemias (Sucen); Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp); Instituto Florestal; Instituto de Medicina Social e de Criminologia (Imesc); Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp) e Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc). Os serviços destes órgãos, na maior parte dos casos, seriam assumidos por empresas privadas.

Alguma dessas empresas, como a CDHU e a EMTU, são

superavitárias. Outras são reconhecidas pelos relevantes serviços sociais, como a Fundação Oncocentro, responsável por diagnóstico e tratamento de câncer e reabilitação para pessoas que tiveram sequelas causadas por tumores na região da cabeça e do pescoço. Outros bons exemplos são a Furp, laboratório farmacêutico oficial do governo do estado de São Paulo, que ocupa posição estratégica nas políticas públicas de saúde, no desenvolvimento, na produção e distribuição de medicamentos, e o Itesp, que dá assessoria para pequenos produtores rurais, para agricultura familiar e assentamentos.

O projeto de Doria pode causar a demissão de cerca de seis mil servidores públicos.

O projeto de Doria aumenta drasticamente alíquotas contribuição ao Iamspe e majora impostos de medicamentos e produtos populares.

O projeto de Doria autoriza a Fazenda do estado a alienar um total de 89 imóveis, na capital e em 66 municípios, que somam 7.020.689,62 m² (702 ha). A título de comparação, essa área corresponde a 983 campos de futebol. Além disso, o projeto autoriza a concessão da exploração de serviços ou o uso (por 35 anos, podendo ser prorrogado), total ou parcial de: Parque Villa Lobos, Parque Cândido Portinari, Parque Fernando Costa, Parque Estadual do Belém Manoel Pitta, Parque Estadual Chácara da Baroneza, Parque Ecológico do Guarapiranga, Complexo Olímpico da Água Branca, Conjunto Desportivo Baby Barioni e Casarão de Melo Franco.

O projeto de Doria precisa ser derrotado, pelo bem do serviço público e da população paulista

Mais pressão

Neste final de semana prolongado, não devemos baixar a guarda. Vamos prosseguir na pressão sobre os deputados, enviando mensagens em suas redes sociais.



Os endereços de Face, Twitter e Instagram dos deputados estão no verso

Redes sociais dos deputados

Twitter

@DepSargentoNeri @cezarleiteofc
 @arthurmoledoval @marialuciamary
 @EdmirChedid @maurobragato
 @estevamgalvao @Dep_Est_Freitas
 @itamar_borges @danielobalas
 @dep_jorgecaruso @CastelloSP
 @Leo_Vereador @CelNishikawa
 @danieljosebr @del_brunolima
 @hoc111 @DouglasGarcia
 @RicardoMellaoSP @DAVILAFREDERICO
 @sergiovictorbr @carteiroreaca
 @deppaulocorrea2 @JanainaDoBrasil
 @lecibrandao @letsaguiar
 @MarcioNakashima @MajorMecca
 @DamarismouraDra @RodrigoGambale
 @_andredoprado @Tenente_Coimbra
 @deleg_graciela @TenNascimento
 @marcosdamasiosp @valbolsonaro
 @DepRMadalena @giannazioficial
 @AuricchioThiago @IsaPennaPsol
 @marciolabre @MonicaSeixas
 @brunoganem_03 @malunguinho
 @CONTELOPES @drjorgedocarmo
 @coroneltelhada @EmidioDeSouza_
 @DelegadoOlim @eniotatto13114
 @ProfessorKenny @joseamerico_sp
 @DepFernandoCury @marcialipt13
 @roberto_morais @paulofiorilo
 @BorgoAdriana @professorabebel
 @JABMunhoz @teoniliobarba
 @caiofanca40 @campos_machado
 @PrCarlosCezar @RoqueDeputado
 @Dep_EdThomas @reinaldoalguz
 @DeputadoRafael @marina_helou
 @ZimbaldiRafa @altairmoraessp
 @RobertoEngler @ednamaced0
 @vcamarinha @gilmacisantos10
 @alexmdureira @jorgewilsonx
 @dep_martacosta @depsebastiao
 @carlaopignatari @well10moura
 @cauemacris

Facebook

Facebook dos deputados @deputadaanalice
 @SargentoNeroOficial @CarlaMorando1
 @mamaefalei @cauemacris
 @edmirchedid @CezarDeputadoEstadual
 @estevamgalvao @mazerbini
 @MiltonLeiteSP @marialuciaamary2020
 @deputadorodrigomoraes @MauroBragato
 @deprogerionogueira @deputadoadalbertofreitas
 @dep.itamarborges @agentefederaldanielobalas
 @jorgecarusooficial @CastelloBrancoSP
 @leooliveiratv @CoronelNishikawaOficial
 @danieljosebr @delegadobrunolima
 @heniozicuckier @DouglasGarciaOficial
 @RicardomellaoSP @fredericodavilaoficial
 @sergiovictorbr @carteiroreaca
 @Paulocorreajr @janainacpaschoal
 @lecibrandaooficial @leticiaaguiaroficial
 @MarcioNakashimaOficial @majormeccaoficial
 @dradamarismoura @rodrigogambale
 @dep.andredoprado @TenenteCoimbra
 @delegadagraciela @tenentenascimentosp
 @DalbenOficial @bolsonarovaleria
 @marcosdamasiosp @carlosgiannazioficial
 @ricardo.madalena @IsaPennaPsol
 @thiagoauricchio @monicadabancada
 @Aprigio19 @ericamalunguinhodeputada
 @ataideteruel @depdrjorgedocarmo
 @marciodafarmacia @EmidiodeSouzaOficial
 @BrunoGanemSorocaba @eniotatto13114
 @CapitaoConteLopes @DeputadoEstadualJoseAmericoSP
 @CoronelTelhada @deputadoluizfernandoteixeira
 @DelegadoOlim @marcialia
 @ProfessorKennyOficial @paulofiorilosp
 @ferdandohenriqueury @professorabebeloficial
 @DepRobertoMorais @teoniliobarba
 @adrianaborgosp @camposmachado.ptb
 @barrosmunhoz @RoqueDeputado
 @caiofrancasp @reinaldo.alguz
 @prcarloscezar @eusouhelou
 @deputadoedthomas @altairmoraesoficial
 @rafaeldeputado @Dep.Ednamacedo
 @rafa.zimbaldi @gilmaci.santos.3
 @robertoengler @jorgewilsonxerifedoconsumidor
 @viniciusacamarinha @deputadoSebastiaoSantos
 @alexmdureira @wellington10moura
 @deputadamartacosta @deputadoalexandreperreira

Instagram

@sargentonerioficial @deputada.analice
 @arthurmoledoval @deputadacarlamorando
 @edmirchedid @carlaopignatari
 @estevam.galvao @cauemacris
 @miltonleite.sp @marcos.zerbini
 @deputadorodrigomoraes @marialuciaamary
 @rogerionogueira25 @mauro.bragato
 @itamar.borges @deputadoadalbertofreitas
 @jorgecarusooficial @agentefederaldanielobalas
 @leooliveiratv @castellobrancosp
 @danieljosebr @coronelnishikawaoficial
 @heniozicuckier @del.brunolima
 @ricardomellao @douglasgarciasp
 @sergiovictorbr @fredericodavilaoficial
 @dep_paulocorreajr @carteiroreaca
 @lecibrandao @JanainaPaschoalOficial
 @marcionakashima @leticiaaguiaroficial
 @dradamarismoura @majormecca
 @andredoprado_ @rodrigogambale
 @delegadagraciela @tenente_coimbra
 @dirceudalben @tenentenascimentos
 @marcosdamasiosp @bolsonarovaleria
 @dep.ricardomadalena @carlosgiannazioficial
 @thiagoauricchio_ @isapennapsol
 @aprigio_19 @monicaseixas
 @ataideteruel @ericamalunguinho
 @marciodafarmacia_oficial @drjorgedocarmo
 @brunoganemsp @emidiodesouzaoficial
 @capitaocontelopes @eniotatto13114
 @coroneltelhada @deputadojoseamerico
 @delegado_olim @depmarcialia
 @prof.kenny @fiorilopaulo
 @deputadofernandocury @professorabebel
 @robertomoraisoficial @teonilio_barba
 @adrianaborgodeputadaestadual @camposmachadoptb
 @barrosmunhoz @deputado_roque_barbiere
 @caiofranca_ @reinaldoalguz
 @prcarloscezar @marina.helou
 @deputadoedthomas @altairmoraessp
 @RAFAEL SILVA @ednamaced0
 @rafazimbaldi @gilmacisantos10
 @deputadorobertoengler @xerifedoconsumidor
 @vinicius_camarinha @depsebastiao
 @alexmdureira @wellington10moura
 @depmartacosta @dep.alexandreperreira

Ciência e pesquisa na mira de Doria

Além do confisco previsto no PL 529, projeto de orçamento 2021 desvincula 30% do montante a que tem direito a Fapesp

Somado ao que o PL 529 pode tirar do órgão, prejuízo no próximo ano passa de R\$ 800 mi

O projeto de lei orçamentária anual (LOA) para 2021, enviado pelo governador João Doria à Assembleia Legislativa (Alesp), traz mais ataques à ciência e à pesquisa, com prejuízos incalculáveis para o nosso estado e para todo o país.

O PL 627/2020, que chegou à Alesp em 2/10/2020, propõe um corte de 30% dos recursos previstos para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que tem direito constitucional ao repasse anual de 1% do total das receitas tributárias do estado. Com isso, o valor inicial estimado (R\$ 1.515.617.880,00) teria um abatimento de R\$ 454.685.364,00.

A garantia do repasse de 1% está prevista no artigo 271 Constituição Estadual, de 5/10/1989:

Artigo 271 - O Estado destinará o mínimo de um por cento de sua receita tributária à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico.

Parágrafo único - A dotação fixada no "caput", excluída a parcela de transferência aos Municípios, de acordo com o artigo 158, IV da Constituição Federal, será transferida mensalmente, devendo o percentual ser calculado sobre a arrecadação do mês de referência e ser pago no mês subsequente.

Para fazer o corte, Doria utiliza-se da desvinculação das receitas do estado e dos municípios (DREM), possibilitada pela Emenda Constitucional (EC) 93/2016, aprovada pelo Congresso.

Se somarmos esse valor à perda que resultará se for aprovado o PL 529/2020 – que confisca o "superávit" da Fapesp e das universidades relativos a 2019 – o cenário apresenta-se bastante sombrio, com cortes em bolsas e financiamentos de projetos de pesquisa já no próximo ano. Junto com a Capes e o CNPq, a Fapesp tem participação decisiva na manutenção das pesquisas nas universidades públicas e privadas do estado, da iniciação científica na graduação às pesquisas na pós-graduação.

A ação de Doria contra a Fapesp na LOA 2021 soa como uma espécie de "revanche" contra a reação que os defensores deste importante órgão e das universidades estão tendo contra o PL 529. Certamente, as universidades ficaram fora desta investida devido à vedação explícita da aplicação da DREM às verbas da saúde e educação:

Art. 76-B - Parágrafo único

Excetua-se da desvinculação de que trata o caput: I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal (...).

Inicialmente, como previsto no artigo 14 do PL 529, a intenção do governo era confiscar os "superávits" destas instituições todos os anos, mas a pressão levou-o a um recuo parcial. As instituições foram retiradas do artigo 14, mas em seu lugar foi criado um artigo nas Disposições Transitórias (artigo 6º), mantendo o sequestro do superávit "apenas" sobre o ano de 2019, a ser abatido em parcelas mensais do repasse de 2021.

Portanto, se o PL 529 for aprovado, a Fapesp perderá cerca de R\$ 400 milhões. Somado à perda causada com a desvinculação prevista no PL 627 (LOA 2021), de cerca de R\$ 430 milhões, o montante do prejuízo chegará a R\$ 830 milhões no próximo ano. Com isso, o valor efetivo a ser repassado pelo governo no ano que vem cairá para cerca de R\$ 661 milhões.

"Se os dois PLs (529 e 627) forem aprovados, em 2021 a Fapesp terá somente 1/3 de seu orçamento para uso, significando, com certeza, suspensão de projetos e bolsas em andamento", resume o pró-reitor de Pós-Graduação da USP, professor Carlos G. Carlotti Jr., em circular distribuída à comunidade.

Os números da Fapesp

Compare o orçamento da Fapesp original para 2021 e o valor que está sendo proposto.

Vinculação constitucional de 1%: R\$ 1.515.617.880,00

Desvinculação de receitas da EC 93/2016 (DREM): R\$ 454.685.364,00

Proposta para a Fapesp em 2021 no PL 627 (sem considerar as perdas do PL 529): R\$ 1.060.932.516,00

Perda aproximada decorrente do PL 529: R\$ 400.000.000,00

Valor efetivo a ser utilizado pela Fapesp em 2021: R\$ 660.932.516,00

Denunciar, pressionar, mobilizar

"Assim como estamos fazendo com o PL 529, devemos denunciar amplamente mais este ataque de Doria à ciência", convoca Paulo César Centoducatte, da diretoria da Adunicamp e membro da atual coordenação do Fórum das Seis. "A Fapesp é vital para o desenvolvimento das pesquisas no estado e no país."

Após nova noite sem quórum, governo aposta em mais duas sessões extras hoje para aprovar PL 529

Impasse tem a marca da pressão dos movimentos sociais e precisa prosseguir hoje

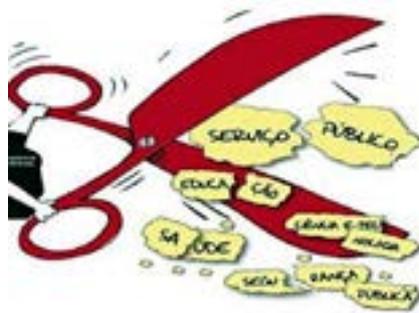
Mais uma vez, a base governista na Assembleia Legislativa viu frustrada a tentativa de colocar em votação o PL 529/2020. Pouco antes do início previsto para a primeira das duas sessões extras marcadas para o início da noite de 7/10, inesperadamente o líder do governo na casa, deputado Carlão Pignatari, pediu a palavra para “desconvocá-las”, sem dar maiores explicações. Nem precisava. Ficou clara a ausência de quórum – os 48 votos necessários para garantir a aprovação do nefasto projeto.

Para hoje, 8/10, já estão convocadas duas novas sessões, com início às 19h10.

Na sessão ordinária de 7/10, novamente sucederam-se discursos a favor e contra o PL. A fala do deputado Wellington Moura (Republicanos), presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), foi especialmente reveladora. Fiel escudeiro do governador Doria, Moura foi um dos grandes artífices da CPI das Universidades, em 2019. Em seu discurso, o deputado chamava pelo nome um a um os parlamentares que considera aliados (Novo, PSL e outros) e questionava o porquê de estarem se “juntando” com a oposição e combatendo o PL 529.

Antes dele, o deputado Campos Machado, líder do PTB na Alesp, criticou as notícias divulgadas na imprensa, de que o governo Doria está disposto a gastar R\$ 500 milhões na “compra” de votos dos indecisos, pagando a compra com emendas que podem chegar a R\$ 20 ou R\$ 30 milhões para cada um. Machado já havia protocolado junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), em 2/10, pedido de abertura de investigação sobre esta denúncia.

O projeto de Doria junta um grande número de medidas, todas nefastas para os serviços públicos. A extinção de 10 órgãos públicos (Oncocentro, Fundação do Remédio Popular, CDHU, Itesp, EMTU, Sucen etc.) é uma das mais escandalosas, mas não a única. Tem a entrega de 13 parques públicos e grandes áreas para a iniciativa privada, a demissão de seis mil servidores, o aumento das alíquotas do Iamspe e dos impostos sobre produtos essenciais e medicamentos populares, o sequestro de recursos das Universidades e da Fapesp.



Mais pressão hoje

As entidades que compõem o **Fórum das Seis**, em sintonia com a **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público**, indicam para hoje, 8/10:

- **Presença na Alesp** das entidades e trabalhadores que puderem fazê-lo, mantendo as condições de segurança sanitária.
- **Envio de mensagens das redes sociais dos deputados** pedindo que obstruam/votem NÃO.
- **Tuitaço a partir de 16h.** Use a hashtag #NãoAo-PL529.
- **Entre nas transmissões das sessões da Alesp** e manifeste-se nos chats.



Os endereços de Face, Twitter e Instagram dos deputados estão no verso

Redes sociais dos deputados

Twitter

@DepSargentoNeri @cezarleiteofc
 @arthurmoledoval @marialuciamary
 @EdmirChedid @maurobragato
 @estevamgalvao @Dep_Est_Freitas
 @itamar_borges @danielobalas
 @dep_jorgecaruso @CastelloSP
 @Leo_Vereador @CelNishikawa
 @danieljosebr @del_brunolima
 @hoc111 @DouglasGarcia
 @RicardoMellaoSP @DAVILAFREDERICO
 @sergiovictorbr @carteiroreaca
 @deppaulocorrea2 @JanainaDoBrasil
 @lecibrandao @letsaguiar
 @MarcioNakashima @MajorMecca
 @DamarismouraDra @RodrigoGambale
 @_andredoprado @Tenente_Coimbra
 @deleg_graciela @TenNascimento
 @marcosdamasiosp @valbolsonaro
 @DepRMadalena @giannazioficial
 @AuricchioThiago @IsaPennaPsol
 @marciolabre @MonicaSeixas
 @brunoganem_03 @malunguinho
 @CONTELOPES @drjorgedocarmo
 @coroneltelhada @EmidioDeSouza_
 @DelegadoOlim @eniotatto13114
 @ProfessorKenny @joseamerico_sp
 @DepFernandoCury @marcialipt13
 @roberto_morais @paulofiorilo
 @BorgoAdriana @professorabebel
 @JABMunhoz @teoniliobarba
 @caiofanca40 @campos_machado
 @PrCarlosCezar @RoqueDeputado
 @Dep_EdThomas @reinaldoalguz
 @DeputadoRafael @marina_helou
 @ZimbaldiRafa @altairmoraessp
 @RobertoEngler @ednamaced0
 @vcamarinha @gilmacisantos10
 @alexmdureira @jorgewilsonx
 @dep_martacosta @depsebastiao
 @carlaopignatari @well10moura
 @cauemacris

Facebook

Facebook dos deputados @deputadaanalice
 @SargentoNeroOficial @CarlaMorando1
 @mamaefalei @cauemacris
 @edmirchedid @CezarDeputadoEstadual
 @estevamgalvao @mazerbini
 @MiltonLeiteSP @marialuciaamary2020
 @deputadorodrigomoraes @MauroBragato
 @deprogerionogueira @deputadoadalbertofreitas
 @dep.itamarborges @agentefederaldanielobalas
 @jorgecarusooficial @CastelloBrancoSP
 @leooliveiratv @CoronelNishikawaOficial
 @danieljosebr @delegadobrunolima
 @heniozicuckier @DouglasGarciaOficial
 @RicardomellaoSP @fredericodavilaoficial
 @sergiovictorbr @carteiroreaca
 @Paulocorreajr @janainacpaschoal
 @lecibrandaooficial @leticiaaguiaroficial
 @MarcioNakashimaOficial @majormeccaoficial
 @dradamarismoura @rodrigogambale
 @dep.andredoprado @TenenteCoimbra
 @delegadagraciela @tenentenascimentosp
 @DalbenOficial @bolsonarovaleria
 @marcosdamasiosp @carlosgiannazioficial
 @ricardo.madalena @IsaPennaPsol
 @thiagoauricchio @monicadabancada
 @Aprigio19 @ericamalunguinhodeputada
 @ataideteruel @depdrjorgedocarmo
 @marciodafarmacia @EmidiodeSouzaOficial
 @BrunoGanemSorocaba @eniotatto13114
 @CapitaoConteLopes @DeputadoEstadualJoseAmericoSP
 @CoronelTelhada @deputadoluizfernandoteixeira
 @DelegadoOlim @marcialia
 @ProfessorKennyOficial @paulofiorilosp
 @ferdandohenriqueury @professorabebeloficial
 @DepRobertoMorais @teoniliobarba
 @adrianaborgosp @camposmachado.ptb
 @barrosmunhoz @RoqueDeputado
 @caiofrancasp @reinaldo.alguz
 @prcarloscezar @eusouhelou
 @deputadoedthomas @altairmoraesoficial
 @rafaeldeputado @Dep.Ednamacedo
 @rafa.zimbaldi @gilmaci.santos.3
 @robertoengler @jorgewilsonxerifedoconsumidor
 @viniciusacamarinha @deputadoSebastiaoSantos
 @alexmdureira @wellington10moura
 @deputadamartacosta @deputadoalexandreperreira

Instagram

@sargentonerioficial @deputada.analice
 @arthurmoledoval @deputadacarlamorando
 @edmirchedid @carlaopignatari
 @estevam.galvao @cauemacris
 @miltonleite.sp @marcos.zerbini
 @deputadorodrigomoraes @marialuciaamary
 @rogerionogueira25 @mauro.bragato
 @itamar.borges @deputadoadalbertofreitas
 @jorgecarusooficial @agentefederaldanielobalas
 @leooliveiratv @castellobrancosp
 @danieljosebr @coronelnishikawaoficial
 @heniozicuckier @del.brunolima
 @ricardomellao @douglasgarciasp
 @sergiovictorbr @fredericodavilaoficial
 @dep_paulocorreajr @carteiroreaca
 @lecibrandao @JanainaPaschoalOficial
 @marcionakashima @leticiaaguiaroficial
 @dradamarismoura @majormecca
 @andredoprado_ @rodrigogambale
 @delegadagraciela @tenente_coimbra
 @dirceudalben @tenentenascimentosp
 @marcosdamasiosp @bolsonarovaleria
 @dep.ricardomadalena @carlosgiannazioficial
 @thiagoauricchio_ @isapennapsol
 @aprigio_19 @monicaseixas
 @ataideteruel @ericamalunguinho
 @marciodafarmacia_oficial @drjorgedocarmo
 @brunoganemsp @emidiodesouzaoficial
 @capitaocontelopes @eniotatto13114
 @coroneltelhada @deputadojoseamerico
 @delegado_olim @depmarcialia
 @prof.kenny @fiorilopaulo
 @deputadofernandocury @professorabebel
 @robertomoraisoficial @teonilio_barba
 @adrianaborgodeputadaestadual @camposmachadoptb
 @barrosmunhoz @deputado_roque_barbiere
 @caiofranca_ @reinaldoalguz
 @prcarloscezar @marina.helou
 @deputadoedthomas @altairmoraessp
 @RAFAEL SILVA @ednamaced0
 @rafazimbaldi @gilmacisantos10
 @deputadorobertoengler @xerifedoconsumidor
 @vinicius_camarinha @depsebastiao
 @alexmdureira @wellington10moura
 @depmartacosta @dep.alexandreperreira

Em nova derrota do governo, sessões em 6/10 não tiveram quórum e PL 529 segue sem votação. Entidades convocam para novo dia de manifestações

As duas sessões extras convocadas pelo presidente da Assembleia Legislativa, Cauê Macris, para a noite de 6/10, sequer foram instaladas por falta de quórum. Eram necessários 48 presentes para que tivessem início.

Mais uma vez, houve muita pressão das entidades sindicais e movimentos sociais, com ato presencial nas redondezas da Alesp, tuitaço, envio massivo de mensagens aos parlamentares.

Hoje, 7/10, a bancada governista tentará voltar à carga. Se houver quórum na sessão ordinária, na parte da tarde, provavelmente Macris convoque mais duas extras para a noite.

Imprensa fala em meio bilhão na compra de votos

Novas matérias na grande imprensa informam a investida do governo Doria sobre os deputados, no afã de aprovar o PL 529 a qualquer custo. A seção Painel do jornal Folha de S. Paulo, de 5/10, fez o cálculo: Doria dispõe-se a gastar cerca de meio bilhão de reais na concessão de emendas para garantir o voto SIM dos deputados ao projeto que ataca ferozmente o serviço público paulista, com o fechamento de órgãos importantes para a população (Oncocentro, CDHU, ITESP, Sucen, EMTU e outras), demissão de cerca de 6 mil servidores, entrega de 13 parques e vastas áreas à iniciativa privada, aumento das alíquotas do Iamspe, majoração de impostos sobre produtos essenciais e medicamentos, confisco de recursos das universidades e da Fapesp, entre outros.

O detalhe é que a justificativa para esse saco de maldades é um pretenso déficit de cerca de R\$ 10,4 bilhões em 2021, em decorrência da crise trazida pela pandemia!

Mais pressão hoje

É preciso manter e ampliar a pressão sobre os parlamentares. Hoje, 7/10, priorize:

- **Envio de mensagens das redes sociais dos deputados** pedindo que obstruam/votem NÃO. Os endereços estão no verso deste boletim.
- **Tuitaço hoje, 6/10, a partir de 16h.** Use a *hashtag* #NãoAoPL529.
- **Entre nas transmissões das sessões da Alesp** e manifeste-se nos chats.



Os endereços de Face, Twitter e Instagram dos deputados estão no verso

Redes sociais dos deputados

Twitter

@DepSargentoNeri @cezarleiteofc
 @arthurmoledoval @marialuciamary
 @EdmirChedid @maurobragato
 @estevamgalvao @Dep_Est_Freitas
 @itamar_borges @danielobalas
 @dep_jorgecaruso @CastelloSP
 @Leo_Vereador @CelNishikawa
 @danieljosebr @del_brunolima
 @hoc111 @DouglasGarcia
 @RicardoMellaoSP @DAVILAFREDERICO
 @sergiovictorbr @carteiroreaca
 @deppaulocorrea2 @JanainaDoBrasil
 @lecibrandao @letsaguiar
 @MarcioNakashima @MajorMecca
 @DamarismouraDra @RodrigoGambale
 @_andredoprado @Tenente_Coimbra
 @deleg_graciela @TenNascimento
 @marcosdamasiosp @valbolsonaro
 @DepRMadalena @giannazioficial
 @AuricchioThiago @IsaPennaPsol
 @marciolabre @MonicaSeixas
 @brunoganem_03 @malunguinho
 @CONTELOPES @drjorgedocarmo
 @coroneltelhada @EmidioDeSouza_
 @DelegadoOlim @eniotatto13114
 @ProfessorKenny @joseamerico_sp
 @DepFernandoCury @marcialipt13
 @roberto_morais @paulofiorilo
 @BorgoAdriana @professorabebel
 @JABMunhoz @teoniliobarba
 @caiofanca40 @campos_machado
 @PrCarlosCezar @RoqueDeputado
 @Dep_EdThomas @reinaldoalguz
 @DeputadoRafael @marina_helou
 @ZimbaldiRafa @altairmoraessp
 @RobertoEngler @ednamaced0
 @vcamarinha @gilmacisantos10
 @alexmadureira @jorgewilsonx
 @dep_martacosta @depsebastiao
 @carlaopignatari @well10moura
 @cauemacris

Facebook

Facebook dos deputados @deputadaanalice
 @SargentoNeroOficial @CarlaMorando1
 @mamaefalei @cauemacris
 @edmirchedid @CezarDeputadoEstadual
 @estevamgalvao @mazerbini
 @MiltonLeiteSP @marialuciaamary2020
 @deputadorodrigomoraes @MauroBragato
 @deprogerionogueira @deputadoadalbertofreitas
 @dep.itamarborges @agentefederaldanielobalas
 @jorgecarusooficial @CastelloBrancoSP
 @leooliveiratv @CoronelNishikawaOficial
 @danieljosebr @delegadobrunolima
 @heniozicuckier @DouglasGarciaOficial
 @RicardomellaoSP @fredericodavilaoficial
 @sergiovictorbr @carteiroreaca
 @Paulocorreajr @janainacpaschoal
 @lecibrandaooficial @leticiaaguiaroficial
 @MarcioNakashimaOficial @majormeccaoficial
 @dradamarismoura @rodrigogambale
 @dep.andredoprado @TenenteCoimbra
 @delegadagraciela @tenentenascimentosp
 @DalbenOficial @bolsonarovaleria
 @marcosdamasiosp @carlosgiannazioficial
 @ricardo.madalena @IsaPennaPsol
 @thiagoauricchio @monicadabancada
 @Aprigio19 @ericamalunguinhodeputada
 @ataideteruel @depdrjorgedocarmo
 @marciodafarmacia @EmidiodeSouzaOficial
 @BrunoGanemSorocaba @eniotatto13114
 @CapitaoConteLopes @DeputadoEstadualJoseAmericoSP
 @CoronelTelhada @deputadoluizfernandoteixeira
 @DelegadoOlim @marcialia
 @ProfessorKennyOficial @paulofiorilosp
 @ferdandohenriqueury @professorabebeloficial
 @DepRobertoMorais @teoniliobarba
 @adrianaborgosp @camposmachado.ptb
 @barrosmunhoz @RoqueDeputado
 @caiofrancasp @reinaldo.alguz
 @prcarloscezar @eusouhelou
 @deputadoedthomas @altairmoraesoficial
 @rafaeldeputado @Dep.Ednamacedo
 @rafa.zimbaldi @gilmaci.santos.3
 @robertoengler @jorgewilsonxerifedoconsumidor
 @viniciusacamarinha @deputadoSebastiaoSantos
 @alexmadureira @wellington10moura
 @deputadamartacosta @deputadoalexandreperreira

Instagram

@sargentonerioficial @deputada.analice
 @arthurmoledoval @deputadacarlamorando
 @edmirchedid @carlaopignatari
 @estevam.galvao @cauemacris
 @miltonleite.sp @marcos.zerbini
 @deputadorodrigomoraes @marialuciaamary
 @rogerionogueira25 @mauro.bragato
 @itamar.borges @deputadoadalbertofreitas
 @jorgecarusooficial @agentefederaldanielobalas
 @leooliveiratv @castellobrancosp
 @danieljosebr @coronelnishikawaoficial
 @heniozicuckier @del.brunolima
 @ricardomellao @douglasgarciasp
 @sergiovictorbr @fredericodavilaoficial
 @dep_paulocorreajr @carteiroreaca
 @lecibrandao @JanainaPaschoalOficial
 @marcionakashima @leticiaaguiaroficial
 @dradamarismoura @majormecca
 @andredoprado_ @rodrigogambale
 @delegadagraciela @tenente_coimbra
 @dirceudalben @tenenascimentosoficial
 @marcosdamasiosp @bolsonarovaleria
 @dep.ricardomadalena @carlosgiannazioficial
 @thiagoauricchio_ @isapennapsol
 @aprigio_19 @monicaseixas
 @ataideteruel @ericamalunguinho
 @marciodafarmacia_oficial @drjorgedocarmo
 @brunoganemsp @emidiodesouzaoficial
 @capitaocontelopes @eniotatto13114
 @coroneltelhada @deputadojoseamerico
 @delegado_olim @depmarcialia
 @prof.kenny @fiorilopaulo
 @deputadofernandocury @professorabebel
 @robertomoraisoficial @teonilio_barba
 @adrianaborgodeputadaestadual @camposmachadoptb
 @barrosmunhoz @deputado_roque_barbiere
 @caiofranca_ @reinaldoalguz
 @prcarloscezar @marina.helou
 @deputadoedthomas @altairmoraessp
 @RAFAEL SILVA @ednamaced0
 @rafazimbaldi @gilmacisantos10
 @deputadorobertoengler @xerifedoconsumidor
 @vinicius_camarinha @depsebastiao
 @alexdemadureira @wellington10moura
 @depmartacosta @dep.alexandreperreira

PL 529: Mesmo com todas as manobras, governo não consegue quórum. Hoje tem novas sessões e mais pressão nos deputados

As duas sessões extras convocadas pelo presidente da Assembleia Legislativa, Cauê Macris, para a noite de 5/10, foram recheadas de discursos inflamados, em sua maior parte contrários ao PL 529. Mais uma vez, a exemplo do ocorrido na semana que passou, Macris não conseguiu o quórum necessário para colocar o projeto em votação. Durante todo o dia e até a madrugada, foi intensa a pressão sobre os deputados, com tuitaço, atos virtuais e mensagens nos *e-mails* e redes sociais dos parlamentares.

Em vários discursos, deputados de oposição repercutiram as notícias divulgadas pela imprensa, de que o governador Doria estaria tentando “comprar” votos em troca de emendas parlamentares no valor de R\$ 30 milhões aos que votassem a favor do projeto, e de R\$ 20 milhões aos que, mesmo não votando, permanecessem em plenário para garantir o quórum necessário. O feirão de votos não rendeu os lucros desejados, ao menos por enquanto, e Macris não teve outro caminho a não ser apostar em mais duas sessões extras nesta terça-feira, 6/10, a partir das 19h.

Tuitaço, pressão nas redes e presença na Alesp

É preciso manter e ampliar a pressão sobre os parlamentares.

A tática de Doria, ao enviar num único projeto medidas das mais diferentes e todas danosas à sociedade – fechamento de órgãos públicos, demissões, entrega de parques e vastas áreas à iniciativa privada, aumento das alíquotas do Iamspe, aumento de alíquotas do ICMS de remédios e itens de consumo popular, entre outras maldades –, resultou na oposição de parlamentares de amplos espectros políticos.

A pressão dos trabalhadores e dos movimentos sociais é fundamental para canalizar esse descontentamento em obstrução e votos NÃO ao projeto.

As entidades que compõem o **Fórum das Seis**, em sintonia com a **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público**, indicam:

- **Presença na Alesp** das entidades e trabalhadores que puderem fazê-lo, mantendo as condições de segurança sanitária.
- **Envio de e-mails ou mensagens das redes sociais dos deputados** pedindo que obstruam/votem NÃO.
- **Tuitaço hoje, 6/10, a partir de 16h.** Use a *hashtag* #NãoAoPL529.
- **Entre nas transmissões das sessões da Alesp** e manifeste-se nos chats.
- **Entre no site do Manif.App e proteste virtualmente.** No campo “*slogan*”, você pode escrever uma frase de protesto, que ficará associada ao seu avatar. Divulgue o site amplamente e peça para seus contatos fazerem o mesmo. Acesse pelo [link](https://manif.app/?lat=-23.579337422759643&long=-46.660459041595466&zoom=17&lang=pt)



Redes sociais dos deputados

Twitter

@DepSargentoNeri @cezarleiteofc
 @arthurmoledoal @marialuciamary
 @EdmirChedid @maurobragato
 @estevamgalvao @Dep_Est_Freitas
 @itamar_borges @danielobalas
 @dep_jorgecaruso @CastelloSP
 @Leo_Vereador @CelNishikawa
 @danieljosebr @del_brunolima
 @hoc111 @DouglasGarcia
 @RicardoMellaoSP @DAVILAFREDERICO
 @sergiovictorbr @carteiroreaca
 @deppaulocorrea2 @JanainaDoBrasil
 @lecibrandao @letsaguiar
 @MarcioNakashima @MajorMecca
 @DamarismouraDra @RodrigoGambale
 @_andredoprado @Tenente_Coimbra
 @deleg_graciela @TenNascimento
 @marcosdamasiosp @valbolsonaro
 @DepRMadalena @giannazioficial
 @AuricchioThiago @IsaPennaPsol
 @marciolabre @MonicaSeixas
 @brunoganem_03 @malunguinho
 @CONTELOPES @drjorgedocarmo
 @coroneltelhada @EmidioDeSouza_
 @DelegadoOlim @eniotatto13114
 @ProfessorKenny @joseamerico_sp
 @DepFernandoCury @marcialipt13
 @roberto_morais @paulofiorilo
 @BorgoAdriana @professorabebel
 @JABMunhoz @teoniliobarba
 @caiofanca40 @campos_machado
 @PrCarlosCezar @RoqueDeputado
 @Dep_EdThomas @reinaldoalguz
 @DeputadoRafael @marina_helou
 @ZimbaldiRafa @altairmoraessp
 @RobertoEngler @ednamaced0
 @vcamarinha @gilmacisantos10
 @alexmadureira @jorgewilsonx
 @dep_martacosta @depsebastiao
 @carlaopignatari @well10moura
 @cauemacris

Facebook

Facebook dos deputados @deputadaanalice
 @SargentoNeroOficial @CarlaMorando1
 @mamaefalei @cauemacris
 @edmirchedid @CezarDeputadoEstadual
 @estevamgalvao @mazerbini
 @MiltonLeiteSP @marialuciaamary2020
 @deputadorodrigomoraes @MauroBragato
 @deprogerionogueira @deputadoadalbertofreitas
 @dep.itamarborges @agentefederaldanielobalas
 @jorgecarusooficial @CastelloBrancoSP
 @leooliveiratv @CoronelNishikawaOficial
 @danieljosebr @delegadobrunolima
 @heniozicuckier @DouglasGarciaOficial
 @RicardomellaoSP @fredericodavilaoficial
 @sergiovictorbr @carteiroreaca
 @Paulocorreajr @janainacpaschoal
 @lecibrandaooficial @leticiaaguiaroficial
 @MarcioNakashimaOficial @majormeccaoficial
 @dradamarismoura @rodrigogambale
 @dep.andredoprado @TenenteCoimbra
 @delegadagraciela @tenentenascentosp
 @DalbenOficial @bolsonarovaleria
 @marcosdamasiosp @carlosgiannazioficial
 @ricardo.madalena @IsaPennaPsol
 @thiagoauricchio @monicadabancada
 @Aprigio19 @ericamalunguinhodeputada
 @ataideteruel @depdrjorgedocarmo
 @marciodafarmacia @EmidiodeSouzaOficial
 @BrunoGanemSorocaba @eniotatto13114
 @CapitaoConteLopes @DeputadoEstadualJoseAmericoSP
 @CoronelTelhada @deputadoluizfernandoteixeira
 @DelegadoOlim @marcialia
 @ProfessorKennyOficial @paulofiorilosp
 @ferdandohenriqueury @professorabebeloficial
 @DepRobertoMorais @teoniliobarba
 @adrianaborgosp @camposmachado.ptb
 @barrosmunhoz @RoqueDeputado
 @caiofrancasp @reinaldo.alguz
 @prcarloscezar @eusouhelou
 @deputadoedthomas @altairmoraesoficial
 @rafaeldeputado @Dep.Ednamacedo
 @rafa.zimbaldi @gilmaci.santos.3
 @robertoengler @jorgewilsonxerifedoconsumidor
 @viniciusacamarinha @deputadoSebastiaoSantos
 @alexmadureira @wellington10moura
 @deputadamartacosta @deputadoalexandreperreira

Instagram

@sargentonerioficial @deputada.analice
 @arthurmoledoal @deputadacarlamorando
 @edmirchedid @carlaopignatari
 @estevam.galvao @cauemacris
 @miltonleite.sp @marcos.zerbini
 @deputadorodrigomoraes @marialuciaamary
 @rogerionogueira25 @mauro.bragato
 @itamar.borges @deputadoadalbertofreitas
 @jorgecarusooficial @agentefederaldanielobalas
 @leooliveiratv @castellobrancosp
 @danieljosebr @coronelnishikawaoficial
 @heniozicuckier @del.brunolima
 @ricardomellao @douglasgarciasp
 @sergiovictorbr @fredericodavilaoficial
 @dep_paulocorreajr @carteiroreaca
 @lecibrandao @JanainaPaschoalOficial
 @marcionakashima @leticiaaguiaroficial
 @dradamarismoura @majormecca
 @andredoprado_ @rodrigogambale
 @delegadagraciela @tenente_coimbra
 @dirceudalben @tenentenascentosoficial
 @marcosdamasiosp @bolsonarovaleria
 @dep.ricardomadalena @carlosgiannazioficial
 @thiagoauricchio_ @isapennapsol
 @aprigio_19 @monicaseixas
 @ataideteruel @ericamalunguinho
 @marciodafarmacia_oficial @drjorgedocarmo
 @brunoganemsp @emidiodesouzaoficial
 @capitaocontelopes @eniotatto13114
 @coroneltelhada @deputadojoseamerico
 @delegado_olim @depmarcialia
 @prof.kenny @fiorilopaulo
 @deputadofernandocury @professorabebel
 @robertomoraisoficial @teonilio_barba
 @adrianaborgodeputadaestadual @camposmachadoptb
 @barrosmunhoz @deputado_roque_barbiere
 @caiofranca_ @reinaldoalguz
 @prcarloscezar @marina.helou
 @deputadoedthomas @altairmoraessp
 @RAFAEL SILVA @ednamaced0
 @rafazimbaldi @gilmacisantos10
 @deputadorobertoengler @xerifedoconsumidor
 @vinicius_camarinha @depsebastiao
 @alexdemadureira @wellington10moura
 @depmartacosta @dep.alexandreperreira

PL 529: Depois de semana de derrotas, governo Doria tenta forçar votação nesta semana

Hora de pressionar mais e mais!

Na semana que passou, o governo Doria não conseguiu colocar em votação o projeto de lei (PL 529), que traz várias medidas de ataque aos serviços públicos e ao funcionalismo paulista.

Por obstrução ou falta de quórum, as seguidas sessões extraordinárias não conseguiram emplacar a votação desejada pelo presidente da Assembleia Legislativa (Alesp), deputado Cauê Macris, que se desdobrou em manobras, mas em vão.

A partir de hoje, 5/10, certamente os governistas voltarão à carga. A composição política entre os que estão contra o projeto é eclética, indo da esquerda até a direita, com a maioria dos deputados do PSL, por exemplo, mantendo-se em oposição a Doria por conta do momento eleitoral. É hora de redobrar a pressão sobre todos os parlamentares.

Manter a pressão

Vamos seguir na luta para derrotar o projeto que confisca dinheiro das universidades e da Fapesp, fecha 10 órgãos públicos relevantes, privatiza 13 parques, entrega grandes áreas à iniciativa privada, aumenta as alíquotas do Iamspe, aumenta alíquotas do ICMS de remédios e itens de consumo popular, entre outras maldades. Um verdadeiro projeto de desmonte dos serviços públicos paulistas!

As entidades que compõem o Fórum das Seis, em sintonia com a Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, reunida na manhã desta segunda, 5/10, indicam:

- **Mande e-mails ou mensagens das redes sociais** dos deputados pedindo que obstruam/votem NÃO.
- **Tuitaço hoje e amanhã**, 5 e 6/10, a partir de 14h. Use a hashtag #NãoAoPL529.
- **Entre nas transmissões das sessões da Alesp** e manifeste-se nos chats.
- **Entre no site do Manif.App e proteste virtualmente.** No campo “slogan”, você pode escrever uma frase de protesto, que ficará associada ao seu avatar. Divulgue o site amplamente e peça para seus contatos fazerem o mesmo.
Acesse pelo link
<https://manif.app/?lat=-23.579337422759643&long=-46.660459041595466&zoom=17&lang=pt>,
- **Compartilhe os cards da campanha contra o PL 529** nas suas redes.

PL 529: Bancada governista sofre primeira derrota em votação preliminar.

A luta continua hoje, 1/10, com tuitaço e pressão em cada parlamentar

As sessões de discussão do PL 529/2020 avançaram até o início desta quinta-feira, 1/10, no plenário da Assembleia Legislativa. Após vários discursos, em sua maioria contrários ao projeto, o presidente da casa, deputado Cauê Macris, colocou em votação um requerimento pedindo a suspensão das discussões, o que também funcionaria como um teste para medir as forças.

Para ser aprovado, o requerimento precisa da conjugação de dois fatores: quórum mínimo de 48 votantes e maioria de votos favoráveis. Feita a contagem, houve 44 votos sim, 2 abstenções e um voto do presidente, totalizando 47. Os demais, em sua maioria, mantiveram-se em obstrução, sendo alguns poucos licenciados. A composição política entre os que estão em obstrução é eclética, indo da esquerda até a direita, com a maioria dos deputados do PSL, por exemplo, mantendo-se em oposição a Doria por conta do momento eleitoral.

Com este placar, o quórum não foi obtido, impedindo que Macris colocasse o projeto em votação. Uma primeira vitória parcial dos funcionários públicos em

luta, que fizeram uma grande mobilização no decorrer do dia, com vários presentes na Alesp, tuitaço, envio de e-mails e pressão nas redes dos deputados.

O que acontece agora

A luta prossegue hoje, 1/10. É possível que o presidente da Alesp reinicie as sessões à tarde e tente novamente votar o requerimento, ou então abra para novos discursos, se achar que não consegue o quórum necessário.

Manter a pressão

Vamos seguir na luta para derrotar o projeto que confisca dinheiro das universidades e da Fapesp, fecha 10 órgãos públicos relevantes, privatiza 13 parques, entrega grandes áreas à iniciativa privada, aumenta as alíquotas do Iamspe, aumenta alíquotas do ICMS de remédios e itens de consumo popular, entre outras maldades. Um verdadeiro projeto de desmonte dos serviços públicos paulistas!

As entidades que compõem o **Fórum das Seis**, em sintonia com a **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público**, indicam a necessidade de ampliar a pressão sobre os deputados hoje. Na lista anexa, você confere o voto de cada um.

- **Mande e-mails** pedindo que obstruam a votação e impeçam a aprovação do projeto que ataca a população paulista.

- **Às 14h: Tuitaço** (que se estenderá até o final das sessões plenárias de votação, caso sejam realizadas). Use a *hashtag* #NãoAoPL529

No verso, confira a lista com o voto de cana um na madraugada de 1/10



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Relatório de Verificação de Votação



REQ. ENCERRAMENTO DE DISCUSSÃO PL 529/2020

39ª Sessão Extraordinária de 30/09/2020 às 00:23:00

VERIFICAÇÃO REQ. P/ DEP. CAMPOS MACHADO

Parlamentar	Partido	Voto	Parlamentar	Partido	Voto
L SARGENTO NERI	AVANTE	---	CEZAR	PSDB	Sim
DANIEL SOARES	DEM	Sim	DRA. DAMARIS MOURA	PSDB	Sim
EDMIR CHEDID	DEM	Sim	MARCOS ZERBINI	PSDB	Sim
ESTEVAM GALVÃO	DEM	Sim	MARIA LÚCIA AMARY	PSDB	Sim
MILTON LEITE FILHO	DEM	Sim	MAURO BRAGATO	PSDB	Sim
PAULO CORREA JR.	DEM	Sim	CARLOS GIANNAZI	PSOL	Obstrução
RODRIGO MORAES	DEM	Sim	ERICA MALUNGUINHO	PSOL	Obstrução
L ROGÉRIO NOGUEIRA	DEM	Sim	ISA PENNA	PSOL	Obstrução
L ITAMAR BORGES	MDB	Sim	L MONICA DA BANCADA ATIVISTA	PSOL	Obstrução
JORGE CARUSO	MDB	Sim	DR. JORGE DO CARMO	PT	Obstrução
LÉO OLIVEIRA	MDB	Sim	EMIDIO LULA DE SOUZA	PT	Obstrução
L DANIEL JOSÉ	NOVO	Obstrução	ENIO LULA TATTO	PT	Obstrução
HENI OZI CUKIER	NOVO	Obstrução	JOSÉ AMÉRICO LULA	PT	Obstrução
RICARDO MELLÃO	NOVO	Obstrução	LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA	PT	Obstrução
SERGIO VICTOR	NOVO	Obstrução	MÁRCIA LULA LIA	PT	Obstrução
L ARTHUR DO VAL	PATRIOT	Obstrução	MAURICI	PT	Obstrução
L LECI BRANDÃO	PC DO B	Obstrução	PAULO LULA FIORILO	PT	Obstrução
L MARCIO NAKASHIMA	PDT	---	L PROF BEBEL LULA	PT	Obstrução
L ANDRÉ DO PRADO	PL	Sim	L TEONILIO BARBA LULA	PT	Obstrução
DELEGADA GRACIELA	PL	---	L CAMPOS MACHADO	PTB	Obstrução
DIRCEU DALBEN	PL	Sim	DOUGLAS GARCIA	PTB	Obstrução
MARCOS DAMASIO	PL	Sim	ROQUE BARBIERE	PTB	Obstrução
RAFA ZIMBALDI	PL	Sim	L REINALDO ALGUZ	PV	Sim
RICARDO MADALENA	PL	Sim	L MARINA HELOU	REDE	Obstrução
THIAGO AURICCHIO	PL	Sim	ALTAIR MORAES	REPUBLIC	Sim
APRIGIO	PODEMO	Licenciado	EDNA MACEDO	REPUBLIC	---
ATAIDE TERUEL	PODEMO	Sim	GILMACI SANTOS	REPUBLIC	Sim
BRUNO GANEM	PODEMO	Licenciado	JORGE WILSON	REPUBLIC	Sim
L MARCIO DA FARMÁCIA	PODEMO	Sim	L SEBASTIÃO SANTOS	REPUBLIC	Sim
CONTE LOPES	PROGRE!	---	WELLINGTON MOURA	REPUBLIC	Sim
CORONEL TELHADA	PROGRE!	---	L ALEXANDRE PEREIRA	SOLIDARI	Sim
L DELEGADO OLIM	PROGRE!	Sim	L FERNANDO CURY	CIDADAN	Sim
PROFESSOR KENNY	PROGRE!	Sim	ROBERTO MORAIS	CIDADAN	Sim
L ADRIANA BORGIO	PROS	Obstrução	ADALBERTO FREITAS	PSL	Sim
BARROS MUNHOZ	PSB	Sim	AGENTE FEDERAL DANILO BALAS	PSL	Obstrução
CAIO FRANCA	PSB	Obstrução	CASTELLO BRANCO	PSL	Obstrução
CARLOS CEZAR	PSB	Sim	CORONEL NISHIKAWA	PSL	Sim
ED THOMAS	PSB	Obstrução	DELEGADO BRUNO LIMA	PSL	Obstrução
RAFAEL SILVA	PSB	Obstrução	FREDERICO D'AVILA	PSL	Obstrução
ROBERTO ENGLER	PSB	Obstrução	GIL DINIZ	PSL	Obstrução
L VINÍCIUS CAMARINHA	PSB	Sim	JANAINA PASCHOAL	PSL	Obstrução
ALEX DE MADUREIRA	PSD	Sim	LETICIA AGUIAR	PSL	Obstrução
L MARTA COSTA	PSD	Obstrução	MAJOR MECCA	PSL	Obstrução
ANALICE FERNANDES	PSDB	Sim	L RODRIGO GAMBALE	PSL	Sim
L CARLA MORANDO	PSDB	Sim	TENENTE COIMBRA	PSL	Abstencão
G CARLÃO PIGNATARI	PSDB	Sim	TENENTE NASCIMENTO	PSL	Abstencão
P CAUÉ MACRIS	PSDB	---	VALERIA BOLSONARO	PSL	Obstrução

30 de setembro é Dia Nacional de Lutas!

**Participe do ato virtual às 19h.
Acompanhe em <http://bit.ly/ato3009>**

Fórum das Seis integra ATO VIRTUAL com sindicatos, associações e movimentos sociais, além dos reitores da Unifesp e da UFABC, nesta quarta-feira, 30/9/2020, como parte do calendário de lutas e mobilização em defesa dos serviços públicos, das estatais, da educação e da ciência, e contra as reformas administrativas de Doria e Bolsonaro!

Definido por entidades representativas de todo o país, 30/9 é **Dia Nacional de Lutas, em defesa da educação, da saúde, da ciência e dos serviços públicos, e contra as reformas administrativas de Doria (PL 529/2020) e Bolsonaro (PEC 32, da reforma administrativa)**! O questionamento ao chamado “teto de gastos” (Emenda Constitucional 95), que impõe sérias restrições aos investimentos em saúde e educação públicas, é uma das bandeiras centrais.

As entidades que compõem o Fórum das Seis uniram-se a outros sindicatos e movimentos ligados à educação para realizar um grande ato virtual. Participe!

O Manifesto das entidades

Como denuncia manifesto divulgado pelas entidades (*anexo a este boletim*), a reforma administrativa do governo federal (PEC 32/2020), se aprovada no Congresso Nacional, terá como resultado prático acabar com a seleção por mérito no serviço público (concursos públicos), favorecendo as indicações políticas para além do razoável, precarizando vínculos trabalhistas e esvaziando a autonomia funcional das servidoras e servidores, com o fim da estabilidade. Perde-se capacidade técnica e ganha-se em fisiologismo e abertura à corrupção. “Tais medidas, destrutivas para as políticas públicas de educação, saúde e assistência, não atingiriam todo o serviço público, preservando intactos o Judiciário, o Legislativo e os militares, justamente os setores que costumam violar os tetos remuneratórios e acumular privilégios de classe, de raça e gênero no setor público.

O manifesto também destaca o grave ataque disparado pelo governo Doria, em São Paulo. Tramitando em regime de urgência, o projeto de lei (PL 529/2020) quer extinguir sumariamente nada menos que 10 entidades públicas que prestam relevantes serviços à população em diversas áreas (saúde, meio ambiente, transportes, habitação e direito à terra). Como enfatiza o texto, o PL 529/2020 ataca a autonomia das universidades estaduais e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, ao propor – nas disposições transitórias - a reincorporação ao caixa do estado do saldo financeiro de 2019, essencial para a manutenção e os planos de desenvolvimento de tais instituições.

Ato Público Virtual

30 de setembro, 19 horas
Dia Nacional de Lutas

Em defesa da **educação**, da **ciência**, dos **serviços públicos**!
Contra as reformas administrativas de Doria e Bolsonaro!

Ao vivo em <http://bit.ly/YTadusp>

Organização:

Logos das entidades: ADUFABC, ADUnesp, ADunicamp, Adunifesp, Adusp, ANDES, FORUM das seis, SINTEPS, SinTUFABC, Sintunesp, SINTUSP, STU.



“Diante dessa convergência de ataques, é hora de reafirmar a agenda de defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, da ciência, da saúde e dos serviços públicos”, conclui o manifesto. “É hora de juntar forças e ampliar o diálogo e a mobilização em defesa dos direitos sociais severamente ameaçados.”

Nossa agenda de lutas

- ⇒ Pelo financiamento justo, estável e suficiente da educação e da ciência, em todos os campos do conhecimento;
- ⇒ Contra o “teto de gastos” e sua trágica aplicação no orçamento federal de 2021;
- ⇒ Pela revogação legislativa ou judicial da Emenda Constitucional n. 95/2016;
- ⇒ Contra a PEC do “pacto federativo” (PEC 188/2019), que extingue os pisos de investimentos mínimos em educação e saúde e autoriza a redução compulsória da jornada como corte de salário;
- ⇒ Contra a reforma administrativa de Doria (PL 529/2020), que extingue dez entidades públicas e retira recursos vinculados das Universidades estaduais e da Fapesp;
- ⇒ Em defesa da autonomia de gestão financeira, científica e administrativa das Universidades;
- ⇒ Em defesa da Rede Federal de Ensino: Educação não é mercadoria, é Direito!
- ⇒ Pela nomeação das/os reitora(e)s escolhidas/os pelas comunidades;
- ⇒ Pela liberdade acadêmica, pelo pluralismo de ideias na educação;
- ⇒ Contra o retorno precipitado às atividades presenciais, pela participação efetiva de toda a comunidade – docentes, discentes, servidora(e)s técnico-administrativa(o)s e trabalhadora(e)s terceirizada(o)s – na definição dos planos de reabertura com segurança sanitária;

⇒ Pela garantia de condições de trabalho durante as medidas de distanciamento social, com atenção às desigualdades de condições de acesso aos meios digitais – por questões de gênero, classe, raça, geracionais ou outras – e à qualidade do ensino.

ASSINAM a convocação do ato virtual

- Associação dos Docentes da UFABC (ADUFABC)
- Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp)
- Associação dos Docentes da Unicamp (ADunicamp)
- Associação dos Docentes da Unifesp (Adunifesp)
- Associação dos Docentes da USP (Adusp)
- Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical)
- Fórum das Seis
- Sindicato dos Trabalhadores da UFSCar (SINTUFSCar)
- Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp)
- Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU)
- Sindicato dos Trabalhadores da Unifesp (Sintunifesp)
- Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp)
- Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SintUFABC)
- Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps)
- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)
- Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção SP (SINASEFE-SP)

Ato Público Virtual

30 de setembro, 19 horas

Dia Nacional de Lutas

Em defesa da **educação**, da **ciência**, dos **serviços públicos!**
Contra as reformas administrativas de Doria e Bolsonaro!

Ao vivo em <http://bit.ly/YTadusp>

Organização:

ADUFABC ADunesp ADunicamp Adunifesp Adusp
ANDES FORUM das seis SINTEPS SinTUFABC
SINTUNESP SINTUSP FILINDO A CSP-CORLUTAS FÓRUM DAS SEIS

Pela rejeição integral do PL 529

Não queremos nenhum confisco de recursos da educação e da ciência e, acima de tudo, reivindicamos a retirada integral do projeto!

Está mais do que claro que a mola propulsora do governo, neste momento, não é o pretenso *déficit* no estado, mas sim a possibilidade de passar a boiada em plena pandemia, para desmontar os serviços prestados à população, entregar empresas e áreas públicas, ampliando a privatização do serviço público. Um caminho copiado do governo federal, que também tenta passar a reforma administrativa no Congresso Nacional (*veja chamado para ato no verso*).

Terça, 29/9, é dia D

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, composta por mais de 70 entidades – sindicatos, centrais, movimentos sociais – está convocando para 29/9 um decisivo dia de pressão contra o PL 529:

Às 14h: Tuitaço (que se estenderá até o final da sessão plenária de votação, caso esta seja realizada)

- Use a *hashtag* #NãoAoPL529

- Sugestão de *tuite*:

O #PL529 quer sequestrar recursos da ciência e da educação. #Unicamp #Unesp #USP #CentroPaulaSouza unidos pela rejeição ao Projeto #NãoAoPL529

Às 14h: Ato público na Alesp (presencial e virtual)

Para participar à distância, use o site **Manif.app** para se colocar virtualmente no local do ato. No campo “*Slogan*”, você pode escrever uma frase de protesto, que ficará associada ao seu avatar durante o ato. Divulgue o site amplamente (e peça para seus contatos entrarem na hora do ato! Acesse pelo *link*

<https://manif.app/?lat=-23.579337422759643&long=-46.660459041595466&zoom=17&lang=pt>,

Obs.: Caso o projeto seja colocado em votação e as sessões se estendam até a quarta, dia 30/9, será realizada nova manifestação na Alesp, com início às 16h, além de novo tuitaço.

Mais pressão nos deputados

Envie mensagens aos deputados estaduais, cobrando que votem contra o PL 529 e a favor do povo paulista. Segue anexa lista com os *e-mails* e as redes sociais de todos eles.

Quarta, 30/9, é Dia Nacional de Manifestações contra a Reforma Administrativa

Haverá locais de concentração presencial em São Paulo e um grande ato virtual. Mais detalhes em breve.

Ato Público Virtual

30 de setembro, 19 horas Dia Nacional de Lutas

Em defesa da **educação**, da **ciência**, dos **serviços públicos!**
Contra as reformas administrativas de Doria e Bolsonaro!

Ao vivo em <http://bit.ly/YTadusp>

Organização:



PL 529 - Governo recua no artigo 14, mas substitutivo mantém confisco das reservas de 2019

29 de setembro é dia de ato estadual e novo tuitaço. Queremos a retirada integral do projeto!

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, composta por mais de 70 entidades – sindicatos, centrais, movimentos sociais – está convocando para 29/9 mais um dia de pressão contra o PL 529. Enviado pelo governo Dória à Alesp em 13/8, o projeto contém um verdadeiro saco de maldades contra a população paulista: confisco de recursos da educação e da pesquisa, extinção de 10 importantes órgãos públicos (Oncocentro, Furp, EMTU, CDHU, Itesp etc.), venda de áreas equivalentes a mil campos de futebol, majoração das alíquotas de contribuição ao Iamspe, autorização para securitização de recebíveis tributários e não tributários, entre outros.

Além do **tuitaço**, está sendo organizado para o dia 29 um grande **ato unificado** na Alesp, presencial e pelo **site Manif.App**. Em algumas cidades, devem ocorrer atos regionais. Fique atento às novas divulgações e participe!

Governo pode tentar manobra regimental

As reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) previstas para os dias 22 e 23/9 não tiveram quórum. O objetivo era apreciar e aprovar o parecer do deputado Carlão Pignatari (PSDB), indicado relator do projeto na comissão (*veja detalhes a seguir*). Deputados de oposição ouvidos pelo Fórum das Seis acreditam que o presidente da Alesp, deputado Cauê Macris (PSDB), possa usar algumas manobras regimentais para tentar acelerar a tramitação do projeto e colocá-lo para votação em plenário na próxima semana.

Assim, além das atividades de mobilização, é preciso redobrar a **pressão sobre os deputados estaduais**, enviando-lhes *e-mails* (acesse a lista em <https://www.al.sp.gov.br/deputado/contato/>), cobrando que rejeitem o PL nº 529/20 e defendam o serviço público paulista.



Substitutivo traz recuo parcial

No projeto original, há um artigo (nº 14) que afeta diretamente as universidades estaduais paulistas e a Fapesp, impondo-lhes a obrigação de devolução do que chama de “*superávit financeiro*”, mas que, na realidade, se trata de suas reservas técnicas. O substitutivo apresentado pelo deputado Carlão Pignatari na CCJR retirou as universidades e a Fapesp do artigo 14, mas criou, por meio de um artigo nas Disposições Transitórias, a obrigação de repasse do “*superávit*” de 2019. Diz o artigo criado:

Artigo 6º - *Os valores equivalentes aos superávits financeiros oriundos de recursos ordinários e apurados em balanços patrimoniais de 2019 das Universidades Públicas Estaduais e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP serão deduzidos dos mínimos legais e constitucionais a serem alocados ao orçamento de 2021, bem como das transferências mensais de que tratam o artigo 171 da Constituição do Estado de São Paulo e artigo 5º da Lei nº 17.286, de 20 de agosto de 2020.*

Parágrafo único – *Para os fins do disposto neste artigo, fica dispensada a deliberação dos órgãos colegiados das entidades de que trata o caput deste artigo.*

Ainda que seja fruto da pressão e da mobilização da comunidade sobre o governo e os deputados, esse recuo é insuficiente. De acordo com o próprio Pignatari, em *live* promovida pelo jornal **O Estado de S. Paulo** (*veja no verso*), serão subtraídos das universidades cerca de R\$ 736 milhões.

Não queremos nenhum confisco de recursos da educação e da ciência e, acima de tudo, reivindicamos a retirada integral do projeto!

Ato na Alesp, em 16/9, teve participação presencial e virtual

Em *live* promovida pelo Estadão, reitores ouvem Pignatari desfilhar justificativas esdrúxulas para o confisco

Tendo a jornalista Renata Cafardo como mediadora, o jornal *O Estado de S. Paulo* promoveu uma *live* nesta quarta-feira, 23/9, para discutir os impactos do PL 529 sobre as universidades. Além dos reitores da Unesp, Unicamp e USP – Sandro Valentini, Marcelo Knobel e Vahan Agopyan, respectivamente – estava presente o deputado estadual Carlão Pignatari, líder do governo Doria na Alesp e relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR).

A tônica do debate foram os impactos do substitutivo apresentado por Pignatari, que exclui as universidades do artigo 14 do PL 529, mas cria um item novo, nas **Disposições Transitórias**, prevendo o confisco do “superávit” de 2019 (veja em matéria na página anterior).

A *live* teve bom público e muitas postagens de repúdio no *chat*.

Os reitores expuseram os danos que o confisco dos valores de 2019 causaria às universidades, em prejuízo de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, destacaram o pesado impacto que já tem a insuficiência financeira, ou seja, o fato de as universidades terem que arcar com a diferença entre o que arrecadam de contribuições previdenciárias e os benefícios que são pagos a aposentados e pensionistas, o que deveria ser coberto pelo Tesouro do Estado, de acordo com a Lei 1.010/2007, que criou a SPPrev.



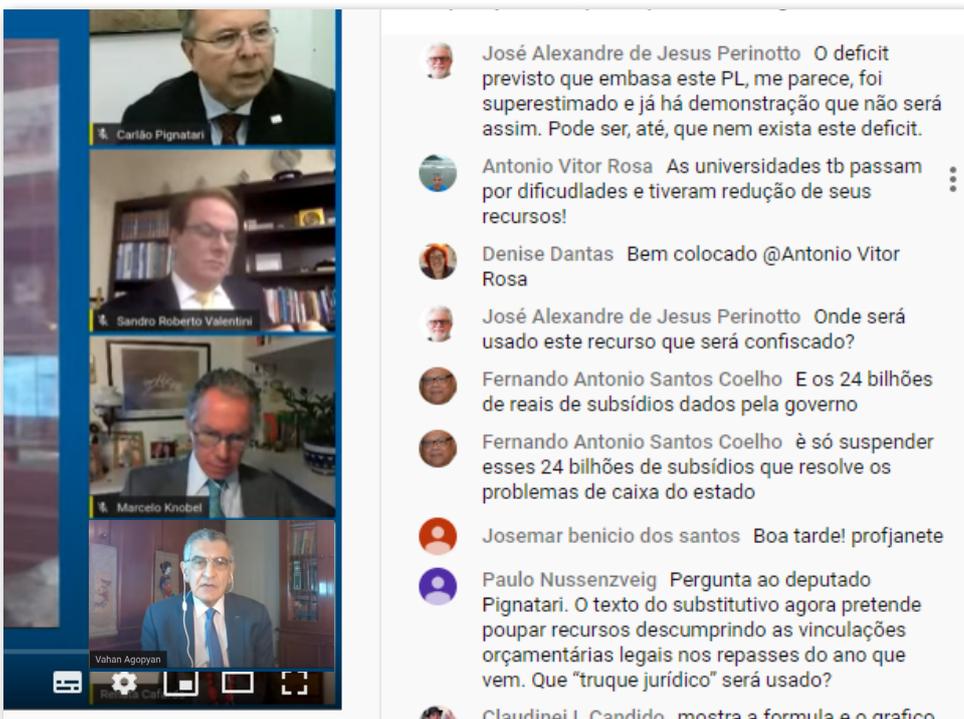
Pignatari: “Se precisarem de socorro, o governo vai estar pronto a atender as universidades”

Pignatari parecia não entender a língua que estava sendo falada na *live*. Limitava-se a repetir justificativas decoradas para o golpe. O total que deve ser retirado das universidades – segundo ele, R\$ 736 milhões – será “recompensado” com o aumento da arrecadação do ICMS, por conta da previsão do corte de parte das isenções fiscais que o governo fornece a empresas atualmente. “Se o projeto for aprovado, com redução de benefícios fiscais, teremos quase 9 bilhões de arrecadação extra no ICMS, ou seja, as universidades terão 9,57% disso, cerca de 870 milhões”, previu.

Diante da incredulidade estampada na face dos

reitores, o deputado disse não ter dúvidas de que o governo proverá as universidades com suplementações orçamentárias, se for necessário. “Se precisarem de socorro, o governo vai estar pronto a atender as universidades”, afirmou categórico, obviamente na tentativa de convencer setores da sociedade externos às universidades. A comunidade acadêmica sabe bem como é a boa vontade do governo estadual em relação à Unesp, à Unicamp e à USP.

Traçando uma relação familiar entre universidades e governo, Pignatari parou de usar números e sentenciou: “É hora de o filho ajudar o pai.”



Tópicos do chat durante a live: repúdio ao PL 529

A gravação da *live* pode ser assistida em: <https://www.youtube.com/watch?v=VSvobaLM1v4&feature=youtu.be>

Luta contra o PL 529

Terça, 22/9, é dia de redobrar a pressão. Comissão de Justiça da Alesp pode votar relatório de Pignatari

Esta terça-feira, 22 de setembro, é um dia importante na luta contra a aprovação do projeto de lei (PL) 529/2020, enviado pelo governador Doria à Assembleia Legislativa em 13/8, e que prevê o aumento na contribuição ao IAMSPE, a extinção de 10 órgãos fundamentais, o confisco de recursos das universidades estaduais e Fapesp, entre outras medidas de desmonte do serviço público no estado.

Duas comissões reúnem-se em 22/9 tendo o projeto em pauta:

- Às 12h, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) reúne-se para apreciar e votar o relatório do deputado Carlão Pignatari (PSDB) sobre o projeto.

- Às 15h, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) reúne-se para ouvir esclarecimentos do Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, Mauro Ricardo, sobre o projeto.

Reunida em 21/9, a Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, composta por mais de 70 entidades representativas dos servidores públicos de São Paulo, federações, confederações, centrais e movimentos, esteve reunida pela plataforma Zoom. As entidades que integram o Fórum das Seis estiveram na reunião da Frente, que deliberou diversas ações.

Confira e participe:

- 22/09 - 12h: - Reunião da CCJR.

- 22/09 - 15h: Reunião da CFOP.

Pressionar nas transmissões da Alesp via Facebook (<https://facebook.com/assembleiasp/>) e pelo Youtube da Alesp (<https://www.youtube.com/c/AlespOficial>)

- 22/09, das 12h às 17h: Tuitaço - Usar as hashtags #EmDefesaDosServiçosPúblicos #NãoAoPL529

Link do 'Banco de tuítes': <https://bit.ly/3hKLXKA>

- 23/09, das 14h às 16h: Tuitaço - Usar as hashtags #EmDefesaDosServiçosPúblicos #NãoAoPL529

Link do 'Banco de tuítes': <https://bit.ly/3hKLXKA>

- Utilizar a plataforma **Na Pressão** (veja no box abaixo)

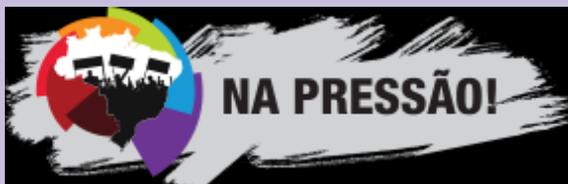
- 29/09, 14h: Grande Ato unificado na Alesp contra o PL 529/2020. Presencial e pelo site Manif.App (veja no box abaixo). Atos regionais no mesmo dia (as entidades irão encaminhar as cidades para divulgação)

- 30/09: Dia Nacional de Lutas contra a Reforma Administrativa.

Plataformas virtuais ajudam a mobilizar!

Na Pressão: mensagem direta ao parlamentar

Nesta plataforma, na campanha "PL 529 de Doria, o vírus que ataca SP", você encontra uma lista dos deputados "a favor do PL", "contrários" e "indecisos". Clicando em cada um, você tem a alternativa de enviar uma mensagem com um único clique. Há, inclusive, sugestão de texto. Link: <https://napressao.com.br/campanha/pl-529-de-doria-o-virus-que-ataca-sp>



Manif.App: participação nos atos à distância

O site Manif.App permite que você se coloque virtualmente no local de um ato/manifestação. No campo "Slogan", você pode escrever uma frase de protesto, que ficará associada ao seu avatar. Entre no link que remete ao ato contra o PL 529 e insira-se: <https://manif.app/?lat=-23.579337422759643&long=-46.660459041595466&zoom=17&lang=pt>

E lembre-se de, a cada 24h, dar uma "mexida" no seu avatar, para mantê-lo ali!



Luta contra o PL 529

Arrecadação de impostos desmonta desculpa de déficit

A principal alegação do governo Doria para a aprovação do PL n° 529/20 é a projeção de um déficit de R\$ 10,4 bilhões nas contas do estado de São Paulo em 2021. Um primeiro aspecto a questionar é que esse mesmo governo concedeu, só em em 2019, mais de R\$ 23 bilhões em renúncias fiscais a diversos setores da economia paulista, principalmente a grupos empresariais. Além disso, a dívida ativa do estado é superior a R\$ 300 bilhões. Mas não é só!

Os resultados da economia paulista mostram que a arrecadação de tributos, mesmo ainda em cenário de pandemia, está em alta. A arrecadação geral de impostos em agosto/2020 foi 4,6% maior que a de agosto/2019. Especificamente em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo do estado e base para o repasse às universidades, a arrecadação de agosto/2020 foi 4,77% maior que a de agosto/



to/2019. Ou seja, há uma indicação clara de que a economia do estado de São Paulo voltou ao ritmo e a patamares de crescimento pré-pandemia.

O que Doria quer, na verdade, é passar a boiada enquanto a pandemia não passa!

Arrecadação agosto			
	2020 (R\$)	2019 (R\$)	Crescimento
Impostos	14.742.524.988,84	14.094.325.584,64	4,60%
ICMS	12.545.455.400,50	11.973.955.870,15	4,77%

**30/9 é Dia Nacional
de Luta contra as reformas
administrativas de
Doria e Bolsonaro**

Entidades preparam ato virtual. Aguarde mais informações!



Dia de luta contra o PL 529 teve atividades virtuais e presenciais em todo o estado. Mobilização vai continuar!

Em continuidade à luta contra o Projeto de Lei (PL) 529/2020, várias atividades de mobilização foram desenvolvidas em 16/9 pela Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades que integram o Fórum das Seis e dezenas de outras representativas das demais categorias do funcionalismo.

O dia foi marcado por tuitação e um ato público presencial e carreta nas imediações da Assembleia Legislativa (Alesp), acompanhados virtualmente por servidores de todo o estado, pelo *site* **Manif.app**.

O ato presencial, realizado com todas as precauções exigidas pelo momento de pandemia que atravessamos, foi bastante expressivo, com a presença de trabalhadores e estudantes, representantes dos órgãos ameaçados de extinção, sindicatos e parlamentares de oposição.

O PL 529 foi enviado pelo governador João Dória à Alesp no dia 13/8, em regime de urgência, tendo recebido cerca de 600 emendas. Ele prevê a extinção de 10 órgãos públicos, o confisco de recursos das universidades e da Fapesp, o aumento da contribuição ao Iamspe, entre outros.

No *site* da Alesp, a última movimentação refere-se ao dia 17/9, quando o projeto foi “distribuído” para a relatoria do deputado Carlão Pignatari (PSDB), o que pode significar a intenção do presidente da casa, deputado Cauê Macris, de “pular” as etapas de tramitação em cada comissão relacionada e ir direto à votação em plenário.

Também estão registradas na tramitação do projeto – que pode ser conferida em www.al.sp.gov.br, no item “Processo Legislativo” – “Proposições” – centenas de manifestações de câmaras municipais, prefeitos e órgãos públicos ameaçados.

Fissura na Alesp indica importância da pressão nos parlamentares

Além da bancada oposicionista, a postura de alguns deputados próximos ao governo, que vêm falando contra o PL 529, indicam a existência de uma relativa fissura na base de apoio ao projeto. É o caso dos deputados Janaina Paschoal e Castello Branco (PSL), que já discursaram na tribuna contra o projeto.

Por isso, é importante ampliar a pressão sobre o(a)s deputado(a)s estaduais, prefeituras e câmaras de vereadores. No caso destes últimos, a proposta é solicitar que emitam moções contrárias ao PL nº 529/20. Quanto às/ aos deputadas/os, o indicativo é de envio de e-mails (a lista segue anexa a este boletim), cobrando que



Flashes do ato na Alesp em 16/9

rejeitem o PL nº 529/20 e defendam o serviço público paulista.

Próxima reunião da Frente

A Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos volta a se reunir em 21/8, às 10h. No mesmo dia, às 16h, o Fórum das Seis também se reúne para dar continuidade à luta contra o PL nº 529/20.

Fórum questiona Cruesp sobre postura diante da luta contra o PL 529 e falta de democracia no debate sobre a pandemia

Na reunião entre Fórum das Seis e Cruesp, em 1/9/2020, um dos itens listados na pauta – retorno às atividades presenciais – não pôde ser abordado, dado o exíguo tempo de uma hora destinado pelos reitores ao encontro.

Em relação ao outro tópico – as implicações do PL 529/2020 nas universidades – vários pontos haviam ficado em aberto. Anteriormente, por meio de ofícios, o Fórum havia solicitado algumas informações técnicas quanto aos impactos do projeto sobre as universidades e o Centro Paula Souza, com o objetivo de subsidiar a luta da comunidade acadêmica em defesa das instituições. Como tais informações ainda não foram enviadas pelo Cruesp, logo após a reunião o Fórum elaborou novo ofício (nº 7/2020) cobrando-as. No mesmo documento, o Fórum solici-

tou a realização de nova reunião entre as partes, para debate do retorno presencial.

A resposta dos reitores ao Ofício Fórum 7/2020 foi meramente burocrática. Sobre a reunião para debater a volta às atividades presenciais em meio à pandemia, limitaram-se a informar que o assunto já está sendo tratado no âmbito de cada instituição. Sobre o pedido de informações técnicas, repetiram a sugestão de que o Fórum as procure nos *sites* das universidades. Ainda sobre a sugestão de uma nota conjunta entre Fórum e Cruesp, contra o PL 529, a negativa veio justificada na “incompatibilidade” de linguagens entre as partes.

Confira a resposta do Fórum das Seis (*Ofício Fórum 8/2020*) a seguir:



DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação Estudantil da Unesp

Ofício Fórum das Seis nº 8/2020

São Paulo, 17 de setembro de 2020

**Prezado Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini,
Reitor da Unesp e Presidente do Cruesp.**

Tendo tomado conhecimento do teor do **Ofício Cruesp nº 8**, de 11/9/2020, emitido em resposta a algumas solicitações feitas pelo Fórum das Seis (Ofício F6 nº 7/2020), julgamos necessário tecer algumas considerações:

- Sobre o pleito de nova reunião

Como na reunião entre Fórum e Cruesp, em 1/9/2020, não houve tempo de discutir o ponto de pauta referente ao retorno às atividades presenciais, havíamos solicitado agendamento de nova reunião entre as partes. Ao contrário do que respondeu o Cruesp, este não é um tema simplesmente da alçada de cada universidade. Entendemos que Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza fazem parte do sistema superior público paulista e, desta forma, podem e devem atuar de forma unificada em relação a um assunto de tamanha gravidade, como são as condições de retorno às atividades presenciais em meio à pandemia de Covid-19. Desta forma, reforçamos o pleito de nova reunião para abordagem deste ponto, na expectativa de que o Cruesp atue de forma democrática e inclusiva neste necessário debate.

- Sobre os dados solicitados

Por duas vezes (Ofícios F6 nºs 5 e 7/2020), o Fórum das Seis solicitou o fornecimento de informações técnicas, com o objetivo de utilizá-las como subsídio à reação da comunidade acadêmica ao PL 529/2020. A burocrática resposta do Cruesp, de que os dados se encontram “disponíveis nos respectivos balanços patrimoniais” das instituições e publicados em seus *sites*, não é aceitável. Todos sabemos que as equipes técnicas de cada universidade dominam o acervo destas informações e podem dispor delas com facilidade e rapidez. Num momento de tamanha delicadeza para nossas instituições, ameaçadas em sua autonomia e em seus já insuficientes recursos, esperamos que o Cruesp demonstre maior disposição em sua defesa.

Desta forma, considerando:

- o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal que se encontra em pleno vigor;
- que o Cruesp representa as reitorias das três universidades estaduais paulistas, sendo que o Centro Paula Souza está vinculado e associado à Unesp;
- e que, no art. 1º, inciso II da referida lei, estão incluídas “as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”;

reiteramos a solicitação das informações descritas nos Ofícios 05/2020 e 07/2020, em anexo.

- Sobre a nota conjunta

A resposta do Cruesp à proposta de nota conjunta do Fórum das Seis, contra a íntegra do PL 529, também se reveste de formalidade e não deixa claro o que seria “texto incompatível com a linguagem utilizada pelo Cruesp”. Sendo essa a razão, é de se esperar que os reitores apresentem uma versão alternativa ao texto para debate conjunto.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos atenciosamente,

Prof. Dr. Paulo Cesar Centoducatte
P/ Coordenação do Fórum das Seis

Reforma da Previdência paulista

TJ-SP determina suspensão de cobrança extra de aposentados e pensionistas

Fórum das Seis oficializa Cruesp para cumprimento da liminar pelas universidades e Ceeteps

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) concedeu, em 15/9/2020, liminar suspendendo a cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas sobre o que superar o valor do salário mínimo, mantendo essa cobrança apenas sobre o valor das aposentadorias e pensões que exceder o valor do teto de benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social.

A cobrança extraordinária havia sido estabelecida pelo Decreto 65.021/2020, no âmbito da reforma da Previdência paulista.

O Fórum das Seis enviou ofício ao Cruesp solicitando providências para o imediato cumprimento da liminar nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, bem como pela São Paulo Previdência (SPPrev).

De acordo com a liminar expedida pelo desembargador Antonio Carlos Malheiros, a suspensão da cobrança deve se dar até o julgamento final da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Apeoesp junto ao STF (nº 2044985-25-2020-8-26.0000).

Vale lembrar que as ações sobre este teor ajuizadas pelas entidades sindicais que compõem o Fórum das Seis continuam tramitando, mas a referida liminar tem o poder de alcançar todas as categorias do funcionalismo paulista.

FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação Estudantil da Unesp

Ofício Fórum das Seis nº 9/2020

São Paulo, 18 de setembro de 2020

**Prezado Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini,
Reitor da Unesp e Presidente do Cruesp.**

Tendo tomado conhecimento da liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) em 15/9/2020, suspendendo a cobrança extraordinária da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas sobre o que exceder o valor do salário mínimo (Decreto nº 65.021/2020) e mantendo essa cobrança apenas sobre o valor das aposentadorias e pensões que exceder o valor do teto de benefício pago pelo regime geral de previdência social, o Fórum das Seis solicita do Cruesp que providencie o imediato cumprimento da medida no âmbito das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, bem como tome as devidas providências para que a SPPrev siga esta determinação judicial.

De acordo com a liminar expedida pelo desembargador Antonio Carlos Malheiros (*anexa*) a suspensão da cobrança deve se dar até o julgamento final da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Apeoesp junto ao STF (nº 2044985-25-2020-8-26.0000).

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos atentamente,

Prof. Dr. Paulo Cesar Centoducatte
P/ Coordenação do Fórum das Seis

Dia de luta contra o **PL 529** teve atividades virtuais e presenciais em todo o estado. **Mobilização vai continuar!**

Em continuidade à luta contra o Projeto de Lei (PL) 529/2020, várias atividades de mobilização foram desenvolvidas em 16/9 pela Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades que integram o Fórum das Seis e dezenas de outras representativas das demais categorias do funcionalismo.

O dia foi marcado por tuitação e um ato público presencial e carreta nas imediações da Assembleia Legislativa (Alesp), acompanhados virtualmente por servidores de todo o estado, pelo *site* **Manif.app**.

O ato presencial, realizado com todas as precauções exigidas pelo momento de pandemia que atravessamos, foi bastante expressivo, com a presença de trabalhadores e estudantes, representantes dos órgãos ameaçados de extinção, sindicatos e parlamentares de oposição.

O PL 529 foi enviado pelo governador João Dória à Alesp no dia 13/8, em regime de urgência, tendo recebido cerca de 600 emendas. Ele prevê a extinção de 10 órgãos públicos, o confisco de recursos das universidades e da Fapesp, o aumento da contribuição ao Iamspe, entre outros.

No *site* da Alesp, a última movimentação refere-se ao dia 17/9, quando o projeto foi “distribuído” para a relatoria do deputado Carlão Pignatari (PSDB), o que pode significar a intenção do presidente da casa, deputado Cauê Macris, de “pular” as etapas de tramitação em cada comissão relacionada e ir direto à votação em plenário.

Também estão registradas na tramitação do projeto – que pode ser conferida em www.al.sp.gov.br, no item “Processo Legislativo” – “Proposições” – centenas de manifestações de câmaras municipais, prefeitos e órgãos públicos ameaçados.

Fissura na Alesp indica importância da pressão nos parlamentares

Além da bancada oposicionista, a postura de alguns deputados próximos ao governo, que vêm falando contra o PL 529, indicam a existência de uma relativa fissura na base de apoio ao projeto. É o caso dos deputados Janaina Paschoal e Castello Branco (PSL), que já discursaram na tribuna contra o projeto.

Por isso, é importante ampliar a pressão sobre o(a)s deputado(a)s estaduais, prefeituras e câmaras de vereadores. No caso destes últimos, a proposta é solicitar que emitam moções contrárias ao PL nº 529/20. Quanto às/aos deputadas/os, o indicativo é de envio de e-mails (a lista segue anexa a este boletim), cobrando que



Flashes do ato na Alesp em 16/9

rejeitem o PL nº 529/20 e defendam o serviço público paulista.

Próxima reunião da Frente

A Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos volta a se reunir em 21/8, às 10h. No mesmo dia, às 16h, o Fórum das Seis também se reúne para dar continuidade à luta contra o PL nº 529/20.

Fórum questiona Cruesp sobre postura diante da luta contra o PL 529 e falta de democracia no debate sobre a pandemia

Na reunião entre Fórum das Seis e Cruesp, em 1/9/2020, um dos itens listados na pauta – retorno às atividades presenciais – não pôde ser abordado, dado o exíguo tempo de uma hora destinado pelos reitores ao encontro.

Em relação ao outro tópico – as implicações do PL 529/2020 nas universidades – vários pontos haviam ficado em aberto. Anteriormente, por meio de ofícios, o Fórum havia solicitado algumas informações técnicas quanto aos impactos do projeto sobre as universidades e o Centro Paula Souza, com o objetivo de subsidiar a luta da comunidade acadêmica em defesa das instituições. Como tais informações ainda não foram enviadas pelo Cruesp, logo após a reunião o Fórum elaborou novo ofício (nº 7/2020) cobrando-as. No mesmo documento, o Fórum solici-

tou a realização de nova reunião entre as partes, para debate do retorno presencial.

A resposta dos reitores ao Ofício Fórum 7/2020 foi meramente burocrática. Sobre a reunião para debater a volta às atividades presenciais em meio à pandemia, limitaram-se a informar que o assunto já está sendo tratado no âmbito de cada instituição. Sobre o pedido de informações técnicas, repetiram a sugestão de que o Fórum as procure nos *sites* das universidades. Ainda sobre a sugestão de uma nota conjunta entre Fórum e Cruesp, contra o PL 529, a negativa veio justificada na “incompatibilidade” de linguagens entre as partes.

Confira a resposta do Fórum das Seis (*Ofício Fórum 8/2020*) a seguir:



DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação Estudantil da Unesp

Ofício Fórum das Seis nº 8/2020

São Paulo, 17 de setembro de 2020

Prezado Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini,
Reitor da Unesp e Presidente do Cruesp.

Tendo tomado conhecimento do teor do **Ofício Cruesp nº 8**, de 11/9/2020, emitido em resposta a algumas solicitações feitas pelo Fórum das Seis (Ofício F6 nº 7/2020), julgamos necessário tecer algumas considerações:

- Sobre o pleito de nova reunião

Como na reunião entre Fórum e Cruesp, em 1/9/2020, não houve tempo de discutir o ponto de pauta referente ao retorno às atividades presenciais, havíamos solicitado agendamento de nova reunião entre as partes. Ao contrário do que respondeu o Cruesp, este não é um tema simplesmente da alçada de cada universidade. Entendemos que Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza fazem parte do sistema superior público paulista e, desta forma, podem e devem atuar de forma unificada em relação a um assunto de tamanha gravidade, como são as condições de retorno às atividades presenciais em meio à pandemia de Covid-19. Desta forma, reforçamos o pleito de nova reunião para abordagem deste ponto, na expectativa de que o Cruesp atue de forma democrática e inclusiva neste necessário debate.

- Sobre os dados solicitados

Por duas vezes (Ofícios F6 nºs 5 e 7/2020), o Fórum das Seis solicitou o fornecimento de informações técnicas, com o objetivo de utilizá-las como subsídio à reação da comunidade acadêmica ao PL 529/2020. A burocrática resposta do Cruesp, de que os dados se encontram “disponíveis nos respectivos balanços patrimoniais” das instituições e publicados em seus *sites*, não é aceitável. Todos sabemos que as equipes técnicas de cada universidade dominam o acervo destas informações e podem dispor delas com facilidade e rapidez. Num momento de tamanha delicadeza para nossas instituições, ameaçadas em sua autonomia e em seus já insuficientes recursos, esperamos que o Cruesp demonstre maior disposição em sua defesa.

Desta forma, considerando:

- o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal que se encontra em pleno vigor;
- que o Cruesp representa as reitorias das três universidades estaduais paulistas, sendo que o Centro Paula Souza está vinculado e associado à Unesp;
- e que, no art. 1º, inciso II da referida lei, estão incluídas “as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”;

reiteramos a solicitação das informações descritas nos Ofícios 05/2020 e 07/2020, em anexo.

- Sobre a nota conjunta

A resposta do Cruesp à proposta de nota conjunta do Fórum das Seis, contra a íntegra do PL 529, também se reveste de formalidade e não deixa claro o que seria “texto incompatível com a linguagem utilizada pelo Cruesp”. Sendo essa a razão, é de se esperar que os reitores apresentem uma versão alternativa ao texto para debate conjunto.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos atenciosamente,

Prof. Dr. Paulo Cesar Centoducatte
P/ Coordenação do Fórum das Seis

Quarta, 16/9, tem tuitação e ato contra o PL 529! Não ao desmonte do serviço público paulista!

Participe virtualmente do ato pelo site Manif.app

As entidades que compõem o Fórum das Seis estão participando ativamente das reuniões da **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público**. Composta por mais de 70 entidades – sindicatos, centrais, movimentos sociais – a Frente vem realizando atividades de pressão contra o PL 529/2020, com “tuitações”, atos públicos e outros.

Os próximos eventos estão marcados para 16/9: “tuitação” (das 14h às 16h) e **ato público** na Assembleia Legislativa (às 15h). O ato será híbrido – presencial/virtual.

Para participar à distância, use o site **Manif.app**. Ele permite que você se coloque virtualmente no local do ato. Acesse pelo link encurtador.com.br/dmoql. No campo “Slogan”, escreva uma frase de protesto, que ficará associada ao seu avatar. Divulgue o link amplamente e peça para seus contatos entrarem na hora do ato!

Não à boiada de Doria

O governo Doria enviou o PL 529/2020 à Alesp, em

13/8, um verdadeiro saco de maldades contra a população paulista: confisco de recursos da educação e da pesquisa, extinção de 10 importantes órgãos públicos (Oncocentro, Furp, EMTU, CDHU, Itesp etc.), venda de áreas equivalentes a mil campos de futebol, majoração das alíquotas de contribuição ao Iamspe, autorização para securitização de recebíveis tributários e não tributários, entre outros.

No projeto, há um artigo (nº 14) que afeta diretamente as universidades estaduais paulistas e a Fapesp, impondo-lhes a obrigação de devolução do que chama de “superávit financeiro”, mas que, na realidade, se trata de suas reservas técnicas. Recentemente, o líder do governo na Alesp, deputado Carlão Pignatari (PSDB), sinalizou com a possibilidade de retirar as universidades e a Fapesp do artigo 14, mas mantendo a obrigação de repasse do “superávit” de 2019.

Ainda que seja fruto da pressão e da mobilização da comunidade sobre o governo e os deputados, esse possível recuo ainda é insuficiente. Queremos a retirada integral do projeto!

FRENTE PAULISTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

Tuitação contra o PL 529/2020
16/09, das 14h às 16h

Usar as Hashtags **#EmDefesaDosServiçosPúblicos** **#NãoAoPL529**



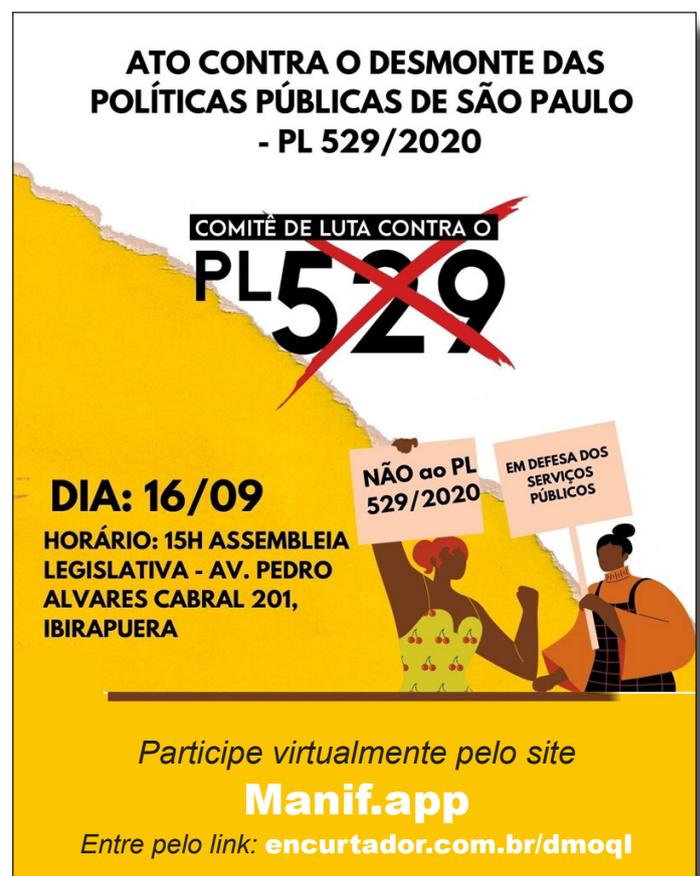
ATO CONTRA O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SÃO PAULO
- PL 529/2020

COMITÊ DE LUTA CONTRA O
PL 529

DIA: 16/09
HORÁRIO: 15H ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - AV. PEDRO ALVARES CABRAL 201, IBIRAPUERA

NÃO ao PL 529/2020
EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Participe virtualmente pelo site
Manif.app
Entre pelo link: encurtador.com.br/dmoql



co do Cruesp sobre o PL 529, não apenas defendendo mudanças no artigo 14, mas postulando a rejeição do projeto como um todo. O projeto do governador se constitui numa ampla reforma do estado, com extinção de órgãos, venda de patrimônio público, confisco de dinheiro da educação e aumento da contribuição ao Iamspe, medida que deve impactar mais duramente os servidores com menores salários.

“Deixar passar o projeto agora, ainda que preservando as universidades neste momento, é abrir espaço para ataques futuros ainda mais sérios, pois o objetivo maior deste governo é de enxugamento brutal do estado e dos serviços público”, enfatizou aos reitores o coordenador do Fórum, Paulo Cesar Centoducatte, da Adunicamp.

Queremos a retirada integral do projeto

A principal alegação do governo Doria para a aprovação do PL n° 529/20 é a projeção de um déficit de R\$ 10,4 bilhões nas contas do estado de São Paulo em 2021. Esse mesmo governo concedeu em 2019 mais de R\$ 23 bilhões em renúncias fiscais a diversos setores da economia paulista, principalmente a grupos empresariais. Além disso, a dívida ativa do estado é superior a R\$ 300 bilhões. Assim, se de fato fosse esse o problema, para solucioná-lo bastaria o governo reduzir as renúncias fiscais que patrocina (por exemplo, impedindo que inscritos na dívida ativa do estado se beneficiem delas) e que vêm sendo ampliadas ano a ano e/ou ter mais empenho na cobrança da dívida ativa.

A pretexto de resolver uma crise transitória, o governo Doria tenta impor mudanças de caráter definitivo, que pouco ou nada têm a ver com o déficit alegado. Todos os órgãos ameaçados de extinção são relevantes socialmente e muitos deles, inclusive, são superavitários. Vários estão ligados diretamente aos serviços públicos de saúde e de defesa do meio ambiente,

como é o caso da Fundação para o Remédio Popular (FURP), a Fundação Oncocentro de São Paulo (FOSP), a Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN), o Instituto de Medicina Social e de Criminologia (IMESC) e o Instituto Florestal (IF). O fim destes órgãos traria enorme prejuízo ao conjunto da população.

Atividades da Frente

As entidades que compõem o Fórum das Seis participaram de mais uma reunião da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público na terça-feira, 8/9, que aprovou novas iniciativas de luta contra o PL 529:

- **Dia 9/9**, quarta, das 14 às 16h: Tuitaço com a hashtag #NãoAoPL529
- **Dia 16/9**: Ato na Alesp, com carreata e abordagem dos deputados (*mais detalhes em breve*).
- Nova reunião da Frente em 14/9, 10h.
- Nova reunião do Fórum das Seis em 14/9, 16h.

Busca de apoio junto a deputado(a)s e Câmaras de Vereadores

A reunião da Frente também indicou a continuidade de algumas atividades de pressão sobre o(a)s deputado(a)s estaduais, prefeituras e câmaras de vereadores. No caso destes últimos, a proposta é solicitar que emitam moções contrárias ao PL n° 529/20.

Quanto às/aos deputadas/os, o indicativo é de envio de e-mails (acesse a lista em <https://www.al.sp.gov.br/deputado/contato/>), cobrando que rejeitem o PL n° 529/20 e defenda o serviço público paulista. 

Campanha de cards do Fórum das Seis contra o PL 529

PL 529 = DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO PAULISTA

O PL 529 aumenta a contribuição ao Iamspe, igualando-se à lógica de mercado, onde os mais velhos pagam um valor maior, e acabando com o princípio solidário do Instituto. UNESP, UNICAMP, USP E CENTRO PAULA SOUZA UNIDOS CONTRA O PROJETO!



#NÃO AO PL 529
FORUM das seis

PL 529 = DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO PAULISTA

O PL 529 extingue 10 órgãos entre eles a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU), como se não houvesse nenhum déficit habitacional no estado. Órgão importantíssimo no acesso às moradias populares não pode acabar. UNESP, UNICAMP, USP E CENTRO PAULA SOUZA UNIDOS CONTRA O PROJETO!



#NÃO AO PL 529
FORUM das seis

PL 529 = DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO PAULISTA

O PL 529 extingue 10 órgãos públicos paulistas, entre eles a Fundação Instituto de Terras do Estado de SP (ITESP), que presta assistência a mais de 8 mil famílias quilombolas e de assentamentos. Elas produzem cerca de R\$ 309 milhões anualmente em alimentos saudáveis que se destinam à merenda escolar de centenas de municípios paulistas. UNESP, UNICAMP, USP E CENTRO PAULA SOUZA UNIDOS CONTRA O PROJETO!



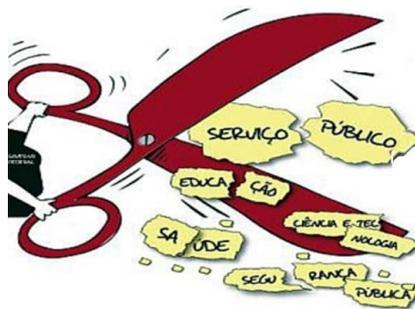
#NÃO AO PL 529
FORUM das seis

São 11 cards no total. Eles podem ser acessados no site e redes de sua entidade. Compartilhe nas suas redes sociais!

A 'PEC do fim do mundo' e o congelamento de investimentos em saúde e educação

Revogação do teto de gastos é luta em defesa da vida! Entre na mobilização!

A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95)¹, aprovada pelo Congresso Nacional em 2016, instituiu um “*Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros*”, ou seja, até 2036. Em sua tramitação, o então projeto de emenda constitucional ficou conhecido como “PEC do teto de gastos”, “PEC da morte” e “PEC do fim do mundo” pelo fato de congelar os investimentos em serviços públicos, especialmente na saúde e na educação, por 20 anos.



A EC 95 fixa os parâmetros para as despesas primárias (antes de juros e outros encargos da dívida) dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, atrelando-os “*ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária*”.

Isso implica que a União não poderá aumentar os recursos para as despesas primárias², num determinado ano, mais do que a inflação do ano anterior. O eventual crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro não poderá acarretar maior aporte de recursos para o pagamento de aposentadorias, pensões, salários, custeio de obras públicas e da máquina administrativa do estado, composta, entre outros, de itens como: investimento em saúde, educação, segurança pública etc. De acordo com a EC 95, portanto, estes investimentos devem estar limitados a um aumento que, no máximo, corresponda à inflação do ano anterior, agravando uma precariedade já existente e deixando de considerar a progressiva demanda trazida pelo crescimento populacional e pelas novas tecnologias.

Segundo projeções do Conselho Nacional de Saúde (CNS), se mantida, a EC 95 causará, somente ao Sistema Único de Saúde (SUS), um prejuízo em torno de 400 bilhões em 20 anos.

Com a chegada da pandemia de Covid-19, ficaram explícitos os efeitos destes três anos de vigência do teto de gastos, especialmente no SUS, carente de infraestrutura física – equipamentos, leitos de UTI, medicamentos – e de profissionais da área. Na ciência e na educação, os danos também são visíveis, com progressiva queda de investimentos na pesquisa, no financiamento do ensino e dos serviços prestados à sociedade por universidades, institutos e outros. Não por acaso, o Brasil figura no topo dos países com mais casos e mortes pela doença, o que seria ainda mais

grave se não tivéssemos o SUS.

“A história ensina que, em situações de grave crise como esta, o gasto público deve ser ampliado. No Reino Unido, a dívida subiu para 270% do PIB após a Segunda Guerra. Depois, com o crescimento, voltou para patamares inferiores a 50%”, defende o economista Eduardo Fagnani, professor da Unicamp (*Portal UOL, 22/8/2020*). “Se mantivermos essa política, teremos uma explosão da desigualdade. Em vez de discutir teto de gastos, deveríamos estar discutindo teto de desigualdade.”

Para os banqueiros, não há teto

É importante salientar que essa emenda constitucional não estabelece qualquer limite às despesas de caráter financeiro, o que significa que o estado brasileiro impõe restrições ao investimento em setores que asseguram o cumprimento dos direitos sociais de toda a população, mas não impõe nenhuma restrição ao pagamento dos juros e encargos da dívida pública, que aloca recursos para uma pequena parcela de pessoas físicas e jurídicas, brasileiras e estrangeiras, detentoras de grandes patrimônios financeiros. Trata-se, essa emenda, de produzir uma atrofia do estado nas garantias de direitos da população e uma maior concentração de renda para os especuladores do mercado financeiro. Por isso, houve tanta resistência à sua aprovação e há muita luta pela sua revogação.

Revogação, já!

Assine petição online dirigida ao STF

O Fórum das Seis considera relevante a luta pela revogação da EC 95 e indica às comunidades das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza a assinatura em petição *online* sobre o tema. Organizado pela Frente em Defesa do SUS (Abrabus), Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns (Abong) – o abaixo-assinado é dirigido ao Supremo Tribunal Federal (STF), para que acate a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5.658), ajuizada por um conjunto de entidades, e revogue a EC 95.

Assine e repasse a petição aos seus contatos:

bit.ly/ContraEC95



SUS é direito de todas e todos!
Educação de qualidade é direito da população!
Revoga, STF!

Manifesto de cerca de 360 economistas na Folha chama EC 95 de “austericídio” e pede extinção

Em sua edição impressa de 22/8/2020 (pág. A22), o jornal *Folha de S. Paulo* publicou manifesto intitulado “Teto de gastos é âncora de estagnação e crise social”. Assinado por cerca de 360 economistas de todo o país, o documento traz importante argumentação técnica e política sobre os efeitos da Emenda Constitucional 95/2016 e reivindica sua extinção.

A seguir, confira alguns trechos do documento, que pode ser lido na íntegra em <https://tinyurl.com/contraTetoGastos>



(...)

Ainda durante os debates sobre a Emenda Constitucional nº 95, vários economistas já haviam alertado para a insustentabilidade do teto de gastos no médio prazo. Em primeiro lugar, o congelamento da despesa primária da União em termos reais implicaria numa redução do gasto primário per capita devido ao crescimento da população brasileira a um ritmo de 0,8% a.a.

Num país com notórias deficiências nas áreas de saúde, educação, saneamento, moradia e segurança, não é uma ideia sensata perseguir essa redução.

(...)

Não por acaso, a introdução de uma restrição fiscal exógena e autoimposta, que não decorre da incapacidade de financiamento do governo, coincidiu, passada a crise de 2015-2016, com um ritmo de crescimento de apenas 1,2% a.a no período 2017-2019, valor 57% inferior ao observado entre 1980-2014.

Ela fez com que a economia brasileira apresentasse a mais lenta recuperação cíclica já registrada e a taxa de desocupação sempre acima de 11%, extremamente elevada mesmo antes da recente crise sanitária. No final de 2019, o PIB brasileiro ainda se encontrava 5,5% abaixo do valor observado em 2014, mesmo com o avanço de várias reformas econômicas, como as trabalhista e previdenciária, que segundo a cartilha liberal resultariam em maior crescimento da economia.

A eclosão da pandemia do coronavírus em 2020 exigiu a adoção do mais amplo programa de transferência de renda da história do país, a fim de evitar o colapso econômico e social. Em função desse dispêndio absolutamente necessário, a União deverá apresentar déficit primário inédito e um aumento expressivo da relação dívida pública/PIB, a qual deverá ultrapassar os 90% ainda neste ano.

(...)

O ultraliberalismo brasileiro ignora o debate sobre política fiscal nos países desenvolvidos, onde a tônica tem sido a necessidade de continuar com estímulos fiscais para manter a atividade econômica, por intermédio do investimento público na descarbonização da economia, para atender a dupla necessidade de criar emprego e renda, e contribuir para o enfrentamento do grave problema ambiental e humano do aquecimento global.

O argumento de que o controle da dívida pública a fórceps levará a uma percepção favorável dos investidores externos é falacioso, e mesmo impatriótico, pois não se sustenta em qualquer base teórica e muito menos comprovação histórica.

Esquecem-se os defensores dessa suposta alternativa que o mundo inteiro estará, nos próximos anos, às voltas com a recuperação das economias nacionais. O fator primordial que sustenta expectativas favoráveis e ânimo para investimentos pri-

vados em um país alicerça-se em políticas públicas eficazes que respeitem compromissos ambientais assumidos e que buscam construir uma ambiência institucional estável e social mais justa.

O retorno da austeridade fiscal em 2021, propugnado sem constrangimentos pelo mercado financeiro, significará a maior contração fiscal da história do Brasil, pois promoverá uma redução no gasto primário como proporção do PIB de 27% para 19% num período de 12 meses. Tal contração fiscal, no contexto de uma economia com enormes níveis de ociosidade, com um PIB ao final deste ano pelo menos 10% inferior ao registrado em 2013, levará a um novo mergulho recessivo com aumento da desigualdade na distribuição de renda, com consequências sociais —e econômicas— imprevisíveis. A proposta de “furar o piso”, com redução da carga horária dos servidores, ademais, comprometerá ainda mais a prestação de serviços públicos de saúde, educação etc. para a parcela da população brasileira mais atingida pelos efeitos da pandemia.

Deve-se deixar claro que o aumento do endividamento público é um fenômeno global, não apenas restrito ao Brasil, e que não existe evidência na literatura econômica nem na experiência internacional sobre a existência de um limite máximo para a relação dívida pública/PIB. Com efeito, países como a Itália e a Espanha, que não possuem dívida pública denominada na sua própria moeda, deverão ultrapassar, respectivamente, a marca de 150% e 120% do PIB para o endividamento público em 2020.

(...)

Isso posto, os economistas e profissionais que trabalham com economia abaixo assinados vem por meio desta se manifestar publicamente pela extinção da Emenda Constitucional nº 95, dada a necessidade de se retirar as restrições autoimpostas aos gastos de investimento e demais despesas obrigatórias da União pelo teto de gastos.

A pandemia reforçou a necessidade de um pacto social mais harmônico. No Brasil, além de uma urgente reforma tributária progressiva, é imprescindível substituir o conjunto de regras fiscais atrasadas, sobrepostas e anacrônicas. Precisamos de novos instrumentos fiscais que permitam uma estabilização do ciclo econômico, viabilizem o aumento dos investimentos públicos e garantam as políticas de transferência de renda e a prestação de serviços públicos de qualidade.

Esses são elementos centrais à reorganização econômica e social do Estado, para que este possa atuar em benefício da grande maioria da população brasileira. Para fazer frente aos desafios do Século 21, é preciso repensar a atuação do Estado, o que necessariamente passa por uma revisão daquilo que sabemos que já não funciona.



PL 529 tem ataques pesados às universidades. Mas não é só!

Boiada que Doria quer passar tem extinção de 10 órgãos, entrega de patrimônio público e confisco sobre servidoras/es

O governo Doria enviou em 13/8 à Assembleia Legislativa do estado de São Paulo (Alesp), em plena pandemia, o Projeto de Lei (PL) nº 529/20, elaborado pelos secretários da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles, e de Projetos, Orçamento e Gestão, Mauro Ricardo Costa. A crise econômica vivida pelo país é apresentada a título de fundamentação do projeto. Ou seja, o projeto tem como base um fato transitório. Porém, caso seja aprovado, as consequências para os serviços públicos paulistas serão deletérias e permanentes.

A principal alegação do governo Doria para a aprovação do PL nº 529/20 é a projeção de um déficit de R\$ 10,4 bilhões nas contas do estado de São Paulo em 2021. Esse mesmo governo concedeu em 2019 mais de R\$ 23 bilhões em renúncias fiscais a diversos setores da economia paulista, principalmente a grupos empresariais. Além disso, a dívida ativa do estado é superior a R\$ 300 bilhões. Assim, se de fato fosse esse o problema, para solucioná-lo bastaria o governo reduzir as renúncias fiscais que patrocina e que vêm sendo ampliadas ano a ano e/ou ter mais empenho na cobrança da dívida ativa.

No projeto, há um artigo (nº 14) que afeta diretamente as universidades estaduais paulistas e a Fapesp, impondo-lhes a obrigação de devolução do que chama de “superávit financeiro”, mas que, na realidade, se trata de suas reservas técnicas. Se o PL for aprovado, a previsão é que será retirado, ainda este ano, cerca de R\$ 1 bilhão da Unesp, Unicamp e USP e Fapesp, comprometendo as pesquisas, o ensino, a extensão e os serviços prestados à população pelos hospitais universitários. Além de absurdo, pois ataca a ciência e a educação públicas, o artigo 14 é ilegal, pois ignora a autonomia de gestão financeira das universidades estaduais paulistas e da Fapesp.

Mas não é só. O projeto traz pesados ataques à sociedade paulista, que exigem de nós reação firme e urgente.

Neste boletim, apresentamos a você a importante contribuição – eminentemente social, mas também econômica – que as 10 instituições que Doria quer extinguir.

O boletim também trata dos ataques ao Iamspe e da alienação de imóveis pretendida pelo governo.

Saiba mais e entre na luta contra esse verdadeiro desmonte do serviço público paulista.

Os 10 órgãos ameaçados de extinção

O PL nº 529/20 visa extinguir 10 importantes instituições que fazem parte do patrimônio paulista. Saiba mais sobre cada uma delas:

✓ **O Zoológico (Fundação Parque Zoológico de São Paulo)** abriga uma coleção impar de animais, que o coloca como um dos mais importantes do mundo, incluindo raridades e animais em extinção. Sua estrutura, que conta com biblioteca e demais equipamentos, lhe permite promover atividades únicas de lazer e conscientização do público sobre a variedade e diversidade da fauna.

✓ **A FURP (Fundação para o Remédio Popular “Chopin Tavares de Lima”)** é o maior fabricante público de medicamentos da América Latina, ocupando uma posição estratégica nas políticas públicas de saúde, dedicando-se ao desenvolvimento, produção, distribuição e dispensação de produtos para melhoria da qualidade de vida da população.

✓ **A FOSP (Fundação Oncocentro de São Paulo)** realiza estudos e pesquisas em cancerologia, promovendo formação e treinamento de pessoal especializado, investigando novos métodos de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer e doenças correlatas, identificando e prevenindo fatores cancerígenos de natureza química, física ou biológica. Além disso, é especializada na elaboração de próteses humanas.

✓ **O IF (Instituto Florestal)** atua na conservação da natureza, gerando atividade sustentável e protegendo áreas que abrigam ecossistemas primitivos. Administra 10 estações ecológicas, 1 parque estadual, 18 estações experimentais, 2 viveiros florestais, 2 hortos florestais e 14 florestas estaduais (mais de 53 mil ha), além de apoiar a gestão da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (Programa MaB-UNESCO).

✓ **A CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo)** destina-se à



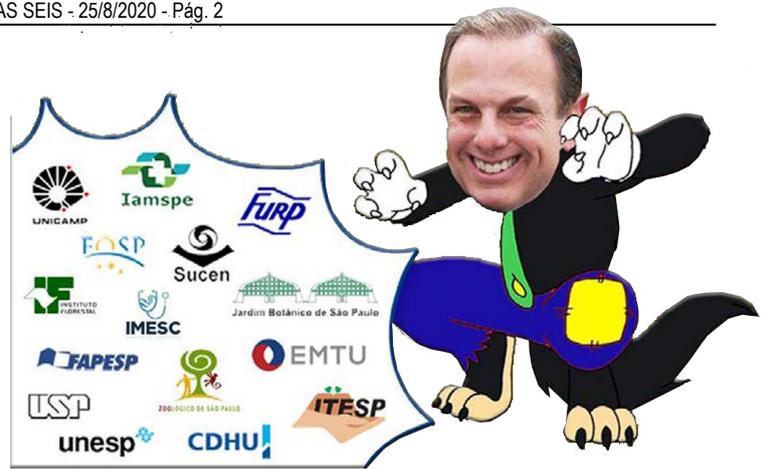
Fórum das Seis orienta: Apagão, carreatas e tuitaço em 26/8. Confira na pág. 3!

elaboração de projetos, à execução de construções e à promoção de apoio à realização de planos e programas estaduais e/ou municipais de habitação prioritários para o atendimento à população de baixa renda, sendo indispensável para a consecução das diretrizes estabelecidas pela política habitacional paulista.

✓ **A EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo)** atua na fiscalização e na regulamentação do transporte metropolitano de baixa e média capacidade nas cinco Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo, Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral Norte. Esse atendimento diz respeito às redes de transportes intermunicipais de cerca de 134 municípios paulistas.

✓ **A SUCEN (Superintendência de Controle de Endemias)** atua na promoção de controle de doenças transmitidas por vetores e seus hospedeiros intermediários no estado. Realiza pesquisas e atividades essenciais para o avanço científico e tecnológico, cooperando técnica e financeiramente com municípios (que executam ações locais) e subsidiando-os no controle de artrópodes peçonhentos e de animais envolvidos na cadeia epidemiológica das doenças transmitidas por vetores.

✓ **O IMESC (Instituto de Medicina Social e de Criminologia)** é um dos maiores centros de perícias de Medicina Legal (clínicas e psiquiátricas) e de Investigação de Vínculo Genético (exame de DNA) da América Latina, produzindo e difundindo conhecimento na área de atuação. É pioneiro, no país, na utilização dos recursos da telemática para a prevenção do uso indevido de drogas por meio do serviço INFOdrogas, desde 1994.



✓ **O DAESP (Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo)** é responsável pelo planejamento da rede aeroportuária do estado, pela administração de 26 aeroportos paulistas, além de colaborar com os órgãos da União no que se refere à aplicação da política aeronáutica nacional no estado. Projeta, constrói e administra aeroportos, arrecada tarifas aeroportuárias, aplica normas legais, técnicas e administrativas federais.

✓ **A ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva")** é responsável por planejar e executar a política agrária e a fundiária do estado e pelo reconhecimento das Comunidades de Quilombos. Atua na democratização do acesso à terra, em prol de posseiros, quilombolas, trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra; implementa políticas de desenvolvimento comunitário, numa perspectiva de promoção da cidadania.

Projeto propõe alienar o equivalente a 983 campos de futebol!!

O PL nº 529/20 autoriza a Fazenda do estado a alienar um total de 89 imóveis, na capital e em 66 municípios, que somam 7.020.689,62 m² (702 ha). A título de comparação, essa área corresponde a 983 campos de futebol (7.140 m² cada) ou a 4,4 vezes o Parque do Ibirapuera (158 ha). Esse enorme montante soma-se à alienação já feita por meio da Lei nº 16.338, de dezembro de 2016.



Além disso, o projeto autoriza a Fazenda do estado a conceder a exploração de serviços ou o uso (por 35 anos, podendo ser prorrogado), total ou parcial de: Parque Villa Lobos, Parque Cândido Portinari, Parque Fernando Costa, Parque Estadual do Belém Manoel Pitta, Parque Estadual Chácara da Baroneza, Parque Ecológico do Guarapiranga, Complexo Olímpico da Água Branca, Conjunto Desportivo Baby Barioni e Casarão de Melo Franco.

Em resumo, o que o PL nº 529/20 prevê é a entrega do patrimônio público para exploração comercial, com a consequente precarização nas relações trabalhistas, demissões, encarecimento e até a extinção da prestação dos serviços.

Ataque ao Iamspe

O PL nº 529/20 visa também aumentar expressivamente as contribuições ao Iamspe. Atualmente, os contribuintes pagam 2%, os beneficiários (filhos e cônjuges) não pagam e os agregados (pai e mãe, padrasto e madrastra) contribuem com 2%, sem distinção por idade. Pelo projeto, ficaria assim:

- usuários acima de 59 anos (titulares e agregados): 3%
- usuários abaixo de 59 anos (titulares e agregados): 2%
- dependentes acima de 59 anos: 1%
- dependentes abaixo de 59 anos: 0,5%

Cabe lembrar que há muito esse importante equipamento social não tem podido contar com a contribuição mensal do estado em contrapartida à contribuição de usuáries/os em franca tentativa de estrangulamento do Iamspe.

Moção aos senadores pela aprovação do Fundeb

Por indicação das entidades do Fórum das Seis, a Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos aprovou (e enviou) uma moção sobre o Fundeb às/aos senadoras/es, com cópia para deputadas/os federais:

A Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos reunida em plenária virtual hoje exorta os/as Senhores/as Senadores/as a aprovarem na íntegra – sem emendas e sem destaques – o texto do Senador Flávio Arns sobre o FUNDEB, pois o referido texto considera o que foi aprovado na Câmara dos Deputados e respeita integralmente os direitos à educação da população brasileira.

São Paulo, 24 de agosto de 2020
Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos

Luta contra o PL 529/2020

Apagão, carreata e tuitaço em 26/8

Fórum das Seis reforça atividades aprovadas na Frente Paulista

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, composta por entidades representativas de servidore(a)s público(a)s de São Paulo, federações, confederações, centrais e movimentos, reuniu-se pela plataforma Zoom e deliberou novas atividades de mobilização. O Fórum das Seis orienta a comunidade das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza a participarem da melhor forma possível, de acordo com cada realidade local.

Nesta quarta-feira, 26/8, estão previstos:

- Apagão no Serviço Público, com paralisação dos trabalhos remotos e presenciais durante todo o dia 26/8;
- Carreata com buzinaço em volta da Assembleia Legislativa, às 13h;
- Recepcionar os deputados na entrada da garagem, com caixa de som e panfletos com esclarecimentos sobre o PL n° 529/20;
- Tuitaço, das 13h às 15h, com a hashtag #NãoAoPL529.

Busca de apoio junto a deputado(a)s e Câmaras de Vereadores

A reunião da Frente também aprovou algumas atividades de pressão sobre o(a)s deputado(a)s estaduais, prefeituras e câmaras de vereadores. No caso destes últimos, a proposta é solicitar que emitam moções contrárias ao PL n° 529/20; a Carta Aberta da Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos, que segue anexa a este boletim, pode ser usada para fazer estes contatos.

Quanto às/aos deputadas/os, o indicativo é de envio de e-mails (a lista segue anexa a este boletim), cobrando que rejeitem o PL n° 529/20 e defenda o serviço público paulista.

Próxima reunião

A Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos volta a se reunir em 31/8, às 10h. No mesmo dia, às 17h, o Fórum das Seis também se reúne para dar continuidade à luta contra o PL n° 529/20.

#NaoAoPL529



Twittaço 26/08 13h

**CONTRA O PL 529/2020 QUE AUMENTA A CONTRIBUIÇÃO DO IAMSPE
E EXTINGUE 10 AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

**FRENTE PAULISTA
EM DEFESA DO
SERVIÇO PÚBLICO**

PL 529 - Funcionalismo reage contra desmonte dos serviços públicos

Fórum indica adesão ao “Apagão dos serviços remotos” em 26/8

O PL 529/2020, enviado pelo governador Doria à Assembleia Legislativa em regime de urgência, gerou indignação e reações generalizadas. Verdadeira “metralhadora giratória”, o projeto prevê a extinção de 10 autarquias, fundações e empresas públicas, confisca recursos das universidades e da Fapesp, aumenta drasticamente as alíquotas de contribuição ao Iamspe, entre outros.

Em meio à pandemia, Doria copia seus colegas do governo Bolsonaro e tenta passar uma grande boiada contra a sociedade paulista. Diante de uma tragédia sanitária como essa, em que os serviços públicos fazem a diferença entre a vida e a morte para milhões de pessoas, a investida do governador é a prova cabal de seu desprezo pela ciência e pela vida da população.

Mas o funcionalismo público de São Paulo está reagindo. Reunidas na Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos, dezenas de entidades sindicais representativas dos servidores estão se mobilizando.

Próximas atividades de mobilização

✓ **Sexta, 21/8, 17h:** “Ato/live contra o PL 529” organizado pelo deputado Carlos Giannazi. Assista pela TV Alesp.

✓ **Segunda, 24/8, 10h:** Nova reunião da Frente Paulista em Defesas dos Serviços Públicos (as entidades do Fórum das Seis vão participar).

✓ **Segunda, 24/8, 17h:** Nova reunião do Fórum das Seis.

✓ **Quarta, 26/8:** “Apagão dos serviços remotos contra o PL 529”, organizado inicialmente pelas entidades sindicais ligadas ao judiciário e estendido às demais categorias. O Fórum das Seis apoia e indica adesão às suas entidades, de acordo com as realidades locais.

✓ **Quarta, 26/8:** “Abraço ao Iamspe”, a ser melhor detalhado na reunião da Frente em 26/8.

Abaixo-assinados

Várias iniciativas de abaixo-assinados estão circulando nas redes. Procure ler seus enunciados e, ao constatar que são de crítica ao PL 529, assine e passe adiante.

Um deles, organizado pela Academia de Ciências do Estado de São Paulo (ACIESP), já chega a 70 mil assinaturas. Confira e assine em

<https://tinyurl.com/assinecontraPL529>

Moções das Câmaras de Vereadores e pressão nos parlamentares

Em ano eleitoral, devemos cobrar dos políticos locais e regionais que digam **NÃO** ao desmonte do estado de São Paulo. A orientação do Fórum das Seis é procurar as Câmaras de Vereadores e solicitar que aprovelem uma moção contra o PL 529 e em defesa dos serviços públicos. O mesmo pode ser feito junto aos candidatos às prefeituras e deputados estaduais. O Fórum das Seis divulgará em breve subsídios para esta iniciativa (modelo de moção, e-mails de parlamentares). Fique atento e participe!

Explique essa conta, governador!

Renúncia fiscal de R\$ 24 bi em 2019 – Déficit projetado de R\$ 10 bi em 2021 = Superávit de R\$ 14 bi



Em seu artigo 14, o PL 529 prevê a transferência do “superávit financeiro” das autarquias ao tesouro estadual. Com isso, as eventuais reservas financeiras da Unesp, USP, Unicamp e Fapesp, esta última responsável pela maior parte do financiamento público à pesquisa no estado, seriam anualmente confiscadas pelo governo. Já em 2020, se aprovado o PL, o prejuízo destas instituições será em torno de R\$ 1 bilhão.

Na exposição de motivos que consta no projeto, está a necessidade de equilibrar as contas paulistas frente à “grave situação fiscal que ora vivenciamos devido aos efeitos negativos da pandemia de Covid-19 sobre as receitas públicas”, que teria levado a uma previsão de déficit orçamentário da ordem de R\$ 10,4 bilhões para o exercício de 2021.

Mas Doria “esquece” de citar um dado fundamental: por iniciativa de seu governo – dando continuidade aos que o antecederam – várias empresas privilegiadas (e secretas, pois não têm seus nomes divulgados) deixam de pagar ou têm abastadas reduções em impostos que deveriam pagar ao erário paulista. Somente em 2019, as perdas com estas isenções fiscais foram de R\$ 24,33 bilhões.

Cobre a conta dos ricos e proteja os serviços públicos, governador!

ATO-LIVE
CONTRA O PL 529/20!

21/08 SEX 17H
f /CARLOGIANNAZIOFICIAL
f /CELLOGIANNAZI
r /CARLOGIANNAZI

EM DEFESA DO PATRIMÔNIO, DOS SERVIDORES E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONTRA O DESMONTA DO ESTADO!

NOSSAS VIDAS IMPORTAM!

Fórum das Seis é contrário ao retorno às atividades presenciais sem garantias sanitárias



Reunidas em 18/8/2020, as entidades que compõem o Fórum das Seis fizeram um levantamento inicial sobre as possíveis voltas ao trabalho e às aulas presenciais nas universidades estaduais e nas ETECs e FATECs do Centro Paula Souza. Os informes revelam situações diferenciadas, muitas delas preocupantes.

Na USP e na Unesp, por exemplo, intensifica-se a pressão pelo retorno de parcelas dos servidores técnico-administrativos ao trabalho presencial, sem levar em conta se atuam em serviços essenciais ou não. No Centro Paula Souza, há a possibilidade de retorno às aulas presenciais a partir de outubro.

A pandemia de Covid-19 mantém-se em patamares assustadores, com números que ainda deixam nosso país entre os primeiros no *ranking* mundial desta cruel doença. O Fórum das Seis vê com desconfiança a movimentação do governo estadual no âmbito do Plano SP, que reclassificou a maior parte do estado na cor amarela sem que o ritmo do contágio e dos óbitos tenha regredido. Não restam dúvidas de que interesses econômicos estão se sobrepondo à preservação de vidas. Neste cenário, o retorno às atividades presenciais, seja o trabalho administrativo ou as aulas, sem a existência de vacina e condições sanitárias adequadas (produtos preventivos, estrutura física e de pessoal nas unidades), é um atentado à vida de professores, servidores técnico-administrativos, estudantes e familiares de todos!

O Fórum das Seis solicitou reunião urgente com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) para debater, coletivamente, esse cenário.

Apoio aos trabalhadores dos Correios! Não à privatização!

As entidades que compõem o Fórum das Seis – sindicatos e entidades estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza – manifestam apoio aos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que deflagraram greve por tempo indeterminado a partir de 17/8/2020. Eles denunciam a revogação do atual acordo coletivo, que teria vigência até 2021, o que trouxe perdas de benefícios como o plano de saúde, adicional de risco e licença maternidade de 180 dias. Além disso, apontam a negligência com sua saúde em meio à pandemia, uma vez que faltam equipamentos de proteção adequados ao trabalho que desempenham. Outro ponto central na pauta da greve é a rejeição à privatização dos Correios, prometida pela dupla Guedes/Bolsonaro.

Os trabalhadores denunciam que a precarização dos serviços prestados pelos Correios é intencional, a fim de convencer a sociedade de que essa histórica – são quase 400 anos desde a sua criação – estatal brasileira deve ser cedida à iniciativa privada. Motivo de orgulho nacional, a estatal sempre foi uma empresa lucrativa e fundamental para a população.

Estupro e gravidez aos 10 anos

Fórum das Seis manifesta-se em defesa da infância e dos direitos da mulher

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – estatísticas consolidadas em 2019 – a cada dia de 2018, em média, 180 mulheres brasileiras foram estupradas, sendo que 53,8% das vítimas tinham até 13 anos, contabilizando quatro meninas estupradas a cada hora. De lá para cá, tem sido registrado um aumento significativo da violência doméstica, sede da maior parte dos abusos e violências praticadas contra as mulheres e crianças.



A trajetória de sofrimento imposta a uma menina de 10 anos do interior do Espírito Santo, reiteradamente estuprada por um familiar desde os seis anos, ganhou notoriedade recentemente na mídia brasileira, e deu visibilidade pública à dificuldade do estado brasileiro em garantir o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O fato coloca-se na contramão do que estabelece o Art. 4º do ECA, que é dever “do poder público assegurar, **com absoluta prioridade**, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde”, e também “à dignidade, ao respeito” à criança e ao adolescente, definindo como prioridades a “**primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias**” e a “**precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública**”. (*grifos nossos*).

Desinformação, abuso de poder, exposição pública ilegal de dados privados e a interveniência agressiva de grupos religiosos compuseram um cenário de horrores vivido por essa criança até que fosse realizado o aborto assegurado pela legislação brasileira nessas circunstâncias: vítima de estupro e risco de vida para a mulher, no caso, para a criança. O procedimento foi realizado num hospital de referência no Recife, depois de a equipe médica do hospital universitário do Espírito Santo, estado onde reside a vítima, ter se recusado a fazê-lo, mesmo diante de autorização judicial e de diretrizes emanadas do Ministério da Saúde, das quais não se pode alegar desconhecimento.

O Fórum das Seis entende que houve, nesse processo, uma sucessão de situações flagrantemente ofensivas à dignidade, à saúde física e mental de uma criança de 10 anos, e à legislação vigente. Por isso, reivindica das autoridades responsáveis do Ministério Público e do sistema judiciário que tomem as providências cabíveis para a responsabilização de todos os atores, pessoas físicas e jurídicas, que em verdadeira associação criminosa impuseram pesado e evitável sofrimento a quem deveria ter todas as dimensões da sua integridade protegidas pelo estado brasileiro. O Fórum das Seis defende, ainda, que não seja letra morta o Art. 5º do ECA, que proclama e assevera que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, **punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais**” (*grifo nosso*).

A vida e a dignidade das mulheres e crianças brasileiras importam!

Doria e a boiada contra a população paulista

PL 529 extingue órgãos, entrega patrimônio público e confisca dinheiro das universidades

Ataque à ciência pode paralisar as universidades e a pesquisa no estado

A polêmica frase do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que propôs “aproveitar” a crise atual para “passar a boiada” na legislação ambiental, parece ter encantado o governador João Doria. Com o projeto de lei 529/2020, enviado em regime de urgência à Assembleia Legislativa, a pretexto de equilibrar as contas públicas, o governo paulista tenta passar um conjunto de medidas catastróficas para os serviços públicos, o funcionalismo, as universidades estaduais e a ciência.

Disposto em 69 páginas, o projeto junta “alhos com bugalhos” e abre o leque para um ataque em série: extingue 10 autarquias, fundações e empresas públicas, passando os serviços para empresas privadas, aumenta as alíquotas de contribuição ao Iamspe e passa a cobrar dos dependentes, confisca as reservas financeiras das universidades estaduais paulistas e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), entre outros. Tramitando em ambiente semi-virtual, sem a presença de parte dos deputados em plenário, a boiada de Doria, que não só abriu as porteiras como também derrubou a cerca, pode passar rapidamente, a não ser que haja uma forte reação da sociedade.

Déficit previsto é menos da metade da renúncia fiscal de 2019

A justificativa para as medidas, conforme consta na apresentação do projeto, é equilibrar as contas paulistas frente à “grave situação fiscal que ora vivenciamos devido aos efeitos negativos da pandemia de Covid-19 sobre as receitas públicas”, que teria levado a uma previsão de déficit orçamentário da ordem de R\$ 10,4 bilhões para o exercício de 2021.

Por ironia, o valor é menos do que a metade da renúncia fiscal praticada pelo governo estadual no ano passado. Segundo parecer do Ministério Público de Contas (MPC-SP), em 2019 as

perdas estimadas com as isenções fiscais concedidas a empresas somaram R\$ 24,33 bilhões. “A ajuda ao mercado é dada em detrimento das políticas públicas”, apontou a professora Élica Graziane Pinto, durante *live* promovida pelo Fórum das Seis em 13/8/2020 (*em breve, confira boletim de cobertura*). Entre 2011 e 2019, período analisado no parecer, a queda na arrecadação soma a impressionante monta de R\$ 149 bilhões.

Se as isenções fiscais fossem suspensas, portanto, teríamos recursos de sobra para suprir a suposta queda de arrecadação.

Fusões, extinção, entregas

O PL de Doria quer extinguir 10 autarquias, fundações e empresas públicas. São elas: Fundação Parque Zoológico; Fundação para o Remédio Popular (Furp); Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU); Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU); Superintendência de Controle de Endemias (Sucen); Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp); Instituto Florestal; Instituto de Medicina Social e de Criminologia (Imesc); Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp) e Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc).

Os serviços destes órgãos, na maior parte dos casos, seriam assumidos por empresas privadas.

Alguma dessas empresas, como a CDHU e a EMTU, são superavitárias. Outras são reconhecidas pelos relevantes serviços sociais, como a Fundação Oncocentro, responsável por diagnóstico e tratamento de câncer e reabilitação para pessoas que tiveram sequelas causadas por tumores na região da cabeça e do pescoço. Outros bons exemplos são a Furp, laboratório farmacêutico oficial do governo do estado de São Paulo, que ocupa posição estratégica nas políticas públicas de saúde, no desenvolvimento, na produção e distribuição de medicamentos, e o Itesp, que dá assessoria para pequenos produtores rurais, para agricultura familiar e assentamentos.

Confisco no Iamspe

O PL 529 dedica um trecho à “reestruturação do sistema de contribuição” do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo (Iamspe). Atualmente, os contribuintes pagam 2%, os beneficiários (filhos e cônjuges) não pagam e os agregados (pai e mãe, padrasto e madrasta) contribuem com 2%, sem distinção por idade.



Pelo projeto, as alíquotas ficariam assim:

- usuários acima de 59 anos (titulares e agregados): 3%
- usuários abaixo de 59 anos (titulares e agregados): 2%
- dependentes acima de 59 anos: 1%
- dependentes abaixo de 59 anos: 0,5%

Não está prevista nenhuma contrapartida governamental no financiamento do Instituto, mantendo o quadro histórico de omissão do governo em seu financiamento. Segundo denúncia a Comissão Consultiva Mista (CCM) do Iamspe, o aumento das alíquotas é uma preparação para mudanças mais profundas no órgão, previstas no PLC 52/2018, que tramita na Alesp e transforma o Instituto numa autarquia de regime especial, um grande plano de saúde estadual, aberto a um maior número de usuários e com a gestão entregue às organizações sociais/iniciativa privada.

Demissão voluntária pode fragilizar mais os serviços públicos

O projeto estabelece um Programa de Demissão Incentivada (PDI), com foco em 5.660 servidores celetistas estáveis (de autarquias, universidades e secretarias), que já se aposentaram pelo INSS, mas continuam exercendo suas funções.

Hora de reação

Fórum das Seis fortalece Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos

Convocados pela **Frente Paulista em Defesa dos Serviços Públicos**, cerca de 90 funcionários públicos, representando mais de 30 entidades sindicais, se reuniram virtualmente em 17/8/2020. Entre elas, estavam as entidades sindicais e estudantis que compõem o Fórum das Seis. Parlamentares de oposição também participaram. Após a discussão, foram aprovadas as seguintes iniciativas:

- Em 21/8, audiência pública, organizada pelo deputado Carlos Giannazi, para debater o PL 529/20, às 17h, pelo Zoom.
- Em 26/8, **Dia Estadual de Lutas Contra o PL 529/20**, com os apagões dos judiciários federal e estadual. A proposta é fazer um apagão geral dos funcionários públicos, o que será melhor discutido na próxima reunião da Frente.
- Em 26/8, **Abraço** no Iamspe.
- Elaboração de **Carta Conjunta de Compromisso das Entidades contra o PL 529/20**.
- Criação de um grupo de trabalho com representantes das empresas que o governador quer extinguir.
- Unificação das ações jurídicas contra o PL 529/20
- Convite aos representantes dos Movimentos Sociais que serão atingidos pela extinção das empresas.
- Convite aos deputados para participarem das reuniões da Frente.
- Pedido de moções de apoio contra o PL 529/20 e organização de *twetaços*.
- Unificação das lutas através da Frente.
- **Próxima reunião da Frente: 24/8, às 10h, pelo Zoom.**

O desligamento destes servidores, todos com perfil de larga experiência no serviço público, pode agravar ainda mais a falta de pessoal em vários setores.

O Fórum das Seis enviou ofício ao Cruesp, solicitando uma estimativa do total de servidores que podem se enquadrar na medida, em cada universidade e no Centro Paula Souza.

As universidades e a ciência na mira

Em seu artigo 14, o PL 529 prevê a transferência do “superávit financeiro” das autarquias ao tesouro estadual. Com isso, as eventuais reservas financeiras da Unesp, USP, Unicamp e Fapesp, esta última responsável pela maior parte do financiamento público à pesquisa no estado, seriam anualmente confiscadas pelo governo. O parágrafo 1º do artigo estabelece, ainda, que “fica dispensada a deliberação dos órgãos colegiados das Universidades sobre esta transferência”.

Se aprovado o PL, já em 2020 será sequestrado das três universidades e da Fapesp um montante em torno de R\$ 1 bilhão. “Uma prática desta natureza trará efeitos negativos ao ensino superior, à ciência e à tecnologia do estado de SP, com consequências para o Brasil”, alerta em nota a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

“Cientistas paulistas, dentro de universidades públicas e institutos de pesquisa, com apoio da Fapesp, têm atuado de maneira enfática para lidar com os desafios dos tempos atuais incluindo a primeira identificação e sequenciamento do novo coronavírus no país, desenvolvimento e produção de respiradores de baixo custo, desenvolvimento de testes diagnósticos e de novas medidas terapêuticas, dentre muitos outros progressos”, diz a nota da SBPC, lembrando que os seus fundos não constituem superávit, mas sim “reservas financeiras para manutenção e para financiamento de projetos” e que o confisco poderá levar à “paralisia das universidades e da pesquisa no estado.

Os inflamados discursos em defesa da ciência, feitos pelo governador Doria nos primeiros meses da pandemia, no afã eleitoreiro de se contrapor à política obscurantista do governo federal, abrem espaço agora para um vigoroso ataque às instituições responsáveis por grande parte da pesquisa nacional.

Doria ataca autonomia, nega recursos na pandemia e ainda tenta tirar mais

Para atacar as universidades estaduais paulistas e a ciência, o governador Doria tenta passar por cima até mesmo das garantias previstas em sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira, vigente desde 1989 e ancorada nos preceitos da Constituição Federal

A tentativa de sequestrar as reservas das universidades, conforme previsto no PL 529, vem no momento em que, justamente, estas instituições reivindicam um aporte extra por conta da queda na arrecadação do ICMS em meio à pandemia. Unesp, Unicamp e USP são mantidas com 9,57% da quota-parte do estado no ICMS e, com a queda na atividade econômica, devem deixar de receber cerca de R\$ 1 bilhão em 2020.

Embora tenha recebido recursos do governo federal, por conta do socorro aos estados e municípios, aprovado pelo Congresso para compensar a queda na arrecadação do ICMS e outros impostos/contribuições, o governo Doria tem se negado a discutir um repasse deste montante às universidades.

A pretensão, na realidade, é jogar ainda mais o ônus da crise nas costas do funcionalismo público, que vêm sendo arrojados há anos e, agora, teve seus salários congelados até dezembro/2021 e perdeu o tempo aquisitivo de quinquênios, sexta-parte e outros por igual período.

13/8, 17h: Live do Fórum vai tratar de renúncia fiscal e prejuízos à educação

Somente em 2019, a renúncia fiscal praticada pelo governo estadual causou um prejuízo de mais de R\$ 24 bilhões aos cofres paulistas. Mas o estrago não se refere apenas ao ano passado. Todos os anos, o governo coloca na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a autorização legal para que um seletivo – e secreto – grupo de empresas deixe de recolher tributos ao erário público, parcial ou totalmente.

É dinheiro que deixa de ser investido nos serviços públicos, como a saúde e a educação. No caso das universidades estaduais paulistas, mantidas com um percentual (9,57% da cota-parte do estado) da arrecadação obtida com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a perda é impactante.

Para ampliar o debate sobre o assunto, o Fórum das Seis vai realizar uma *live* no dia 13 de agosto, às 17h. Com o título “**Controle das renúncias fiscais e financiamento da educação pública**”, a atividade contará com a presença de **Élida Graziane Pinto**, professora de Finanças Públicas do curso de Administração Pública da EAESP-FGV. Também estarão presentes **José Marcelino de Rezende Pinto**, professor no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP e diretor da Adusp, e **Paulo César Centoducatte**, professor do IC/Unicamp, diretor da ADunicamp e responsável pela coordenação do Fórum das Seis.

Política predadora

Todos os anos, por ocasião da tramitação da LDO na Assembleia Legislativa (Alesp), o Fórum das Seis faz campanha contra a prática da renúncia fiscal. Neste ano, a denúncia foi encorpada

pelo parecer emitido pelo Ministério Público de Contas (MPC-SP) e pela Assessoria Técnico-Jurídica (ATJ) do TCE-SP. A renúncia fiscal ocupa as páginas 92 a 117 do documento, que pode ser acessado em <https://bit.ly/parecer-mpc>.

Entre 2011 e 2019, período analisado no parecer, a queda na arrecadação soma a impressionante monta de R\$ 149 bilhões. Neste interregno, o percentual de renúncia em relação ao orçamento total do estado, previsto na LDO de cada ano, foi subindo cada vez mais, passando dos 7,8% em 2011 para 16% em 2019. Para efeito de comparação sobre os danos causados à sociedade, o MPC e a ATJ apontam: “*Em 2011, a estimativa de perdas com isenção de ICMS e IPVA (R\$ 11,95 bilhões) correspondia a 47,5% dos gastos realizados na função saúde pelo Estado (R\$ 25,16 bilhões). Por sua vez, em 2019, as perdas estimadas com essas isenções (R\$ 24,33 bilhões) já equivaliam a expressivos 89,8% das despesas voltadas à saúde (R\$ 27,10 bilhões).*”

O parecer classifica a renúncia fiscal, política mantida e ampliada pelo governo Doria, como “*inadmissível*”, com “*retornos socioeconômicos duvidosos*”, com “*total falta de transparência, por prazo indeterminado e às custas do contribuinte*”, que continua a prosperar “*sob o pretexto de guerra fiscal com outros Estados*”.

DEBATE

Controle das renúncias fiscais e financiamento da educação pública

EXPOSITORA
ÉLIDA GRAZIANE PINTO
Professora do curso de Administração Pública da EAESP-FGV

DEBATEDOR
JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO
Professor no curso de Pedagogia da FFCLRP-USP e diretor da Adusp

MEDIADOR
PAULO CÉSAR CENTODUCATTE
Professor do IC/Unicamp, diretor da ADunicamp e coordenação do F6

TRANSMISSÃO ONLINE
www.facebook.com/adunicamp/live

13/AGO/2020
quinta-feira
17H00

FORUM das seis

Serviço

A *live* do Fórum das Seis será transmitida pelo *link* www.facebook.com/adunicamp/live, a partir das 17h, em 13/8/2020. Os interessados poderão encaminhar perguntas ao vivo. Aguarde novas divulgações!



Para saber mais sobre a expositora

A professora Élide Graziane Pinto participou de um interessante debate sobre renúncia fiscal promovido pelo jornal *Le Monde Diplomatique*, em parceria com a TV PUC e a TV dos Trabalhadores (TVT). Ela abordou os meandros da renúncia fiscal junto com outro convidado, Paulo Gil Introíni (do Instituto de Justiça Fiscal). Acesse em https://www.youtube.com/watch?v=qtsB_deouQg

Outros *links* para conhecer mais sobre o trabalho da docente:

<https://www.conjur.com.br/2018-jan-30/gasto-tributario-nao-limite-prazo-nem-teto-fiscal>

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/em-busca-da-equidade-fiscal.ghtml>

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312016000401097&script=sci_arttext

<https://www.conjur.com.br/2018-jul-17/contas-vista-iminente-ruptura-regra-ouro-ldo-limita-renuncias-fiscais>



DEBATE

Controle das renúncias fiscais e financiamento da educação pública

▶ EXPOSITORA

ÉLIDA GRAZIANE PINTO

Professora do curso de Administração Pública da EAESP-FGV

▶ DEBATEDOR

JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO

Professor no curso de Pedagogia da FFCLRP-USP e diretor da Adusp

▶ MEDIADOR

PAULO CÉSAR CENTODUCATTE

Professor do IC/Unicamp, diretor da ADunicamp e coordenação do F6

▶ TRANSMISSÃO ONLINE

www.facebook.com/adunicamp/live

13/AGO/2020

quinta-feira

17H00



FORUM das seis



Fórum das Seis subscreve documento nacional divulgado por entidades vinculadas à educação, estudantes e profissionais da área.

Texto está em <http://chng.it/hRjDpBQkvg> e pode ser assinado individualmente também

Carta em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, em tempo de pandemia

Caros professores e professoras, estudantes, técnicos administrativos e educacionais, pais, mães, interessados em geral.

Frente à necessidade emergencial de enfrentar o problema que a pandemia traz à educação pública, notamos que o encaminhamento dado de forma quase que hegemônica pelas instituições, quer da educação básica, quer no ensino superior, repousa em propostas de ensino remoto por meio da Internet. Esta solução tem sido apresentada, via de regra, como a única possível e a mais correta.

No entanto, estamos todos cientes de que, o que se afigura, não pode ser legitimamente chamado de “retomada dos processos escolares”, porque se trata, sobretudo, de algo radicalmente diverso do que, como docentes, fazíamos presencialmente.

Além do problema mais evidente, imediato e sem solução das dificuldades de todos os estudantes acompanharem as atividades em meio aos riscos de adoecimento e morte, do aumento exponencial da contaminação registrado em números alarmantes no país, estão sendo sistematicamente ignoradas questões decisivas como a natureza do trabalho dos professores e do que está em jogo no processo de ensino e aprendizagem.

Deflagrada a condição de excepcionalidade que, gradativamente, foi se tornando cotidiana, a máquina administrativa passou a emitir pareceres, resoluções e regulações oficiais, em que se supõe perdurar uma certa “normalidade”, na qual estaríamos suficientemente saudáveis, esclarecidos, convencidos, equipados e preparados para retomar as atividades letivas de forma remota com força total para o cumprimento das cargas horárias, haja o que houver. E não é bem assim, sabemos.



Os debates das grandes corporações especializadas em plataformas e tecnologias de ensino reforçam a ideia de que a adaptação ao novo ambiente tecnológico tornará o ensino mais eficaz e veloz e que a sala de aula presencial perderá sua importância histórica, uma vez que a educação, reduzida à aprendizagem, depende apenas de engajamento.

De outra parte, educadores e estudantes estão entre paralisados e surpreendidos com a resposta única, a saber, o ensino remoto que tal cenário impôs e que parece revelar nossa dificuldade em articularmos coletivamente uma resposta à altura.

Ainda que haja discussão nas instâncias decisórias, ela está centralmente direcionada ao debate sobre o cumprimento do ano letivo, desconsiderando o fato de que a pandemia tem agravado a condição socioeconômica e de saúde mental de grande parte das nossas comunidades. Outras possibilidades poderiam/deveriam ser consideradas, propiciando um debate para além das perspectivas em que se avalia individualmente a condição ou não de ter atividades não presenciais, em uma reflexão coletiva pautada no questionamento de medidas que excluem aqueles que não têm, por motivos diversos, condições para seguir o calendário letivo, neste momento de crise sanitária.

Qualquer exame, mesmo que superficial, sobre o histórico das políticas públicas revela o avanço persistente de projetos tecnocráticos de negligência, de desmonte e de privatização dos bens públicos, que se acelera em meio à pandemia causada pelo coronavírus. As determinações de retomada do calendário letivo ocultam razões muito pouco educativas, evidenciadas nas alegações e justificativas oficiais e institucionais. Haja vista que não há nenhum funda-

mento educacional para a adoção das atividades remotas como substitutas das presenciais, trata-se mais de cumprir calendários predeterminados, mesmo que isso signifique grandes perdas do ponto de vista formativo, com o que quase todos concordam.

A materialidade tecnológica interfere e condiciona os aproveitamentos, na medida em que modifica a relação com o tempo e com o espaço, instaurando outra ordem na percepção dos ambientes e das circunstâncias. A adoção de meios educacionais está diretamente ligada aos objetivos e processos educativos e, assim, atividades corriqueiras, como assistir a uma aula, apresentar um seminário, pesquisar, escrever e ler livros e artigos ficam submetidas ao mesmo plano de experimentação, como se se tratasse apenas de variações de formas de apreensão de conteúdos acadêmicos.

Sabemos que a experiência presencial que a aula comporta é insubstituível e ocupa um lugar fundamental no processo de formação; implica na apreensão em ato de uma reflexão que se constitui conjuntamente e cuja depuração e incorporação reorganizam o pensamento nascente do estudante. A natureza hesitante, baseada na experimentação da reflexão proposta pelo professor no momento da aula, revela os traços propriamente humanos da composição das ideias, ao contrário do texto acabado, seja para ser lido ou apresentado em forma de conferência, que transmite uma ideia artificial do processo no qual o estudante está sendo iniciado. A aula instaura um ritmo e uma temporalidade próprios, que convidam o estudante a participar de uma nova condição, distinta essencialmente das conversas, dos noticiários e das formas usuais de contato com os meios de comunicação. O modo de encadeamento e elaboração argumentativa solicitam um reordenamento da atenção, pedem engajamento de um modo que nenhum meio técnico poderia fazê-lo. Por isso, perdemos todos ao considerar que essa experiência tenha equivalente à altura em qualquer outro tipo de atividade.

O tempo da educação, do ensino e do aprendizado é, radicalmente, contrário a qualquer tempo de emergência, de exceção. Escolas e universidades não sabem lidar com emergências sociais, sabem, quando muito, apropriar-se e transformar os dramas sociais em temas de estudo e de elaboração intelectual. Quando a orientação e concepção de políticas públicas estiveram baseadas em estudos acadêmicos? Isso não significa que esses estudos não tenham valor e alcance. Ao contrário, significa que são sistematicamente desprezados pelas autoridades. Por isso, pretender justificar que a volta às atividades letivas seja fator de combate aos “danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como estresse familiar e aumento da violência doméstica”, conforme consta no parecer do CNE 5/2020, representa desvio das funções sociais da educação e das instâncias que, verdadeiramente, deveriam ser responsabilizadas.

Concordamos que não podemos nos afastar dos estudantes, que precisamos acompanhá-los, orientá-los,

voltar a engajá-los nos processos formativos, e justamente pela responsabilidade que isso convoca precisamos ser cuidadosos nas decisões, inclusivos na formulação de propostas, democráticos nas discussões e flexíveis nos desenvolvimentos. Mas o modo como tem sido encaminhada a discussão faz parecer que só há duas escolhas: a adesão à educação por Internet como correspondente às atividades acadêmicas regulares ou a simples recusa. Contudo, estão ausentes outras perguntas, para além da simples divisão entre os pró e contra ensino a distância: Como garantir o direito à educação sem exclusão? Qual passa a ser a função social da escola, da universidade e dos professores durante e após a pandemia?

Se continuamos a reivindicar que trabalhamos por uma educação no sentido de garantir formação de qualidade para a cidadania, para a participação ativa na sociedade, para o desenvolvimento humano, para o exercício profissional com dignidade, para a defesa inegociável e democrática dos direitos humanos, para combater as desigualdades e as discriminações, não podemos ceder – muito menos sem crítica e oposição – aos imperativos imediatistas de medidas que nos parecem, sob muitos aspectos, criadas apenas para atingir critérios de desempenho e que impelem a um automatismo que nos distancia daquilo que propicia de fato uma oportunidade fecunda para a educação.

A suspensão do calendário acadêmico poderia ser a oportunidade para refundarmos a relação entre ensino, pesquisa e extensão na universidade e inaugurarmos um espaço de ampla escuta, acolhimento e ação coletivos, no sentido de aprofundarmos nosso conhecimento, análise e imaginação para um mundo pós pandemia. Ou será que tudo funcionava de forma excelente, antes da pandemia, restando-nos apenas garantir que tudo continue, em ritmo e frequência?

Com as energias utópicas leigas tão em baixa, a esperança residual sobrevive somente pela determinação intelectual de manter-se na luta, um pouco por princípio, outro por responsabilidade, um tanto por honra, outro por costume, estudando, debatendo, intervindo, ainda que a derrota seja diariamente reeditada. Crer no processo que a luta instaura, manter-se engajado no que desencadeia, orientar-se pelos êxitos que a história registra, precaver-se contra as armadilhas do sistema, examinar criticamente as conformações que chamam presente, aprender a pensar duas vezes antes de ceder aos voluntarismos emergenciais, manter-se fiel aos princípios nos quais as pessoas são sempre mais importantes do que as coisas e os procedimentos.

De algum modo, as utopias, mesmo aquelas que justificaram nossas escolhas profissionais pela educação, poderiam renascer, ainda que discretamente, desses apelos, e é o que parece nos restar como esperança residual no momento. Assim, estaríamos trabalhando na defesa e fortalecimento dos que mais precisam, de introduzir a juventude na tradição e, assim, de zelar pelo futuro. É o que defendemos, no que acreditamos e do que estamos convencidos.



Fórum das Seis convoca para **MARCHA PELA VIDA** em 9 de junho

Manifestação virtual reúne entidades de diversos setores da sociedade civil

Convocada por várias entidades representativas, a **Marcha pela Vida** contará com várias atividades virtuais no dia 9 de junho, terça-feira. O Fórum das Seis junta-se a organizações como CNBB, SBPC, ABI, Abrasco, Andifes, Cebes, CNS, Rede Unida, SBB e outras para chamar a atenção ao grave momento vivido pelo país, que enfrenta uma crise sanitária, econômica, social e política, exigindo medidas concretas em defesa da vida, preservação do meio ambiente e respeito à democracia.

O Fórum das Seis convida servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza a participarem das atividades, descritas no quadro abaixo.

A seguir, confira a íntegra do **Manifesto pela Vida**:

“ O Brasil vive uma grave crise – sanitária, econômica, social e política – exigindo de toda sociedade, especialmente de governantes e representantes do povo, o exercício de uma cidadania guiada pelos princípios da solidariedade e da dignidade humana, baseada na democracia e na busca de soluções conjuntas para o bem comum de toda a população.

O País é hoje o epicentro da pandemia da covid-19 na América Latina. Temos a maior taxa de transmissão da doença, o segundo maior número de casos no mundo e a maior taxa diária de mortes, mesmo sem considerar a comprovada subnotificação. Vivemos uma situação de gravíssima emergência em saúde pública, com mais de 400.000 infectados já notificados e ultrapassamos 25.000 mortos.

A **Frente pela Vida**, para a qual todos os setores da sociedade brasileira estão convidados a participar, está baseada nos seguintes pilares:

- O direito à vida é o bem mais relevante e inalienável da pessoa humana, sem distinção de qualquer natureza;
- As medidas de prevenção e controle no enfrentamento da pandemia da COVID-19 devem ser estabele-

cidas com base científica e rigorosamente seguidas a partir de planejamento articulado entre os governos federal, estadual e municipal;

- O Sistema Único de Saúde - SUS é instrumento essencial para preservar vidas, garantindo, com equidade, acesso universal e integral à saúde;
- A solidariedade, em especial para com os grupos mais vulneráveis da população, é um princípio primordial para uma sociedade mais justa, sustentável e fraterna;
- É imprescindível para a vida no Planeta a preservação do meio ambiente e da biodiversidade, garantindo a todos uma vida ecologicamente equilibrada e sustentável;
- A democracia e o respeito à Constituição são fundamentais para assegurar os direitos individuais e sociais, bem como para proporcionar condições dignas de vida para todas e todos os brasileiros.

PROGRAMAÇÃO GERAL

Manhã: Atividades setoriais/locais associadas ao tema VIDA (webinars, etc.)

12h-13h: Tuitaço com a hashtag #MarchaPelaVida

12h: Manifestação virtual em Brasília, com avatares (Manif.app)

13h-15h: Painel online de depoimentos de pessoas de todos os setores sociais em torno dos 6 eixos da Declaração “Marcha pela Vida”;

16h: Ato político de apresentação pública dos pontos essenciais da Marcha;

18h-19h: Programação cultural



**Marcha
pela Vida**

9 DE JUNHO DE 2020

Participe virtualmente!

#MarchaPelaVida

Mais informações: www.marchavirtualpelavida.org.br

A respeito do Comunicado CRUESP nº 05/2020, divulgado em 29/5, o Fórum das Seis comunica que:

1) Mantém seu posicionamento pela suspensão da campanha salarial 2020, até que seja possível a realização de assembleias presenciais, já exposto à comunidade universitária e ao Cruesp no início de abril.

2) Envidará esforços a fim de que o Congresso Nacional derrube o veto presidencial ao artigo 8, parágrafo 6, da Lei Complementar nº 173 - **Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19)**, que prevê a não aplicabilidade da proibição de concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de salários e benefícios para trabalhadores da educação pública, entre outras carreiras de servidores públicos, até dezembro de 2021.

3) Propôs uma minuta de comunicado conjunto entre Fórum das Seis e CRUESP - que não foi acatada e contra a qual não foi proposta redação alternativa - segundo a qual seria

anunciado à comunidade da USP, Unesp e Unicamp:

a) o adiamento da Data-Base 2020 em comum acordo entre Fórum das Seis e Cruesp, tendo em vista a crise sanitária e econômica;

b) o comprometimento do Cruesp de convocar reunião para deliberação sobre o dissídio 2020 tão logo a pauta seja protocolada pelo Fórum das Seis;

c) o posicionamento conjunto pela defesa da manutenção de, no mínimo, o orçamento das universidades previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020, em nome da preservação da vida e do fortalecimento da pesquisa científica e da saúde pública no combate à Covid-19.

4) Por isso, repudiamos o posicionamento unilateral do Cruesp exposto no Comunicado CRUESP nº 05/2020 com relação à data-base (*veja no box*) e, ainda mais grave, a ausência de um posicionamento firme das reitorias em defesa da manutenção do orçamento necessário para a continuidade das atividades que a sociedade espera das Universidades quanto ao ensino, à pesquisa e à extensão e quanto à justa remuneração de suas/seus servidoras/es.

5) O Fórum das Seis mantém seu posicionamento em defesa da vida e da necessidade de proteção da saúde física e mental de toda a comunidade universitária, e reclama às direções das Universidades que haja respeito à representação exercida pelas entidades sindicais e estudantis nas tratativas de combate à pandemia e nas discussões em curso a respeito da retomada de atividades presenciais, quando for o momento oportuno de acordo com a ciência, e não de acordo com pressões do capital.

6) Por fim, o Fórum das Seis repudia o relaxamento da quarentena anunciado pelo governo Doria em 27/5/2020, em plena elevação do número de casos e de mortos pela Covid-19 e contra todas as indicações científicas e a experiência de outros países atingidos pela pandemia. Não é possível que as reitorias das Universidades silenciem com relação a isso.

O TEXTO DO CRUESP

Comunicado CRUESP nº 05/2020

São Paulo, 29 de maio de 2020

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) realizou reunião com o Fórum das Seis, no dia 07 de maio de 2020, quando foram apresentados dados oficiais do Governo sobre o impacto da pandemia da COVID-19 na arrecadação do ICMS do Estado de São Paulo.

Considerando que os dados apresentados evidenciam queda significativa de arrecadação do ICMS no estado, comprometendo parte do orçamento das universidades, o Cruesp manifestou o entendimento de que os salários dos servidores docentes e técnico-administrativos deveriam ser mantidos sem reajuste neste momento.

Além disso, o Cruesp tomou ciência da Lei Complementar no 173, de 27 de maio de 2020, que cria o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19) para prestar auxílio financeiro a estados, Distrito Federal e municípios, e que proíbe, como contrapartida, reajuste de salários e benefícios para servidores públicos até dezembro de 2021.

SANDRO ROBERTO VALENTINI
Presidente do Cruesp

29 de maio de 2020.

Wagner de Melo Romão
Pela Coordenação do Fórum das Seis

Em reunião com o Cruesp, Fórum cobra ampliação de medidas de proteção à vida e defesa dos orçamentos das instituições

O Cruesp recebeu os representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis em 7/5. A reunião, realizada virtualmente pelo aplicativo Google Meet, havia sido reivindicada pelo Fórum em ofício enviado um mês antes. O objetivo destacado no ofício era o de tratar os assuntos relacionados à pandemia e informar aos reitores a decisão de suspender a campanha salarial de 2020 até que haja condições para que as assembleias sejam retomadas.

A pauta divulgada pelo Cruesp pouco antes da reunião, no entanto, listava apenas a apresentação da situação orçamentária e financeira por parte das equipes técnicas das universidades e o dissídio 2020. Na apresentação da situação financeira, o reitor da Unesp Sandro Valentini, atual presidente do Cruesp, mostrou a queda da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de recursos das universidades estaduais paulistas.

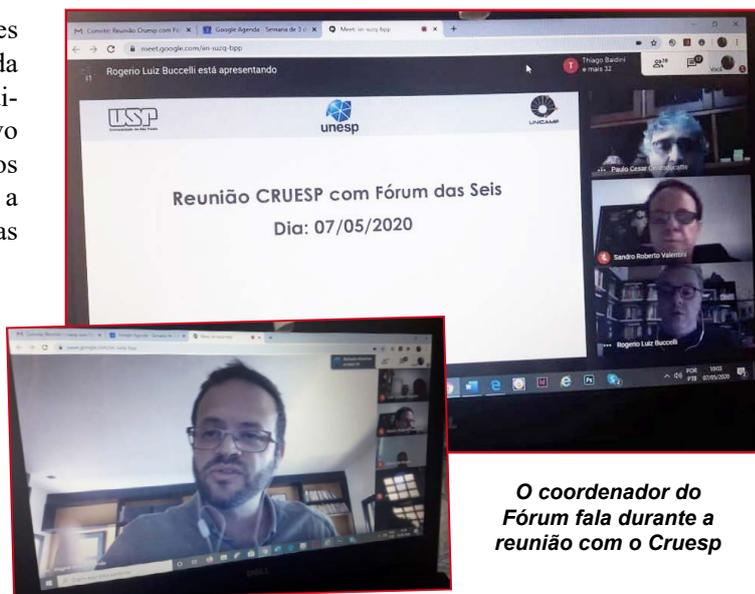
Os reitores relataram que no dia anterior haviam se encontrado com o vice-governador Rodrigo Garcia, para pleitear que parte da ajuda financeira que deve vir da União aos estados seja repassada às universidades. Também fizeram um relato das iniciativas adotadas para a diminuição de despesas em cada universidade, basicamente centradas na suspensão de contratações, congelamento das carreiras e até corte de benefícios, como o adicional noturno na Unicamp.

Representantes do Fórum usaram a palavra para enfatizar que vivemos uma crise brutal e que as perspectivas de superação passam pela efetiva presença do Estado, ao contrário do que prega o receituário neoliberal. Portanto, políticas de corte não contribuirão com a solução da crise. Agora, no momento em que o investimento em ciência e saúde é determinante, é hora de preservar os orçamentos das universidades.

Neste sentido, a reivindicação do Fórum junto aos reitores é que não apostem no corte de despesas como solução para a crise, mas sim que sejam incisivos na cobrança ao governo para que garanta o orçamento das universidades, uma vez que o estado de São Paulo, como os demais, deve receber a ajuda financeira da União.

Dissídio

A respeito do dissídio de 2020, não houve discussão. Como já divulgado, o Fórum das Seis deliberou pelo adiamento da data-base, uma vez que as discussões a respeito da pauta salarial e demais reivindicações requerem a realização de assembleias nas unidades. As entidades do Fórum aguardam o retorno às atividades presenciais para reiniciar a mobilização.



O coordenador do Fórum das Seis fala durante a reunião com o Cruesp

Prioridade para a defesa da vida

O coordenador do Fórum das Seis, professor Wagner Romão, lembrou que o principal objetivo da reunião, do ponto de vista das entidades, era debater os diversos problemas relacionados à pandemia. “Nossa intenção é colaborar na busca de saídas desta crise, que é muito grave e inédita, mas para isso é preciso que os reitores estabeleçam real diálogo com as entidades representativas e tenham como eixo central a garantia da vida e a contribuição das universidades para o combate à Covid-19”, frisou.

O Fórum destacou a importância de uma posição firme dos reitores e das universidades quanto à manutenção da quarentena, a defesa das vidas dos servidores das universidades e do Centro Paula Souza, a defesa do SUS, a defesa da dignidade do trabalho de todos, liberação dos grupos de risco, EPIs e testagem para todos os servidores em atividade presencial, inclusive para terceirizados, bem como a garantia de contratações emergenciais.

Para que esta política seja adotada e mantida, o Fórum entende que deve ser garantido o diálogo com os sindicatos e entidades estudantis, o que não vinha acontecendo em nenhuma das universidades. A reivindicação – não respondida pelos reitores na reunião de 7/5 – é que as entidades sindicais e estudantis sejam formalmente incorporadas aos comitês de crise e combate à Covid-19. Na Unicamp, está marcada reunião entre a reitoria e as entidades para 13/5.

O respeito aos colegiados também foi cobrado. A situação é diversa nas três universidades. Enquanto na Unicamp

têm ocorrido reuniões *online* do Conselho Universitário, na USP e na Unesp isso não aconteceu nenhuma vez desde o início da quarentena. Os representantes do Fórum frisaram que é fundamental que as reuniões sejam convocadas periodicamente e que seja respeitado o direito à fala de representantes docentes, técnico-administrativos e estudantes.

Aulas por meio digital

Entre os pontos listados pelo Fórum para debate na reunião de 7/5 estavam os problemas decorrentes da adoção de aulas remotas enquanto durar a quarentena.

Embora o tema não tenha sido tratado, por conta da limitação do tempo, as entidades expuseram extrema preocupação com a continuidade do semestre do modo como vem ocorrendo, por meio de ensino remoto. Representantes estudantis lembraram que é grande o número de estudantes que não têm acesso à conexão estável, muitos trabalham, cuidam agora da família, estão em moradias precárias. Tudo isso faz com que o ensino remoto, além de precário do ponto de vista didático, seja excluyente e elitista, tornando ainda mais vulneráveis os que já se encontram em situação de vulnerabilidade.

Fórum pede nova reunião

Ao final da reunião em 7/5, o Cruesp sinalizou com um novo encontro entre as partes para o início de junho. O Fórum entende, no entanto, que poucos encaminhamentos foram concretizados e, diante da premência da pandemia, é importante que esta data seja antecipada. O Fórum solicita ao Cruesp uma nova reunião para os próximos dias, em que a pauta central seja “Participação dos sindicatos e organizações estudantis nas comissões de crise e combate à Covid-19”, para que tenhamos condições de incidir no que está sendo feito e proposto e dialogar com a especificidade da situação em cada universidade.

No âmbito destas comissões, seria possível discutir conjuntamente a importância dos HUs no combate à Covid-19, as garantias de valorização e proteção de todos os profissionais (inclusive os terceirizados), a manutenção dos direitos dos trabalhadores, as condições e formatos para a retomada das atividades quando chegar o momento, entre outros.

Trabalhadores do HU da USP mobilizam-se



*Dois
atividades
em frente a
HU da USP:
Acima, o ato
em 6/5.
Ao lado, em
12/5, Dia do
Profissional
de Enferma-
gem, home-
nagem aos
mortos pela
Covid-19*

Nos dia 6/5, trabalhadores do Hospital Universitário (HU) da USP realizaram um segundo ato em frente à instituição, denunciando os problemas que vêm enfrentando em decorrência da crise sanitária gerada pela pandemia de Covid-19.

A situação dos profissionais que atuam no Hospital Universitário (HU) da USP é um exemplo do que vem ocorrendo com os trabalhadores da saúde em todo o país, que vêm se dedicando ao extremo no combate à pandemia de Covid-19. Pelas características de seu trabalho, estes profissionais são os mais expostos ao contágio e, ainda assim, não raro atuam sob precárias condições de trabalho.

O HU tem sido peça importante para a população paulistana durante a pandemia, centralizando o atendimento em várias frentes para que o Hospital das Clínicas (HC) possa se dedicar ao acolhimento das vítimas de Covid-19. No entanto, problemas estruturais causados pela política de corte de recursos, imposto pelo governo do estado nos últimos anos, agora emergem de forma dramática. A falta de profissionais para que o hospital possa atuar na totalidade de sua capacidade é o maior dos exemplos deste paradoxo. Com isso, uma reivindicação essencial, de liberação dos funcionários pertencentes aos grupos de risco (mais de 60 anos e com comorbidades), das gestantes e das lactantes, não vem sendo atendida.

O Fórum das Seis insta a reitoria da USP, a superintendência do HU e o governo do estado a atenderem as reivindicações da categoria:

- Liberação de todos os trabalhadores pertencentes aos grupos de risco;
- Garantia plena de EPIs e testes para todos;
- Contratações emergenciais para suprir as necessidades de reposição e complementação dos quadros do HU;
- Agendamento de reuniões sistemáticas entre reitoria, administração do HU e entidades representativas da categoria;
- Garantia pelo governo do estado dos recursos necessários ao pleno funcionamento do HU. Garantia da vida e de condições dignas de trabalho de seus profissionais.

7/5, em todo
o Brasil

Participe da MARCHA VIRTUAL PELA CIÊNCIA

*Defesa da ciência e da educação, pela revogação da EC 95,
isolamento social contra a Covid-19*

Vencer a pandemia causada pelo coronavírus tornou-se o maior desafio em 2020. Nesta luta, que é de toda a humanidade, a ciência é a grande esperança de todos.

Tendo essa certeza como farol, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) está organizando uma jornada de atividades em 7 de maio para defender a ciência e a educação públicas. Trata-se da **Marcha Virtual pela Ciência**, que ocorre todos os anos e, por conta do isolamento social necessário ao combate à Covid-19, este ano será integralmente *online*.

Sob o comando da SBPC, entidades, instituições e associações científicas e acadêmicas de todo o país convidam a população em geral a participar das atividades que serão realizadas nas redes sociais (*lives*, painéis, palestras, entrevistas, documentários, tuitos etc.).

O Fórum das Seis apoia a realização da **Marcha** e convida professores, funcionários e estudantes das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza a participarem das atividades.

Reivindicações centrais

No momento em que o obscurantismo tenta tomar o lugar da ciência e da educação, o que é especialmente dramático em tempos de pandemia e de risco à vida de milhões de pessoas, a **Marcha Virtual pela Ciência** tem como uma de suas bandeiras centrais a imediata revogação da Emenda Constitucional (EC) 95, aprovada em 2016, que limitou drasticamente o volume de investimentos nos serviços públicos do país.

A **Marcha** está estruturada sobre 4 eixos centrais:



#FiqueEmCasaComCiência: a importância do isolamento social, recomendado pela OMS, sociedades científicas e da área da saúde, cientistas, médicos e especialistas;

#CiênciaéInvestimentoEssencial: a crise da ciência no Brasil e a redução drástica dos recursos para CT&I, em particular recursos que ajudem no enfrentamento da grave crise sanitária e econômica;

#EducaçãoeDemocracia: o desmonte dos sistemas de educação, em particular pela ação da

Emenda Constitucional 95, e as ameaças antidemocráticas à liberdade de ensino e pesquisa;

#PactoPelaVida: a necessidade de enfrentar a crise econômica com medidas emergenciais e de longo prazo, que apoiem, em particular, as camadas mais pobres e vulneráveis da população e reduzam a desigualdade social e econômica do país.

Como participar

- Haverá dois painéis digitais promovidos pela SBPC:
- Das 10h30 às 12h: “**O enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Brasil**”.
 - Das 15h às 16h30: “**CT&I no Brasil: sucesso e desafios**”.

Estão sendo convocados dois tuitos, das 12h às 12h30 e das 18h às 18h30, com as seguintes hashtags: **#paCTopelavida** e **#fiqueemcasacomaciência**

Acompanhe nos canais oficiais da SBPC

SBPC no Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCH3fR8IXd-XxjBCC1ChsBSw>

Nota do Fórum das Seis em apoio ao ato no Hospital Universitário da USP em 6/5/2020

DEFESA DA VIDA E DOS TRABALHADORES DO HU

As entidades sindicais e estudantis que compõem o Fórum das Seis, reunidas em 5 de maio de 2020, debateram a situação dos profissionais que atuam no Hospital Universitário (HU) da USP que, assim como os trabalhadores da saúde em todo o país, vêm se dedicando ao extremo no combate à pandemia de Covid-19. Pelas características de seu trabalho, estes profissionais são os mais expostos ao contágio e, ainda assim, não raro atuam sob precárias condições de trabalho.

O HU tem sido peça importante no atendimento à população paulistana durante a pandemia, mas problemas estruturais causados pela política de corte de recursos, imposto pelo governo do estado nos últimos anos, agora emergem de forma dramática. A falta de profissionais para que o hospital possa atuar na totalidade de sua capacidade é o maior dos exemplos deste paradoxo. Com isso, uma reivindicação essencial, de liberação dos funcionários pertencentes aos grupos de risco (mais de 60 anos e com comorbidades), das gestantes e das lactantes, não vem sendo atendida.

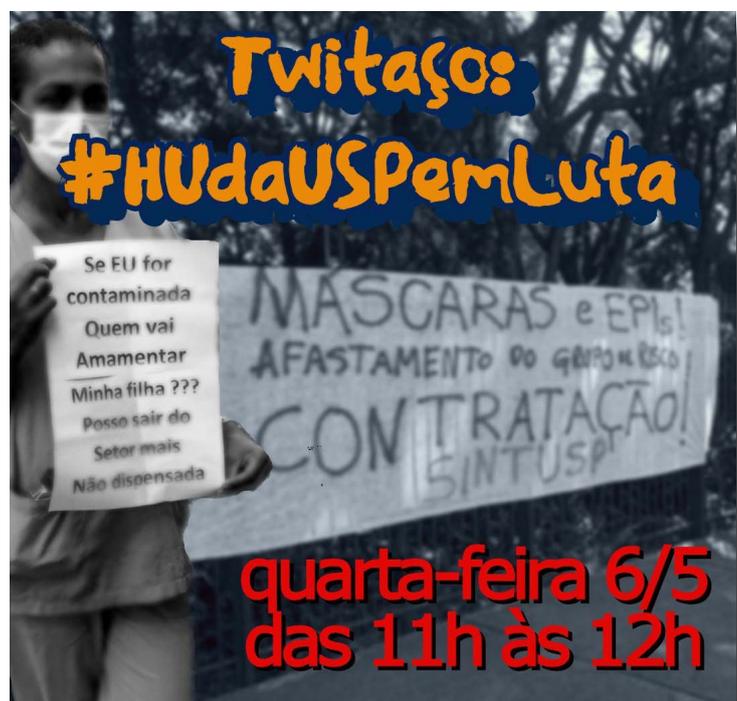
Diante deste quadro e ciente da enorme importância do HU e de seus profissionais no trabalho de salvar vidas durante a pandemia, o Fórum das Seis insta a reitoria da USP, a superintendência do HU e o governo do estado a atenderem as reivindicações da categoria:

- Liberação de todos os trabalhadores pertencentes aos grupos de risco;
- Garantia plena de EPIs e testes para todos;
- Contratações emergenciais para suprir as necessidades de reposição e complementação dos quadros do HU;
- Agendamento de reuniões sistemáticas entre reitoria, administração do HU e entidades representativas da categoria;
- Garantia pelo governo do estado dos recursos necessários ao pleno funcionamento do HU e à garantia da vida e de condições dignas de trabalho de seus profissionais.

Neste momento de agravamento da pandemia, é fundamental garantir as condições adequadas para aqueles que salvam vidas!

FÓRUM DAS SEIS ENTIDADES

(Sintusp, Adusp, Sintunesp, Adunesp, STU, Adunicamp, Sinteps e entidades estudantis)



Manifesto do Fórum das Seis em defesa da vida e dos direitos da classe trabalhadora

Em meio à maior crise sanitária e social da história recente, a ampla maioria da sociedade brasileira, composta por um enorme contingente de trabalhadores informais, tende a ser a mais afetada pelo forte avanço da pandemia do novo coronavírus – que causa a Covid-19 – e, também, por seu impacto nas condições de vida e sobrevivência de grande parte da população.

Diante deste cenário, é urgente reconhecer que o fortalecimento dos serviços públicos e a ampliação do atendimento universal e gratuito para todos são medidas determinantes para passarmos pela pandemia atenuando seus efeitos. A política neoliberal, de diminuição do Estado e do número de servidores públicos, expõe toda a sua crueldade no momento em que mais eles são essenciais para a população.

É inadmissível a política adotada pelo presidente da República, de rendição exclusiva aos interesses do mercado, contrapondo as necessárias medidas de isolamento social em todas as atividades não essenciais – na forma indicada pelas autoridades de saúde e sanitárias do Brasil e do mundo. Bolsonaro expressa opiniões que ferem a pesquisa científica, confundem a população e apontam para o caos no sistema de saúde, insistindo no fim da política de isolamento social em nome de uma suposta retomada da atividade econômica.

As pretensas medidas anunciadas pelo governo para atacar os dois aspectos da crise atual – a sanitária e a econômica – estão muito longe de representar uma real preocupação com a saúde e a sobrevivência da população.

O apoio às/aos informais, com o “auxílio” de R\$ 600 mensais por três meses, que seria de apenas R\$ 200 se dependesse do governo, é absolutamente insuficiente (pouco mais que a metade de um salário mínimo) para uma parcela que chega a 24 milhões de trabalhadoras/es na informalidade (resultante da reforma trabalhista de outrora), de acordo com dados do IBGE de antes do início da pandemia. Some-se a isso o criminoso atraso no pagamento do auxílio, como se a fome pudesse esperar.

A medida provisória 936/2020, que permite a redução de salários e jornadas, em negociações individuais entre patrões e empregados, à margem dos acordos coletivos com a presença dos sindicatos, contribui para aumentar a precarização das condições de vida de trabalhadoras/es. Trata-se de um ataque direto às/aos trabalhadoras/es, que poderá provocar uma redução dos salários que pode variar entre 10% e mais de 80% dos rendimentos do trabalhador, a depender do tamanho do salário inicial e do tamanho do corte da jornada/salário. Isso representará uma queda da massa salarial que pode variar entre 9% e 28%, retirando até R\$ 21 bilhões por mês das mãos dos trabalhadores, com evidentes impactos sobre o consumo, conforme estudo do publicado por pesquisadores do CECON-IE/UNICAMP.

No rastro dessa política, sucedem-se no Congresso Nacional e em várias assembleias legislativas estaduais propostas de redução nos vencimentos de servidores públicos.

Os governantes não admitem investir com urgência mais recursos em saúde, nas universidades e instituições públicas de pesquisa, na contratação de mais servidoras/es públicos, no apoio à subsistência de empresas (especialmente micro, pequenas e médias, responsáveis pela maioria dos empregos no país).

A revogação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que impede investimentos nas áreas sociais, é fundamental. Apenas a título de exemplo, desde a sua edição, em 2017, os gastos em saúde pública correspondiam a 15,8% da arrecadação da União; em 2019, a apenas 13,5%. Neste período, essa queda percentual significou cerca de R\$ 20 bilhões a menos em investimento no setor.



O país concentra um dos maiores índices de desigualdade social do mundo, com o 1% mais rico detendo mais da metade da renda nacional. Entidades de auditores fiscais apontam que seria possível arrecadar R\$ 272 bilhões apenas com a taxaço de impostos sobre as fortunas dos multimilionários brasileiros.

Ao mesmo tempo, o governo federal segue comprometendo parcela expressiva do orçamento federal (em torno de 38%, de acordo com dados de 2019) com o pagamento da dívida pública majoritariamente junto aos grandes bancos.

O Brasil segue em passos lentos na implementação das medidas econômicas de enfrentamento da crise – em sua maioria equivocadas ou insuficientes – apesar de já possuir um quadro rico de todas as medidas que deveriam ser adotadas. Isso se deve, em parte, à resistência e à inépcia do governo federal, em sua incapacidade de coordenar esforços e planejar ações. Mas também se deve ao desmonte da capacidade produtiva e estatal que a economia brasileira sofreu nos últimos anos, enfraquecendo não apenas o sistema de saúde pública, mas também os reconhecidos centros de pesquisa, as universidades públicas, os mecanismos de coordenação e de planejamento econômico, como os bancos e empresas públicas. O neoliberalismo radical cobra seu preço, nesse momento que a coordenação é tão fundamental para o enfrentamento da pandemia e de seus efeitos.

O Fórum das Seis, consciente do seu papel em defesa não só de trabalhadoras/es e estudantes das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, mas também da ampla população explorada do país, soma-se às representações sindicais e sociais públicas e privadas para reivindicar a adoção de medidas que realmente possam proteger a todas e todos, quais sejam:

- 1) A manutenção das políticas de isolamento social enquanto, com base nas orientações da OMS, as autoridades de saúde assim o indicarem, com exceção dos serviços essenciais (com a garantia de equipamentos de proteção individuais e demais condições necessárias para atuarem);
- 2) A manutenção dos empregos e dos salários sem cortes, nos setores públicos e privados, com a adoção de políticas de subsistência digna para toda a população;
- 3) A instituição de uma renda mínima universal aos assistidos por benefícios sociais, desempregadas/os e trabalhadores informais, garantindo a elas/es poder superar a crise sem a necessidade de se exporem nas ruas em busca de renda;
- 4) A revogação da EC 95/2016 e a liberação dos investimentos necessários aos serviços públicos para a superação da crise sanitária, com a devida contratação de profissionais necessárias/os;
- 5) A taxaço imediata das grandes fortunas, para superar a desigualdade no país;
- 6) A suspensão do pagamento da dívida pública em 2020, para garantir políticas públicas de apoio à população e à atividade econômica.

**A crise expõe incontestemente a necessidade de MAIS ESTADO E MAIS
POLÍTICAS PÚBLICAS!
RESPEITO À VIDA EM PRIMEIRO LUGAR!**

.....
*São Paulo, 3 de abril de 2020
Fórum das Seis Entidades*

Pelos direitos de trabalhadoras e trabalhadores, pela vida das/os profissionais da saúde e em defesa dos serviços públicos

Governo e Universidades devem agir com firmeza frente à pandemia, mantendo os orçamentos das Universidades e investindo nos hospitais universitários

Reunidas em 3/4/2020, as entidades do Fórum das Seis avaliaram a crise sanitária e social que ocorre com a pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2) e assim se posicionaram:

1) Manifesto em defesa da vida e dos direitos da classe trabalhadora

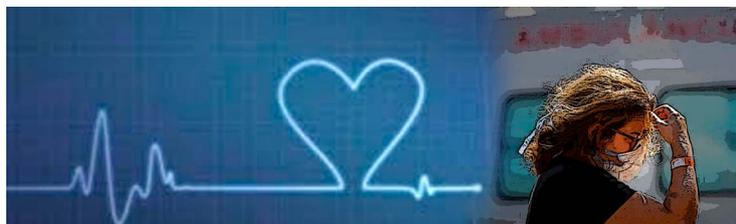
Em meio à maior crise sanitária e social da história recente, que expõe as consequências de uma sociedade estruturada na exploração da maioria pela minoria, é urgente reconhecer que o fortalecimento dos serviços públicos e a ampliação do atendimento universal e gratuito são medidas determinantes para enfrentar a pandemia de modo a minimizarmos as suas consequências. A política neoliberal, de diminuição do Estado e do número de servidoras/es públicos, desnuda toda a sua crueldade no momento em que mais eles são essenciais para a população.

O Fórum das Seis, consciente do seu papel em defesa não só de trabalhadoras/es e estudantes das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, mas também da ampla população explorada do país, soma-se às representações sindicais e sociais públicas e privadas para reivindicar a adoção de medidas que realmente possam proteger a todas e todos. [Confira Manifesto ao final deste boletim.](#)

2) Sobre os hospitais universitários e as garantias aos profissionais da saúde

O avanço da Covid-19 colocará as/os profissionais da área da saúde em risco permanente de contágio. O Fórum das Seis exorta as Universidades a garantir a saúde de toda a sua comunidade, em especial dessas/es profissionais.

O governo Doria tem a obrigação de se articular com as direções das Universidades Estaduais, de maneira a prover os hospitais universitários de recursos para a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), contratação emergencial de profissionais, substituição das/os profissionais dos grupos de risco, ampla testagem de contágio pelo coronavírus, seguro saúde para servidoras/es e seus familiares e adicional insalubridade.



Além disso, neste momento de crise, fica bastante visível a política equivocada de desmonte dos hospitais universitários em São

Paulo. A pesquisa científica e sua articulação com a prática nos hospitais são fundamentais para garantir a saúde da população e para seguir formando profissionais afinados com o Sistema Único de Saúde. É imperativo que agora, e também depois de passado este momento de crise, o governo do estado de São Paulo e as Universidades retomem investimento público nos hospitais universitários e na produção estatal de EPIs, medicamentos, aparelhos e outros equipamentos necessários para a setor da saúde.

3) Sobre a continuidade do semestre por meios digitais

O Fórum das Seis já se posicionou contrário à continuidade do semestre nas condições que a pandemia e a quarentena impõem a docentes e estudantes. No momen-



to, a prioridade deve ser a de salvar vidas e todos os esforços das Universidades e do Centro Paula Souza devem ser direcionados para este fim, seja no aprimoramento da



pesquisa científica para a contenção do vírus, na produção de insumos para promover e proteger a saúde da população (álcool em gel, EPIs, máscaras, respiradores etc.), no estudo dos impactos sociais causados pela crise, na viabilização de ações de solidariedade à população mais carente nas cidades em que temos campi universitários, seja ainda produzindo e divulgando conteúdos informativos sobre os diversos aspectos da pandemia e o necessário isolamento social e espacial para o combate à disseminação do coronavírus. Estas instituições são referências do poder público por todo o estado de São Paulo e devem atuar no sentido de fortalecer o combate ao vírus.

No entanto, as reitorias têm imposto uma pretensa agenda de “salvação do semestre” a todo custo. Isso tem levado a uma situação caótica na condução das disciplinas, com uma variedade extrema tanto no que se refere às unidades de ensino (algumas seguem com o “ensino à distância” a pleno vapor, outras decidiram pela suspensão total do semestre), como quanto ao modo como docentes têm mantido as disciplinas. Some-se a isto o fato de que muitos de nossos estudantes não dispõem de condições mínimas para participar desta modalidade de ensino.

Recebemos inúmeras manifestações de colegas docentes – bem como também de estudantes – a respeito das dificuldades de manter o semestre. O Fórum das Seis mantém sua posição de luta em defesa da liberdade de cátedra, de direitos trabalhistas e da dignidade do trabalho docente.

É fundamental que as decisões tomadas no contex-

to desta crise se deem pelos órgãos colegiados das Universidades, sobretudo suas câmaras de graduação e de pós-graduação e seus conselhos universitários, com plena voz à representação de docentes,

funcionários técnicos/os-administrativos/os e estudantes. As reitorias não podem tomar decisões apenas com pró-reitores e sem diálogo com a comunidade universitária.

A administração superior das Universidades, sobretudo as reitorias, precisam abrir-se ao diálogo. As entidades reunidas no Fórum das Seis reforçam a solicitação de uma reunião com o Cruesp para tratar dos assuntos relacionados à pandemia, tanto no que diz respeito ao equacionamento das suas implicações para servidoras/es técnico-administrativas/os, docentes, estudantes e trabalhadoras/es terceirizadas/os que prestam serviços em nossos campi, quanto para a preservação da produção de conhecimento e pensamento crítico neste período, além da construção de estratégias para a retomada das atividades assim que findar a necessidade de isolamento social.

4) Sobre a data-base 2020

Em reunião realizada no dia 21 de fevereiro, o Fórum das Seis deliberou por um calendário de mobilizações a respeito da campanha salarial 2020.

Frente ao avanço da pandemia, do regime de quarentena e da suspensão das atividades presenciais nas Universidades, o Fórum das Seis deliberou pela suspensão da campanha salarial até que haja condições para que as assembleias sejam retomadas. A coordenação do Fórum comunicará formalmente esta decisão ao Cruesp.

Manifesto do Fórum das Seis em defesa da vida e dos direitos da classe trabalhadora

Em meio à maior crise sanitária e social da história recente, a ampla maioria da sociedade brasileira, composta por um enorme contingente de trabalhadores informais, tende a ser a mais afetada pelo forte avanço da pandemia do novo coronavírus – que causa a Covid-19 – e, também, por seu impacto nas condições de vida e sobrevivência de grande parte da população.

Diante deste cenário, é urgente reconhecer que o fortalecimento dos serviços públicos e a ampliação do atendimento universal e gratuito para todos são medidas determinantes para passarmos pela pandemia atenuando seus efeitos. A política neoliberal, de diminuição do Estado e do número de servidores públicos, expõe toda a sua

crueldade no momento em que mais eles são essenciais para a população.

É inadmissível a política adotada pelo presidente da República, de rendição exclusiva aos interesses do mercado, contrapondo as necessárias medidas de isolamento social em todas as atividades não essenciais – na forma indicada pelas autoridades de saúde e sanitárias do Brasil e do mundo. Bolsonaro expressa opiniões que ferem a pesquisa científica, confundem a população e apontam para o caos no sistema de saúde, insistindo no fim da política de isolamento social em nome de uma suposta retomada da atividade econômica.



As pretensas medidas anunciadas pelo governo para atacar os dois aspectos da crise atual – a sanitária e a econômica – estão muito longe de representar uma real preocupação com a saúde e a sobrevivência da população.

O apoio às/aos informais, com o “auxílio” de R\$ 600 mensais por três meses, que seria de apenas R\$ 200 se dependesse do governo, é absolutamente insuficiente (pouco mais que a metade de um salário mínimo) para uma parcela que chega a 24 milhões de trabalhadoras/es na informalidade (resultante da reforma trabalhista de outrora), de acordo com dados do IBGE de antes do início da pandemia. Some-se a isso o criminoso atraso no pagamento do auxílio, como se a fome pudesse esperar.

A medida provisória 936/2020, que permite a redução de salários e jornadas, em negociações individuais entre patrões e empregados, à margem dos acordos coletivos com a presença dos sindicatos, contribui para aumentar a precarização das condições de vida de trabalhadoras/es. Trata-se de um ataque direto às/aos trabalhadoras/es, que poderá provocar uma redução dos salários que pode variar entre 10% e mais de 80% dos rendimentos do trabalhador, a depender do tamanho do salário inicial e do tamanho do corte da jornada/salário. Isso representará uma queda da massa salarial que pode variar entre 9% e 28%, retirando até R\$ 21 bilhões por mês das mãos dos trabalhadores, com evidentes impactos sobre o consumo, conforme estudo do publicado por pesquisadores do CECON-IE/UNICAMP.

No rastro dessa política, sucedem-se no Congresso Nacional e em várias assembleias legislativas estaduais propostas de redução nos vencimentos de servidores públicos.

Os governantes não admitem investir com urgência mais recursos em saúde, nas universidades e instituições públicas de pesquisa, na contratação de mais servidoras/es públicos, no apoio à subsistência de empresas (especialmente micro, pequenas e médias, responsáveis pela maioria dos empregos no país).

A revogação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que impede investimentos nas áreas sociais, é fundamental. Apenas a título de exemplo, desde a sua edição, em 2017, os gastos em saúde pública correspondiam a 15,8% da arrecadação da União; em 2019, a apenas 13,5%. Neste período, essa queda percentual significou cerca de R\$ 20 bilhões a menos em investimento no setor.

O país concentra um dos maiores índices de desigualdade social do mundo, com o 1% mais rico detendo mais da metade da renda nacional. Entidades de auditores fiscais apontam que seria possível arrecadar R\$ 272 bilhões apenas com a taxa de impostos sobre as fortunas dos multimilionários brasileiros.

Ao mesmo tempo, o governo federal segue comprometendo parcela expressiva do orçamento federal (em torno de 38%, de acordo com dados de 2019) com o pagamento da dívida pública majoritariamente junto aos grandes bancos.



O Brasil segue em passos lentos na implementação das medidas econômicas de enfrentamento da crise – em sua maioria equivocadas ou insuficientes – apesar de já possuir um quadro rico de todas as medidas que deveriam ser adotadas. Isso se deve, em parte, à resistência e à inépcia do governo federal, em sua incapacidade de coordenar esforços e planejar ações.

Mas também se deve ao desmonte da capacidade produtiva e estatal que a economia brasileira sofreu nos últimos anos, enfraquecendo não apenas o sistema de saúde pública, mas também os reconhecidos centros de pesquisa, as universidades públicas, os mecanismos de coordenação e de planejamento econômico, como os bancos e empresas públicas. O neoliberalismo radical cobra seu preço, nesse momento que a coordenação é tão fundamental para o enfrentamento da pandemia e de seus efeitos.

O Fórum das Seis, consciente do seu papel em defesa não só de trabalhadoras/es e estudantes das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, mas também da ampla população explorada do país, soma-se às representações sindicais e sociais públicas e privadas para reivindicar a adoção de medidas que realmente possam proteger a todas e todos, quais sejam:

- 1) A manutenção das políticas de isolamento social enquanto, com base nas orientações da OMS, as autoridades de saúde assim o indicarem, com exceção dos serviços essenciais (com a garantia de equipamentos de proteção individuais e demais condições necessárias para atuarem);
- 2) A manutenção dos empregos e dos salários sem cortes, nos setores públicos e privados, com a adoção de políticas de subsistência digna para toda a população;
- 3) A instituição de uma renda mínima universal aos assistidos por benefícios sociais, desempregados/os e trabalhadores informais, garantindo a elas/es poder superar a crise sem a necessidade de se exporem nas ruas em busca de renda;
- 4) A revogação da EC 95/2016 e a liberação dos investimentos necessários aos serviços públicos para a superação da crise sanitária, com a devida contratação de profissionais necessárias/os;
- 5) A taxa de impostos imediata das grandes fortunas, para superar a desigualdade no país;
- 6) A suspensão do pagamento da dívida pública em 2020, para garantir políticas públicas de apoio à população e à atividade econômica.

A crise expõe incontestemente a necessidade de MAIS ESTADO E MAIS POLÍTICAS PÚBLICAS! RESPEITO À VIDA EM PRIMEIRO LUGAR!

São Paulo, 3 de abril de 2020
Fórum das Seis Entidades

Carta aberta do Fórum das Seis a respeito da pandemia do coronavírus

e das medidas que devem ser adotadas pelas Universidades Estaduais Paulistas e pelo Centro Paula Souza

A EXTREMA GRAVIDADE DA PANDEMIA

Estamos diante de uma pandemia causada pelo novo coronavírus. Os casos no Brasil, nas próximas duas semanas, podem chegar a dezenas de milhares. As consequências desta crise ainda não estão claras. Não sabemos ao certo suas dimensões e sequer quando conseguiremos retomar a regularidade da vida.

As instituições brasileiras, onde se incluem as três Universidades Públicas Paulistas e o Centro Paula Souza, deverão atuar diariamente com medidas contundentes e responsáveis no sentido de informar e proteger as suas comunidades e, conseqüentemente, toda a sociedade dos seus entornos. Como instâncias da produção de conhecimento, devem se colocar a favor de ações que permitam o distanciamento social de seus trabalhadores e trabalhadoras, pois essa é, sem dúvida, a principal forma de evitar que um grande número de pessoas não só se contaminem, como também venham a levar os sistemas de saúde do nosso estado a uma situação de saturação e inoperância.

A VIDA DAS PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR: AS UNIVERSIDADES DEVEM ZELAR PELA SAÚDE PLENA DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

O Fórum das Seis reconhece as ações realizadas pelas administrações universitárias até o momento para a contenção do coronavírus e afirma que é fundamental que todas as vidas sejam preservadas. Este deve ser o centro das ações das Universidades e da comunidade universitária.

É necessário que as ações em defesa da vida tenham a amplitude necessária e sejam realmente implantadas pelos setores da administração das Universidades, pelos hospitais universitários e pelas unidades de ensino – creches, escolas, centros de saúde, faculdades, institutos e colégios.

É essencial que haja coerência nos procedimentos a serem adotados, tanto internamente às Universidades como entre elas. Isto não ocorreu na determinação do isolamento social, medida que não foi adotada em conjunto pelas Universidades e Centro Paula Souza. Até o momento, não se efetivou um grupo de trabalho do Cruesp a respeito da crise.

Entre outras ações, é preciso que o Cruesp, em conjunto com o governo do estado, promova a liberação de todos os trabalhadores e trabalhadoras que realizem atividades não essenciais nas Universidades e no Centro Paula Souza. Medidas de proteção devem ser adotadas por todas as unidades de trabalho consideradas essenciais, sem exceções, considerando

os grupos de risco e o rodízio de profissionais, inclusive com o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados e em número suficiente a todas as pessoas.

Essas medidas, obrigatoriamente, devem incluir as/os trabalhadoras/es terceirizadas/os. As reitorias não podem se esconder ou se omitir no cuidado da vida destes trabalhadores e trabalhadoras, sob o manto da terceirização. Ao contrário, elas devem garantir a preservação das vidas de servidores duplamente penalizados/os.

Os hospitais universitários e demais unidades de saúde passam por dificuldades e seus/suas profissionais estão vivendo sob intensa pressão. Esta situação vai piorar muito nos próximos dias. É urgente que sejam feitas contratações emergenciais para os hospitais universitários, a partir de recursos das próprias Universidades e/ou dos governos municipais, estaduais e federal.

O MOMENTO É DE CUIDAR DE VIDAS. RETOMAREMOS AS AULAS QUANDO A PANDEMIA PASSAR. NÃO À SUBSTITUIÇÃO DE AULAS PRESENCIAIS POR AULAS ONLINE!

As reitorias estão incentivando a realização de atividades didáticas online com vistas a substituir as aulas presenciais. Isto ocorre na Unicamp, na USP, na Unesp e no Centro Paula Souza. Somos contrários a esta medida!

A reitoria da USP fez uma declaração irresponsável neste momento de crise. “A USP não vai parar!” Não, reitores! Temos que parar! Parar para cuidar de nós mesmos, das pessoas que dependem de nós e da sociedade brasileira! Parar para cuidar de nossa sanidade física e mental e para que possamos, quando tudo isso tiver passado, exercer nossas funções da melhor maneira possível.

O momento exige de nós profunda capacidade de nos anteciparmos àquilo que poderá nos atingir nos próximos dias. Muitos de nós adoecerão ou terão que cuidar de pessoas adoentadas. As escolas de nossos filhos e filhas estão fechadas, levando a que tenhamos que nos desdobrar para cuidar deles/as em nossas casas. Muitas pessoas da comunidade são responsáveis pelos cuidados de mães, pais, tias, tios, avós e avôs, pessoas idosas que, comprovadamente, compõem o grupo mais vulnerável e com maior risco de perderem suas vidas.

A nossa força não pode estar concentrada em “sal-



var o semestre” a qualquer custo! O papel da Universidade Pública, nas distintas especialidades que compomos, é o de contribuir com a sociedade para que esta crise seja a menos duradoura possível, com os menores impactos sociais e econômicos, considerando, em especial, as pessoas e setores mais fragilizados da sociedade brasileira.

Há muita desinformação na sociedade sobre o coronavírus e a Covid-19! Muita gente está subestimando o tamanho da calamidade que está prestes a ocorrer. Temos que atuar fortemente na disseminação de informação científica e de qualidade! É um momento extremamente propício para fortalecermos os valores científicos no debate público!

Não há dúvidas sobre a importância das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e da sua capacidade de permitir o diálogo entre nós e entre a universidade e a sociedade. As TICs ajudaram nos últimos anos a nos aproximarmos mais, a aproximar professores e estudantes e consideramos isso muito positivo.

É, portanto, fundamental que, neste momento de “quarentena”, possamos manter contatos entre estudantes, docentes e funcionárias/os, como uma forma de nos fortalecermos e nos apoiarmos neste período difícil.

No entanto, a utilização destas tecnologias para a transformação de cursos e disciplinas presenciais, da noite para o dia, em cursos e disciplinas à distância, é algo absolutamente descabido frente à realidade que tem se agigantado e que fatalmente se imporá entre nós nas próximas semanas.

Além disso, sobre a ideia em si da transformação súbita de disciplinas presenciais em disciplinas à distância, devem ser levadas em conta situações específicas, decorrentes das desigualdades de acesso existentes entre docentes e estudantes.

A primeira questão diz respeito à impossibilidade de que haja o mínimo de uniformidade na utilização das plataformas. Nem todas as/os professoras/es dominam as tecnologias digitais, nem contam com infraestrutura adequada para trabalhar desde suas residências. A maioria esmagadora dos/as docentes atuou e atua em sala de aula e tem nesta relação presencial o principal elemento de sua profissão.

De forma amadora, uma boa parte deles/as está conectada às mídias sociais. Mas é no mínimo irresponsável e desrespeitoso que as Universidades e Unidades de ensino possam vir a constranger seus quadros a esta forma de relação professora/or-aluna/o. Ainda mais em um momento de dúvida e medo.

A segunda questão diz respeito àqueles e àquelas que seriam os “receptores” da mensagem. É preciso garantir que os estudantes tenham condições equânimes de acesso aos conteúdos. Isto é possível? Mesmo com as Universidades fechadas? Parece-nos incabível que as reitorias e as/os docentes que aceitarem esta incumbência inesperada imponham isso a estudantes, sobretudo em um momento em que as Universidades têm recebido um expressivo contingente de estudantes de mais baixa renda.

Para além disso, não podemos aceitar que, em um momento de crise, se instaure uma espécie de “estado de exceção” nos processos deliberativos em nossas Universidades.

Questionamos a forma como as decisões vêm sendo tomadas. Não há dúvida de que medidas emergenciais – e centralizadas – podem e devem ser tomadas quando se trata de cuidar da vida das pessoas de nossa comunidade e da comunidade externa. Assim, consideramos acertada a medida de suspensão de atividades, incluindo aulas, nas Universidades – com especial destaque para o acerto e a coragem do reitor da Unicamp, que disparou este processo em São Paulo e no país, medida que não foi adotada pelas outras reitorias, expondo mi-

lhares de pessoas a situações de risco de contágio.

Porém, é necessário que órgãos colegiados e entidades representativas das Universidades sejam fortalecidos. Especialmente, que Conselhos Universitários e Congregações sejam protagonistas da resolução dos problemas que aparecerão ao longo da crise, ainda que para isso seja necessário o uso de ambientes virtuais para a tomada de decisão. Para a construção de planos de contingência, é necessário que todos os setores sejam partícipes. É preciso garantir espaço para o contraditório – com a participação de representantes de docentes, técnico-administrativos e estudantes que foram eleitos e eleitas para se posicionarem sobre estes assuntos.

Consideramos, assim, que não é com reunião dos diretores e, eventualmente, dos coordenadores de graduação e pós-graduação que estas decisões devem ser tomadas. Pelo menos, não apenas com eles. É preciso ouvir os estudantes e é preciso ouvir as representações sindicais. Nós estamos atentos e lutaremos contra abusos e constrangimentos!

Vale dizer, finalmente, que parte daqueles que ocupam as reitorias e pró-reitorias infelizmente comungam da mesma visão oportunista do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que hoje editou uma portaria que flexibiliza as regras do ensino à distância para as universidades federais e privadas. É isso que queremos? Vamos abrir nossa guarda à precarização da educação superior neste momento de crise? Neste momento de cortes? Neste momento de ataques ao serviço público e à previdência social?

Assim, o Fórum das Seis se coloca contrário às determinações das reitorias sobre a utilização de plataformas virtuais em substituição às disciplinas presenciais neste semestre, no contexto desta grave e complexa crise. E alerta a comunidade universitária para os riscos e prejuízos desta prática.

O Fórum das Seis, por meio de suas entidades, abrirá canais de comunicação com estudantes, docentes e funcionárias/os que se sintam constrangidas/os a efetuar esta mudança e cobrará do Cruesp um posicionamento responsável a respeito do cumprimento da carga didática do presente semestre, mas no momento correto: quando a pandemia tiver passado e posamos retornar a nossas atividades normais.

A URGÊNCIA DE UMA REUNIÃO ENTRE FÓRUM DAS SEIS E CRUESP

É urgente que o Cruesp se reúna com o Fórum das Seis para a discussão e deliberação de medidas de contenção da pandemia e de diminuição dos impactos da crise junto à comunidade universitária.

Temas como a antecipação do pagamento de parcela do 13º salário – adotada por alguns governos, inclusive o governo federal –; a elevação do percentual de insalubridade para os trabalhadores e trabalhadoras da saúde que manterão contato direto com pessoas potencialmente infectadas; a utilização de recursos adicionais para fortalecer os hospitais universitários; a proteção à vida de seus trabalhadores e estudantes; e a definição de uma política articulada das três Universidades Públicas Paulistas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus, bem como a preservação de nossas instituições são alguns dos assuntos que devem ser tratados pelos sindicatos e pelos reitores.

FÓRUM DAS SEIS

**ADUNICAMP, ADUSP, ADUNESP, STU,
SINTUSP, SINTUNESP, SINTEPS**

*Reforma da Previdência***Hora de entender as mudanças e prosseguir na luta****Preparar o 18M e parar SP e o país!**

Em mais uma manobra do presidente da Assembleia Legislativa (Alesp), o tucano Cauê Marcris, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 80/2019, que regulamenta a reforma da Previdência no estado, foi aprovado em votação na manhã de 4/3. Assim como fizera na véspera, ele antecipou a sessão para a parte da manhã, embora o trâmite normal previsse que ocorresse à noite.

No dia 3/3, sob uma vergonhosa repressão policial solicitada por Marcris/Doria, que transformou a Alesp em praça de guerra, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 18/2019. Ambos os instrumentos (PEC e PLC) concretizam um conjunto de ataques aos direitos dos servidores públicos paulistas e seus efeitos vão ensejar muitas lutas no próximo período.

Nesta última votação, as propostas originais da PEC e do PLC sofreram algumas alterações e foram reorganizadas em forma de emenda aglutinativa, aprovada com 58 votos a favor e 30 contrários.

Anteriormente, a proposta era aumentar a alíquota de contribuição de 11% para 14%. Com a emenda, no entanto, foram aprovadas alíquotas escalonadas e progressivas, variando entre 11% e 14%, como mostra o quadro:

**As alíquotas aprovadas (aplicação progressiva, por faixa)**

- 11%** - Servidores que recebem até um salário mínimo;
- 12%** - Entre um salário mínimo e três mil reais;
- 14%** - Entre R\$ 3.000,01 e o teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), atualmente em R\$ 6.101,06;
- 16%** - Acima do teto do RGPS.

Os índices serão aplicados de forma progressiva sobre a base de contribuição, incidindo cada alíquota sobre a faixa de valores compreendida nos respectivos limites, da mesma forma como foi aprovado na reforma federal e como funciona no Imposto de Renda.

Por exemplo, um salário de R\$ 10.000,00: aplica-se desconto de 11% na faixa até um salário mínimo, 12% na faixa entre um mínimo e R\$ 3.000,00; 14% na faixa entre R\$ 3.001,01 e R\$ 6.101,06, e 16% no que ultrapassar o

teto do RGPS. Neste caso específico, o servidor pagará R\$ 1.407,52, ou seja, um alíquota efetiva de 14,07%.

Na próxima página, confira roteiro de perguntas e respostas, elaborado pela advogada Lara Lorena, que assessora duas entidades quem compõem o Fórum das Seis. As medidas passam a valer a partir da promulgação, com exceção das mudanças nas alíquotas, que entrarão em vigor 90 dias depois.



Dia 18 de março, vamos **PARAR** São Paulo e o Brasil. Todas e todos às ruas!

Os fatos que culminaram com a aprovação da reforma da Previdência em SP devem servir como combustível para a garra e a luta dos servidores públicos e do conjunto dos trabalhadores, contra a retirada de direitos e a destruição dos serviços públicos. Este é o projeto dos governos federal e estadual. O próximo passo, ao que tudo indica, é aprovarem a reforma administrativa, para atacar ainda mais os servidores (o fim da estabilidade é um dos itens). Nossa resposta tem que ser a mobilização nas ruas.

O Fórum das Seis conclama os servidores docentes e técnico-administrativos das universidades estaduais paulistas a participarem ativamente das mobilizações convocadas para o dia 18 de março, o **18M**. Inicialmente convocada pelas entidades representativas da educação e centrais sindicais como dia de greve nacional da educação, a data já mobiliza todas as categorias do funcionalismo público.

O calendário de mobilização combina a mobilização geral com o início da campanha salarial 2020:



De 2 a 12/3: Assembleias para deliberar sobre adesão ao 18M e iniciar discussão sobre a campanha salarial 2020.

13/3: Reunião do Fórum das Seis às 10h. Reunião do GT Política Salarial (F6 + Cruesp) às 14h, na Unicamp.

18/3: Greve Nacional da Educação - paralisações e mobilizações em defesa da educação e do funcionalismo público. Na capital, o ato unificado será às 16h, no MASP; haverá atos e manifestações pelo estado todo.

20/3: Reunião do Fórum para definição da proposta de Pauta de Reivindicações 2020.

23/3 a 31/3: Rodada de Assembleias de base para discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações 2020.

3/4: Reunião do Fórum das Seis, às 10h, para fechamento da Pauta 2020 e protocolo junto ao Cruesp, na Unesp.

Entre 13 e 17/4: Indicativo do Fórum para primeira rodada de negociação com o Cruesp.

O QUE MUDA PARA O SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL APÓS A REFORMA DA PREVIDÊNCIA, EM PERGUNTAS E RESPOSTAS

1 – Ainda tenho direito adquirido?

O direito adquirido permanece garantido. Apenas é preciso ter clareza do que é direito adquirido para fins previdenciários. O servidor somente tem direito adquirido se reunidas TODAS as condições e requisitos para aposentadoria. Ao reunir todas as condições, a partir desse momento, passa a ter direito adquirido a se aposentar sob aquelas regras, a qualquer tempo, mesmo sobrevivendo mudanças previdenciárias posteriormente. A reforma não alcança, portanto, quem já tem direito adquirido.

2 – Não tenho direito adquirido. Quais regras se aplicam para minha aposentadoria agora?

O servidor poderá optar pela hipótese 1 (regra de pontos):

Mulher: 56 anos de idade, 30 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício de serviço público, 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e somatório da idade e do tempo de contribuição, equivalente a 86 pontos

Homem: 61 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício de serviço público, 5 anos no cargo efetivo

em que for concedida a aposentadoria e somatório da idade e do tempo de contribuição, equivalente a 96 pontos.

A partir de 1º de janeiro de 2022, a idade mínima será elevada para 57 anos, se mulher, e 62 se homem.

Também a partir desta data, a pontuação será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.

Ou pela hipótese 2 (regra do pedágio):

Mulher: 57 anos de idade, 30 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e um pedágio de 100% do tempo que faltar para atingir o tempo mínimo de contribuição na data de promulgação da emenda.

Homem: 62 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e um pedágio de 100% do tempo que faltar para atingir o tempo mínimo de contribuição na data de promulgação da emenda.



3 – Como ficam a paridade e a integralidade?

Na primeira regra de transição, se o servidor ingressou no serviço público até 31/12/2003, com vinculação ao RPPS, ainda consegue se aposentar com integralidade e paridade se, além dos requisitos acima para aposentadoria, também alcançar 5 anos no nível ou classe em que for concedida a aposentadoria e tiver 62 anos de idade, se mulher, e 65 anos de idade, se homem.

Na segunda regra de transição, se o servidor ingressou no serviço público até 31/12/2003, com vinculação ao RPPS, ainda consegue se aposentar com integralidade e paridade se, além dos requisitos acima para aposentadoria, também alcançar 5 anos no nível ou classe em que for concedida a aposentadoria.

4 – Ingressei no serviço público após 31/12/2003. Perco a integralidade e a paridade?

Se o servidor optou pela aposentadoria na hipótese 1 (regra dos pontos), nesse caso, o cálculo do seu benefício será 60% da média aritmética simples de TODAS as remunerações adotadas como base para as contribuições aos regimes de previdência a que o servidor esteve vinculado (desde julho de 1994), atualizadas monetariamente, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder 20 anos de contribuição. Já o reajuste do seu benefício será realizado conforme o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Se o servidor optou pela aposentadoria na hipótese 2 (regra do pedágio), cumpridos também 5 (cinco) anos no nível ou classe em que for concedida a aposentadoria, receberá 100% da média aritmética simples de TODAS as remunerações adotadas como base para as contribuições aos regimes de previdência a que o servidor esteve vinculado (desde 1994), atualizadas monetariamente.

Em ambas as hipóteses, o reajuste do benefício será realizado com os critérios e na data do reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

5 – Mudam as regras para quem é optante do regime de previdência complementar?

Para o servidor que entrou no serviço público em cargo efetivo após a implantação do regime de previdência complementar ou aderiu ao regime, a média será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência Social, cujo valor atual é R\$ 6.101,06.

6 – A reforma termina com as gratificações de tempo de serviço, como quinquênio e sexta parte?

Não, as gratificações de tempo de serviço continuam tendo previsão legal e permanecem para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria.

Essa regra, entretanto, não se aplica a quem recebe por subsídio, o que não é o caso dos servidores técnico-administrativos e docentes das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

7 – A reforma acabou com a gratificação de representação?

Não, ela continuará sendo paga enquanto o servidor estiver na ativa e apenas serão incorporados os décimos adquiridos até a data de 19/11/2019. A partir desta data, a gratificação de

representação deixará de ser incorporada no cálculo dos proventos.

8 – E o adicional de insalubridade?

Da mesma forma, continuará sendo pago enquanto o servidor estiver na ativa, porém, não serão incorporados para cálculo dos proventos.

9 - Mudam as regras para o benefício da pensão?

Sim. A pensão por morte passa a ser calculada por cotas: 50% a cota familiar e 10% por cada dependente, até o limite de 100%. A perda da qualidade de dependente não reverte a cota para os demais.

10- Posso pedir aposentadoria e continuar trabalhando no mesmo vínculo?

Não. A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência social, acarretará automaticamente o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

11. Qual a nova regra para aposentadoria voluntária para quem ingressar no serviço público a partir da promulgação da emenda?

62 anos de idade, se mulher; e 65 anos de idade se homem; 25 anos de contribuição, 10 anos de efetivo serviço público e 5 anos no cargo. O cálculo dos proventos corresponderá a 60% da média aritmética do total de contribuições, acrescido de 2% para cada ano que exceder o tempo de 20 anos de contribuição, e o seu valor será limitado ao teto do RGPS.

12. A aposentadoria compulsória permanece aos 75 anos? Sim.

13. Ainda permanece a possibilidade de contagem recíproca de tempo de contribuição entre o regime geral e o regime próprio dos servidores? Sim.

14. Ainda existe abono de permanência?

Sim, porém, a reforma limitou o abono ao valor máximo da contribuição previdenciária, podendo ser alterado por lei.

15. Muda a contribuição previdenciária?

A alíquota de contribuição previdenciária, que era de 11%, passará a ser escalonada, com valores variando entre 11% e 16%.
11% - servidores que recebem até um salário mínimo, atualmente R\$ 1.045,00;
12% - entre um salário mínimo e três mil reais;
14% - entre R\$ 3.000,01 e o teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), atualmente R\$ 6.101,06;
16% - acima do teto do RGPS.

As alíquotas serão aplicadas de forma progressiva sobre a base de contribuição, incidindo cada alíquota de forma progressiva sobre a faixa de valores compreendida nos respectivos limites.

Os inativos obedecerão à mesma faixa de contribuição dos ativos, mas sobre a parcela excedente ao teto do regime geral.

*Covardia e interesses milionários***Sob bombas e balas de borracha,
governo Doria aprova PEC 18 na Alesp
PLC 80 segue em tramitação**

A manobra do presidente da Assembleia Legislativa de SP, o tucano Cauê Macris, antecipando o horário da sessão de votação em segundo turno da PEC 18/2020 para as 9h de terça-feira, 3/3/2020, já dava o tom de como seria o dia. Os servidores souberam responder à altura, reorganizando os horários das caravanas em tempo recorde.

Logo nas primeiras horas da manhã, milhares de servidores públicos de todo o estado começaram a chegar, protagonizando uma das maiores mobilizações já vistas pela casa. A mando de Macris, o fiel representante do governador João Doria na Alesp, foram recepcionados pela tropa de choque da PM, que não poupou bombas de gás lacrimogênio, spray de pimenta, cassetetes e balas de borracha. A violência policial teve como palco o plenário Juscelino Kubitschek, onde ocorria a sessão, os corredores lotados da Alesp e as ruas próximas, que acolhiam milhares de manifestantes ao redor dos caminhões de som das entidades sindicais.

As cenas que se viram durante várias horas – pessoas tossindo e de olhos vermelhos, gente tentando sair da linha de tiro e servidores atingidos por balas de borracha – compõem o cenário vergonhoso em que se deu a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 18/2020, um dos instrumentos da reforma da Previdência enviados à Alesp pelo governador. Sob protestos dos deputados de oposição, que denunciavam as manobras de Macris e a violência policial, a PEC foi colocada em votação e obteve 59 votos a favor, contra 32 contrários, superando o mínimo de 57 necessários (três quintos do total). Os nomes destes parlamentares (*veja na próxima página*), que apoiaram o confisco de direitos dos servidores públicos – mais de um milhão de trabalhadores ativos e aposentados em todo o estado – e contribuíram com o projeto de desmonte do serviço



público paulista, devem ir para o “poste” agora e nos próximos três anos. No momento de fechamento deste boletim, às 10h de 4/3/2020, iniciava-se na Alesp a tramitação do PLC 80/2019 (*leia mais a seguir*).

Com a reforma da Previdência em SP, Doria segue os passos de Bolsonaro no âmbito federal, privilegiando os interesses dos grandes bancos e seguradoras, ávidos por abocanhar o rico filão da previdência pública. Enquanto ataca os direitos dos

servidores, sob o pretexto de economizar R\$ 32 bi em 10 anos, Doria segue com a política de benesses às grandes empresas: nos últimos três anos, foram concedidas isenções fiscais na ordem de R\$ 60 bi.

Universidades e Ceeteps: Presentes!

Caravanas de várias cidades do interior – Bauru, Botucatu, Franca, Guará, Jaboticabal, SJ dos Campos, Ilha Solteira,





Acima e ao lado, restos dos artefatos usados pela tropa de choque contra os manifestantes. Acima (à direita), servidor mostra ferimento por bala de borracha



Rio Preto – Campinas e grande SP, com servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza, atenderam ao chamado do Fórum das Seis e participaram desta histórica manifestação do funcionalismo paulista.

Imprensa manipula os fatos

A cobertura dos fatos na Alesp em 3/3 foi bastante parcial em veículos importantes da grande imprensa. A **Rede Globo**, por exemplo, focou suas matérias no “vandalismo” que teria ocorrido, enquanto o jornal **O Estado de S. Paulo**, procurou mostrar que houve “conflito entre servidores e policiais”, como se fosse uma batalha de iguais: de um lado, policiais da tropa de choque armados até os dentes; de outro, servidores bradando palavras de ordem.

As entidades representativas do funcionalismo não têm dúvidas: a responsabilidade pelos tumultos e pelas pessoas feridas pela violência policial é do governador Doria e do presidente da Alesp, desde as manobras e golpes contra a tramitação democrática da matéria na casa, até a ordem para a ação dos policiais. Todo este aparato de guerra teve o propósito de avançar no projeto que defendem, de destruição dos serviços públicos e dos direitos do funcionalismo e da população.

O que foi aprovado

Além da PEC, a reforma conta com outro item: o Projeto de Lei Comple-

mentar (PLC) 80/2019, que ainda está em tramitação. O objetivo da base governista é aprová-lo na sequência. No PLC, estão pontos como o aumento da contribuição, prazos e valores para recebimento de pensão por morte, regras para cálculos dos proventos e outros.

Ambos os instrumentos – PEC e PLC – atingem seriamente os servidores paulistas, estabelecendo: aumenta a alíquota de 11% para 14%, aumenta o tempo necessário de contribuição e da idade mínima (65 anos para homens e 62 para mulheres; ou 60 e 57 anos, respectivamente para professores e professoras da rede estadual), desobriga o pagamento do abono permanência, diminui o valor da pensão por morte, acaba com a aposentadoria proporcional por idade, extingue a incorporação de gratificações por função (inclusive para os ativos), entre outros.

O Fórum das Seis está organizando um material detalhado com as mudanças, para orientar os servidores.

A mobilização vai prosseguir! No 18M, vamos à luta!

Os fatos deste 3 de março devem servir como combustível para a garra e a luta dos servidores públicos e do conjunto dos trabalhadores, contra a retirada de direitos e a destruição dos serviços públicos. Este é o projeto dos governos federal e estadual. O próximo passo, ao que tudo indica, é aprovarem a reforma administrativa, para atacar ainda mais os servidores (o fim da

estabilidade é um dos itens). Nossa resposta tem que ser a mobilização nas ruas.

O Fórum das Seis conclama os servidores docentes e técnico-administrativos das universidades estaduais paulistas a participarem ativamente das mobilizações convocadas para o dia 18 de março, o **18M**. Inicialmente convocada pelas entidades representativas da educação e centrais sindicais como dia de greve nacional da educação, a data já mobiliza todas as categorias do funcionalismo público.

O calendário de mobilização nas universidades combina a mobilização geral com o início da campanha salarial 2020. Estas são as datas:

De 2 a 12/3: Assembleias para deliberar sobre adesão ao 18M e iniciar discussão sobre a campanha salarial 2020.

13/3: Reunião do Fórum das Seis às 10h. Reunião do GT Política Salarial (F6 + Cruesp) às 14h, na Unicamp.

18/3: Greve Nacional da Educação - paralisações e mobilizações em defesa da educação e do funcionalismo público. Na capital, ato unificado às 16h, no MASP; haverá atos pelo estado todo.

20/3: Reunião do Fórum das Seis às 10h. Definição da proposta de Pauta 2020.

23/3 a 31/3: Rodada de Assembleias de base para discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações 2020.

3/4: Reunião do F6, às 10h, para fechamento da Pauta 2020 e protocolo junto ao Cruesp.

Entre 13 e 17/4: Indicativo do F6 para primeira rodada de negociação com o Cruesp.

Estes são os/as deputados/as que votaram contra os servidores e aprovaram a PEC 18, a reforma da Previdência de Doria em SP

<i>Adalberto Freitas</i> (PSL)	<i>Jorge Wilson</i> (Republicanos)
<i>Alessandra Monteiro</i> (REDE)	<i>Léo Oliveira</i> (MDB)
<i>Alexandre Pereira</i> (Solidariedade)	<i>Letícia Aguiar</i> (PSL)
<i>Alex de Madureira</i> (PSD)	<i>Márcio da Farmácia</i> (Podemos)
<i>Altair Moraes</i> (Republicanos)	<i>Marcos Damasio</i> (PL)
<i>Analice Fernandes</i> (PSDB)	<i>Marcos Zerbini</i> (PSDB)
<i>André do Prado</i> (PL)	<i>Maria Lúcia Amary</i> (PSDB)
<i>Arthur do Val</i> (Patriotas)	<i>Mauro Bragato</i> (PSDB)
<i>Ataide Teruel</i> (Podemos)	<i>Milton Leite Filho</i> (DEM)
<i>Barros Munhoz</i> (PSB)	<i>Paulo Correa Jr</i> (DEM)
<i>Carla Morando</i> (PSDB)	<i>Professor Kenny</i> (Progressistas)
<i>Carlão Pignatari</i> (PSDB)	<i>Rafa Zimbaldi</i> (PSB)
<i>Carlos Cezar</i> (PSB)	<i>Reinaldo Alguz</i> (PV)
<i>Cauê Macris</i> (PSDB)	<i>Ricardo Madalena</i> (PL)
<i>Cezar</i> (PSDB)	<i>Ricardo Mellão</i> (Novo)
<i>Daniel José</i> (Novo)	<i>Roberto Moraes</i> (Cidadania)
<i>Daniel Soares</i> (DEM)	<i>Rodrigo Gambale</i> (PSL)
<i>Delegada Graciela</i> (PL)	<i>Rodrigo Moraes</i> (DEM)
<i>Delegado Olim</i> (Progressistas)	<i>Rogério Nogueira</i> (DEM)
<i>Dirceu Dalben</i> (PL)	<i>Roque Barbieri</i> (PTB)
<i>Douglas Garcia</i> (PSL)	<i>Sargento Neri</i> (Avante)
<i>Dra. Damaris Moura</i> (PSDB)	<i>Sebastião Santos</i> (Republicanos)
<i>Edmir Chedid</i> (DEM)	<i>Sérgio Victor</i> (Novo)
<i>Estevam Galvão</i> (DEM)	<i>Tenente Coimbra</i> (PSL)
<i>Fernando Cury</i> (Cidadania)	<i>Tenente Nascimento</i> (PSL)
<i>Gilmaci Santos</i> (Republicanos)	<i>Thiago Auricchio</i> (PL)
<i>Heni Ozi Cukier</i> (Novo)	<i>Valéria Bolsonaro</i> (PSL)
<i>Itamar Borges</i> (MDB)	<i>Vinícius Camarinha</i> (PSB)
<i>Janaina Paschoal</i> (PSL)	<i>Wellington Moura</i> (Republicanos)
<i>Jorge Caruso</i> (MDB)	

Reforma da Previdência de Doria

ETAPA DECISIVA: Pressão urgente nos deputados e participação massiva no ATO DO FUNCIONALISMO EM 3/3

A tentativa da base governista na Assembleia Legislativa (Alesp) de passar o trator no funcionalismo público, aprovando a PEC 18/2019 em segundo turno na noite de 19/2, foi frustrada.

Tomado por servidores, o plenário JK foi palco de provocações e cenas lastimáveis, como a protagonizada pelo deputado Frederico D'Avila (PSL), que simulou um fuzil com as mãos e "disparou" contra os manifestantes.

O tumulto foi grande. Os parlamentares de oposição fizeram longas e duras falas às manobras na tramitação e ao conteúdo das propostas. Já no final da noite, o líder do governo na Alesp, deputado Carlão Pignatari (PSDB), anunciou aos líderes de todos os partidos a disposição em adiar a votação para o dia 3/3/2020.

A avaliação das entidades representativas do funcionalismo é que o governo não tinha segurança de alcançar os 57 votos necessários (3/5 do total de 94 deputados). Na votação em primeiro turno, o resultado foi apertado,



registrando 57 votos pela aprovação da PEC e 31 contrários.

Ato decisivo em 3/3

As entidades representativas conclamam os servidores paulistas a realizarem um grande ato público no dia 3 de março, às 14h, na Alesp! O Fórum das Seis orienta os servidores docentes e técnico-administrativos das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza a participarem da atividade. Informe-se com seu sindicato e organize a caravana. É hora de mobilização!

Saco de maldades

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 18/2019 é um dos instrumentos da reforma da Previdência encaminhada por Doria à Alesp, junto com o Projeto de Lei Complementar (PLC) 80/2019. Este último entrará em votação se a PEC for aprovada.

Após derrubadas as liminares que mantinham em suspenso a tramitação da reforma, a base governista

foi rapidíssima e colocou a PEC 18/2020 em primeiro turno de votação no dia 18/2.

A PEC e o PLC trazem uma pesada bateria de ataques ao funcionalismo, como o aumento da alíquota de 11% para 14%, aumento da idade mínima para aposentadoria, mudança da fórmula de cálculo, limitação ao acúmulo de benefícios, alteração das regras da pensão por morte, entre outros.

Trata-se de mais uma etapa do processo nacional e estadual de desmonte do serviço público e das carreiras do funcionalismo, um grave ataque à ampla maioria da sociedade que depende da educação, saúde, segurança e outros serviços fornecidos pelo estado. Nossa reação é decisiva neste momento.

“Economia” X renúncia fiscal

Sem dar publicidade aos estudos e cálculos atuariais que sustentariam a necessidade de alterar a Previdência dos servidores do estado de SP, o governo Doria afirma apenas que existe um rombo e que, com a aprovação da reforma, seriam economizados R\$ 32 bilhões em 10 anos.

A preocupação do governo com os cofres públicos, no entanto, não é a mesma quando se trata de distribuir benesses às empresas. Todos os anos, o governo paulista inscreve na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) valores altíssimos em isenção fiscal para empresas, sem sequer divulgar os beneficiários e nem os “benefícios” trazidos ao estado. Nos últimos três anos, o esta-

32 bilhões

é o que Doria afirma que vai economizar com a reforma nos próximos 10 anos, produto do confisco de direitos do funcionalismo

60 bilhões

é o que o governo doou às grandes empresas em forma de isenções fiscais nos últimos 3 anos



do deixou de arrecadar cerca de R\$ 60 bilhões, valor que cobriria quase duas vezes a “economia” pretendida para a próxima década com a reforma.

Fórum quer estudos atuariais

Em dezembro, com base na Lei de Acesso à Informação, o Fórum

das Seis enviou ofícios ao governo paulista, à São Paulo Previdência (SPPrev) e à Alesp, pedindo cópia dos estudos atuariais que sustentam a proposta de reforma da Previdência.

Os pedidos não foram atendidos. Diante disso, a assessoria jurídica da Adunicamp ajuizou mandado de se-

gurança junto ao Tribunal de Justiça de SP (TJ-SP), solicitando a suspensão da tramitação da reforma até que as informações sejam fornecidas. No dia 19/2/2020, o desembargador Alex Zilenovski pronunciou-se e deu 72 horas para que a Procuradoria Geral do Estado forneça as informações.

Pressão nos deputados – A hora é agora

É hora de ampliar a pressão sobre as deputadas e os deputados estaduais. Estamos em ano eleitoral e muitos deles são candidatos à prefeitura ou, então, estão diretamente envolvidos na eleição. Vamos enviar *e-mails* cobrando que votem a favor dos direitos dos servidores públicos, contra a reforma do governador Doria.

A seguir, veja como votou cada deputado/a no primeiro turno da PEC 18. Cada nome vem acompanhado do respectivo *e-mail*. Pressione os que votaram **SIM** à reforma da Previdência e, também, os que estão na situação de “Obstrução” ou “Ausente”. Vale a pena gastar um pouco do seu tempo nesta preciosa tarefa.

A lista completa de *e-mails* pode ser acessada no link <https://www.al.sp.gov.br/deputado/contato/>

A lista de *e-mails* organizada de acordo com o voto de cada parlamentar no primeiro turno da PEC 18/2019 segue anexa a este boletim.



A FAVOR DA REFORMA

Adalberto Freitas (PSL)
Alessandra Monteiro (REDE)
Alex de Madureira (PSD)
Altair Moraes (REPUBLICANOS)
Analice Fernandes (PSDB)
André do Prado (PL)
Arthur do Val (PATRIOTAS)
Ataide Teruel (PODEMOS)
Barros Munhoz (PSB)
Carla Morando (PSDB)
Carlão Pignatari (PSDB)
Carlos Cezar (PSB)
Cauê Macris (PSDB)
Cezar (PSDB)
Coronel Nishikawa (PSL)
Daniel José (NOVO)
Daniel Soares (DEM)
Delegada Graciela (PL)
Delegado Olim (PP)
Dirceu Dalben (PL)
Douglas Garcia (PSL)
Dra. Damaris Moura (PSDB)
Edmir Chedid (DEM)
Estevam Galvão (DEM)
Fernando Cury (CIDADANIA)
Frederico D'Avila (PSL)
Gilmaci Santos (REPUBLICANOS)
Heni Ozi Cukier (NOVO)
Itamar Borges (MDB)
Janaina Paschoal (PSL)
Jorge Caruso (MDB)
Jorge Wilson (REPUBLICANOS)
Léo Oliveira (MDB)

Leticia Aguiar (PSL)
Marcio da Farmácia (PODEMOS)
Marcos Damasio (PL)
Marcos Zerbini (PSDB)
Maria Lúcia Amary (PSDB)
Mauro Bragato (PSDB)
Milton Leite Filho (DEM)
Professor Kenny (PP)
Rafa Zimbaldi (PSB)
Ricardo Madalena (PL)
Ricardo Mellão (NOVO)
Roberto Moraes (CIDADANIA)
Rodrigo Gambale (PSL)
Rodrigo Moraes (DEM)
Rogério Nogueira (DEM)
Roque Barbieri (PTB)
Sargento Neri (AVANTE)
Sebastião Santos (REPUBLICANOS)
Sergio Víctor (NOVO)
Tenente Nascimento (PSL)
Thiago Auricchio (PL)
Valeria Bolsonaro (PSL)
Vinícius Camarinha (PSB)
Wellington Moura (REPUBLICANOS)

CONTRA A REFORMA

Adriana Borgo (PROS)
Agente Federal Danilo Balas (PSL)
Aprigio (PODEMOS)
Beth Sahaõ (PT)
Bruno Ganem (PODEMOS)
Caio França (PSB)
Carlos Giannazi (PSOL)

Castello Branco (PSL)
Conte Lopes (PP)
Coronel Telhada (PP)
Delegado Bruno Lima (PSL)
Dr. Jorge Do Carmo (PT)
Ed Thomas (PSB)
Edna Macedo (REPUBLICANOS)
Emidio de Souza (PT)
Enio Tatto (PT)
Erica Malunguinho (PSOL)
Isa Penna (PSOL)
José Américo (PT)
Leci Brandão (PC do B)
Luiz Fernando T. Ferreira (PT)
Major Mecca (PSL)
Márcia Lia (PT)
Marcio Nakashima (PDT)
Marta Costa (PSD)
Monica da Bancada Ativista (PSOL)
Paulo Fiorilo (PT)
Professora Bebel (PT)
Rafael Silva (PSB)
Roberto Engler (PSB)
Teonilio Barba (PT)

AUSÊNCIAS E OBSTRUÇÕES

Alexandre Pereira (SOLIDARIEDADE)
Campos Machado (PTB)
Gil Diniz (PSL)
Paulo Correa Jr. (DEM)
Reinaldo Alguz (PV)
Tenente Coimbra (PSL)

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

Hora de reabrir negociações!

PEP do ICMS supera em mais de 200% a expectativa da Secretaria da Fazenda

O governo do estado de São Paulo obteve sucesso além do esperado no Programa Especial de Parcelamento (PEP) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), firmando acordos com contribuintes devedores do principal imposto dos estados. Mais de R\$ 10 bilhões estão sendo regularizados. Mais de cinco mil contribuintes optaram por pagar suas dívidas à vista, segundo matéria da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

A expectativa inicial do governo estadual era arrecadar R\$ 650 milhões com o pagamento das dívidas à vista e R\$ 3 bilhões no total. No entanto, após o fechamento, em 15 de dezembro, o estado de São Paulo

arrecadou R\$ 2,8 bilhões à vista e R\$ 10 bilhões no total, ou seja, resultado mais de 200% superior à previsão. Em relação à previsão de recebimentos à vista, o consolidado foi 330% a mais.

USP, Unesp e Unicamp já receberam os 9,57% da parcela desta arrecadação extra.

Com os resultados do PEP e a arrecadação de dezembro, o ICMS-QPE (quota-parte do estado, que corresponde a 75% do total) de 2019 atingiu R\$ 107,533 bilhões, acima do previsto pelos técnicos do Cruesp (R\$ 105,8 bi) e da Secretaria da Fazenda em setembro (R\$ 107 bi).

Vale dizer que o estado de São Paulo tem apresentado crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) maior

do que o nacional, o que também se reflete no aumento da arrecadação do ICMS. Em 2019, o PIB paulista teve crescimento de 2,6%, quase o dobro do alcançado no país.

Queremos a reabertura das negociações

Estes resultados apontam a perspectiva de que Cruesp e Fórum das Seis possam reabrir negociações sobre o reajuste salarial, que nos últimos quatro anos tem ficado abaixo da inflação.

O Fórum das Seis já protocolou pedido de nova reunião do Grupo de Trabalho (GT) Política Salarial e espera que a reunião ocorra ainda em janeiro.

TJ-SP concede mais uma liminar contra a reforma da Previdência em SP

Categorias devem manter alerta aos chamados das entidades. Só a luta pode evitar mais confiscos e prejuízos à aposentadoria

O Tribunal de Justiça do Estado de SP (TJ-SP) concedeu nova liminar contra a tramitação da reforma da Previdência paulista. A decisão foi divulgada nesta quarta-feira, 22/1/2020, em atenção a uma ação movida pela Apeosp, que questiona o fato de a proposta de Doria trazer itens que nada têm a ver com a Previdência, numa clara tentativa de mudar a Constituição e restringir direitos dos servidores públicos (veja mais detalhes a seguir).



As propostas de mudança na Previdência paulista foram enviadas pelo governador à Assembleia Le-

gislativa (Alesp) no dia 13/11/2019, tendo como alvo os servidores públicos paulistas estatutários. No caso dos servidores regidos pela CLT, aplicam-se as novas regras enviadas pelo governo Bolsonaro e já aprovadas pelo Congresso Nacional.

A reforma de Doria, exposta em um projeto de lei complementar (PLC





Audiência pública na Alesp, em 2/12, contou com a participação do Fórum das Seis

80/2019) e uma proposta de emenda constitucional (PEC 18), é uma versão piorada da reforma aprovada em Brasília. Além de dificultar e restringir o direito à aposentadoria, o projeto representa um imediato confisco salarial ao aumentar o percentual de contribuição dos atuais 11% para 14%.

Tão logo Doria enviou o projeto à Alesp, as entidades sindicais que representam o funcionalismo paulista, entre elas o Fórum das Seis, iniciaram a mobilização, com a realização de vários atos públicos na Alesp. A intenção do governador era aprovar a reforma ainda em dezembro e, para alcançar seu objetivo, sequer os requisitos legais para tramitação na Assembleia Legislativa estavam sendo cumpridos.

Diante disso, deputados de oposição conseguiram que o TJ-SP concedesse liminares exigindo o respeito à “constitucionalidade do processo legislativo”. As liminares, emitidas pelo desembargador Alex Zilenovski, determinam que a PEC 18 deve tramitar nas comissões relacionadas e seguir as normas da Alesp para este tipo de matéria. Quanto ao PLC 80, só poderá tramitar e ser votado após a aprovação e a promulgação da PEC 18.



O que diz a nova liminar

A ação ajuizada pela Apeoesp questiona o fato de a PEC 18 conter dispositivos que nada têm a ver com a reforma da previdência estadual. Como exemplo, a ação cita a possibilidade de pagamento de subsídios a servidores (em lugar de salários), restrições a licenças em razão de doenças profissionais e a limitação de décimos incorporáveis aos vencimentos (incorporação de vantagens).

Em seu despacho favorável a liminar, o desembargador Antônio Carlos Malheiros diz:

“Assim, DEFIRO A LIMINAR PLEITEADA, para a fim de suspender a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC nº 18), que modifica o regime próprio de previdência social dos servidores pú-

blicos titulares de cargos efetivos do estado e dá outras providências, uma vez que os documentos trazidos aos autos são hábeis a comprovar a existência de direito líquido e certo, além do ‘fumus bonijuris’ e o ‘periculum in mora’.”

Mobilização deve prosseguir em 2020

Em dezembro, o Fórum das Seis teve acesso a alguns estudos atuariais que o governo está utilizando como base de suas propostas. O material está sendo analisado. O Fórum também enviou ofício ao governo, à SPPrev e à presidência da Alesp, solicitando a divulgação da íntegra dos estudos atuariais.

A reivindicação dos sindicatos é que as propostas de Doria sejam amplamente discutidas com o funcionalismo antes de entrar em votação. Como a tramitação pode ser retomada a qualquer momento na Alesp, uma vez que as decisões judiciais que a suspenderam podem ser cassadas, é preciso manter a mobilização.

O Fórum divulgará, em breve, iniciativas de pressão que podem ser feitas nas bases dos deputados estaduais e, também, junto às Câmaras de Vereadores e Prefeituras. Como 2020 é ano de eleições municipais, declarações e moções de políticos locais ganham importância maior. Fique atento às divulgações e convocações da sua entidade sindical.

Em ADIN de iniciativa do Cruesp, Toffoli iguala teto salarial das universidades estaduais ao das federais

Fórum das Seis pede fim do arrocho e valorização de conjunto

A novela em relação ao teto salarial nas universidades estaduais paulistas teve um lance inesperado no dia 18/1/2020. Em decisão monocrática, ainda a ser referendada pelo pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Dias Toffoli, presidente do órgão, revogou o atual teto vigente na maior parte das universidades estaduais do país. A decisão refere-se à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 6.257) ajuizada pelo Partido Social Democrático (PSD) em novembro/2019, a pedido do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).

O despacho de Toffoli dá uma interpretação nova ao artigo 1º da Emenda Constitucional (EC) 41/2003, que havia definido uma nova redação ao artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988. O artigo 1º da EC 41/2003 determina que, na administração pública direta e indireta dos Estados e do Distrito Federal, o limite de remuneração será “o subsídio mensal do governador no âmbito do Poder Executivo”.

Atualmente, o subsídio do governador paulista está fixado em R\$ 23.048,59. Após várias idas e vindas judiciais, e ao Tribunal de Contas do Estado de SP (TCE-SP), as três universidades paulistas – que, ao longo do tempo, tinham tratado concretamente de modo diverso essa questão – passaram, desde o segundo semestre de 2019, a não mais pagar os valores acima deste teto, mesmo quando se tratava de vantagens incorporadas antes de 2003.

Em seu despacho, Toffoli argumentou a necessidade de tratamento isonômico entre os docentes universitários de instituições públicas de todo o país.

“A mensagem constitucional da educação como política nacional de Estado só poderá alcançar seu propósito a partir do reconhecimento e da valorização do ensino superior. Esse reconhecimento parte da consideração de que os professores que exercem as atividades de ensino e pesquisa nas universidades

estaduais devem ser tratados em direito e obrigações de forma isonômica aos docentes vinculados às universidades federais”, diz o presidente do STF, justificando ser essa a interpretação constitucionalmente adequada do art. 37, XI, da Constituição Federal de 1988.

Ao final da decisão, ele diz:

“Ante o quadro revelado, defiro a medida cautelar pleiteada, ad referendum do Plenário, para dar interpretação conforme ao inciso XI do art. 37, da Constituição Federal, no tópico em que a norma estabelece subteto, para suspender qualquer interpretação e aplicação do subteto aos professores e pesquisadores das universidades estaduais, prevalecendo, assim, como teto único das universidades no país, os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.”

Toffoli traçou um paralelo entre sua decisão e a regra vigente no Poder Judiciário, ressaltando que o Supremo concedeu tratamento isonômico em relação ao teto salarial para todos os membros das carreiras da magistratura federal e estadual, em decisão relativa à ADI nº 3.854, de 29/06/07. Para ele, não há dúvida de que se trata de *“questão jurídica semelhante”*.

Em nota assinada por seu presidente, o reitor Marcelo Knobel, o Cruesp avalia que a decisão do STF “representa um passo importante para corrigir distorções e evitar a fuga de docentes e pesquisadores das universidades estaduais paulistas, preservando, assim, as condições necessárias para que elas se mantenham entre as melhores da América Latina, contribuindo cada vez mais para o desenvolvimento sustentável do país”.

Valorização deve ser ao conjunto

O presidente da Adunicamp e atual coordenador do Fórum das Seis, Wagner Romão, lembra que a luta dos

sindicatos e entidades de representação do funcionalismo paulista é pela desvinculação do teto salarial ao subsídio do governador. “Não é possível que o salário de pessoas que dedicaram sua vida ao serviço público, algumas com mais de 40 anos de carreira, se vincule ao subsídio de quem cumpre um mandato eletivo”, pondera. Para ele, é inadequado limitar os salários dos servidores públicos por um parâmetro que pode ser modificado a qualquer momento por iniciativa do titular do Executivo paulista para manter a simpatia junto à opinião pública. Este tipo de parâmetro deve ser estabelecido por políticas de estado e respeitar os proventos recebidos, salvaguardando as progressões de mérito, quinquênios e demais benefícios inerentes às carreiras, que podem eventualmente ultrapassar o valor definido para o subsídio do governador.

O coordenador do Fórum resalta, também, que a média salarial dos docentes e pesquisadores das universidades estaduais paulistas está muito longe do subsídio do governador, e ainda mais do subsídio dos ministros do STF.

“Há quatro anos sem corrigir os salários pela inflação, as perdas salariais na USP, Unesp e Unicamp são de cerca de 20%. Além disso, a reposição dos docentes aposentados é débil e há um amplo processo de terceirização de servidores”, diz Romão. Ele pondera, ainda, que é preciso considerar que as universidades paulistas dobraram de tamanho em matrículas de alunos de graduação e pós-graduação nos últimos 20 anos, além de ter ampliado de maneira inestimável sua produção em pesquisa científica. “Nada mais justo que o teto seja equiparado aos que trabalham o mesmo nas universidades federais, mas a tarefa dos reitores e do governo do estado também deve ser remunerar bem os docentes, pesquisadores e técnicos em início de carreira, além de garantir a reposição inflacionária, ou a fuga de cérebros vai continuar”, finaliza.